



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 047 - TERÇA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes (vago) Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral (vago) Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavlacanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-4-2005

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 241, de 3 de março de 2005, que “*abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00, para os fins que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de maio de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Adele FM Stereo de Duartina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.940, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão à Adele FM Stereo de Duartina Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de setembro de 1994, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Umbu FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 352, de 17 de julho de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de março de 1998, a permissão outorgada à Rádio Umbu FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão ao Sistema Ipanema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de dezembro de 1994, a concessão ao Sistema Ipanema de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 1º de fevereiro de 2002, que renova por dez anos, a partir de 8 de abril de 1996, a concessão da Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda., outorgada originalmente à Rádio Cultura de Poxoréo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Mineiro de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhém, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 741, de 10 de maio de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de setembro de 1998, a permissão outorgada ao Sistema Mineiro de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhém, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Stéreo Planalto de Vinhedo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.302, de 16 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de maio de 1997, a permissão outorgada à Rádio Stéreo Planalto de Vinhedo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Stúdio Cem FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oriente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.307, de 16 de julho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de janeiro de 1988, a permissão outorgada à Stúdio Cem FM Stéreo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oriente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sudoeste FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 71, de 22 de junho de 1992, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de junho de 1988, a permissão outorgada à Rádio Sudoeste FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 284, DE 2005

Aprova o ato que outorga concessão à Agência Guanhanense De Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão à Agência Guanhanense de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de dezembro de 1994, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão da Emissoras Rádio Marajoara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Avanhandava a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 157, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Avanhandava a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2005

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2002, que outorga concessão à Fundação Nagib Haickel para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Popular FM de Capela do Alto (ACCP/FM CA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capela do Alto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se a Portaria nº 1.968, de 1º de outubro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Popular FM de Capela do Alto (ACCP/FM CA) a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capela do Alto, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.598, de 28 de novembro de 2002, que autoriza a Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do

Sul, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 290, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Caibi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de setembro de 1998, a concessão da Rádio Caibi Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 291, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Super Som Uberaba Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.031, de 8 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Super Som Uberaba FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sete Lagoas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 11 de abril de 1996, a concessão da Rádio Sete Lagoas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Antena Jovem Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 619, de 24 de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de janeiro de 1995, a permissão outorgada à Rádio Antena Jovem Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 294, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 23 de outubro de 1995, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Real Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 295, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Emissora Continental de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Emissora Continental de Campos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Regional de Fátima do Sul Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de outubro de 1998, a concessão da Rádio Regional de Fátima do Sul Ltda. – ME para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 297, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Santamariense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de abril de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Sociedade Rádio Santamariense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Primavera Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 1998, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Primavera Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação José de Paiva Netto para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de abril de 1999, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Fundação José de Paiva Netto para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nacional Itabuna Bahia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Nacional Itabuna Bahia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Donizetti para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Casa Branca, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Fundação Padre Donizetti para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Casa Branca, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metrópole De Crissiumal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de maio de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 31 de outubro de 1997, a concessão da Rádio Metrópole de Crissiumal Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de julho de 2002, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida, outorgada originariamente à Rádio Difusora de Monte Aprazível Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 304, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 532, de 11 de setembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de abril de 1994, a permissão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2005

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com consórcio de bancos formado pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., pelo BNP Paribas S.A. e pelo Banco Santander Central Hispânico S.A., com garantia da Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación S.A. (CESCE), no valor de até US\$ 698,730,000.00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e trinta mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com consórcio de bancos formado pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., pelo BNP Paribas S.A. e pelo Banco Santander Central Hispânico S.A., com garantia da Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación S.A. (CESCE), no valor de até US\$ 698,730,000.00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e trinta mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação a que se refere o caput serão destinados a financiar, parcialmente, a aquisição de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa EADS CASA, para os Projetos CLX e Modernização do P-3, no âmbito do Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PFCEAB).

Art. 2º As condições da operação de crédito são as seguintes:

- I – *mutuário*: República Federativa do Brasil;
- II – *mutuante*: consórcio de bancos formado pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A., pelo BNP Paribas S.A. e pelo Banco Santander Central Hispânico S.A.;
- III – *garantia externa*: Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación S.A. (CESCE);
- IV – *valor do empréstimo*: US\$ 698,730,000.00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e trinta mil dólares norte-americanos), de principal;
- V – *prazo*: 120 (cento e vinte) meses;
- VI – *carência*: 6 (seis) meses;
- VII – *amortização*: 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas e iguais, para cada desembolso;
- VIII – *juros*: semestralmente vencidos, à taxa de 4,75% a.a. (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano), fixa, igual à Commercial Interest Reference Rate (CIRR) cotada para a respectiva moeda, determinada de acordo com o consenso da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a ser determinada na data de aprovação do crédito pelo Instituto de Crédito Oficial da Espanha (OIC), incidente sobre o saldo devedor do principal;
- IX – *juros de mora*: 1% a.a. (um por cento ao ano) sobre a taxa de juros acordada;
- X – *prêmio de seguro*: equivalente a 8,4% (oito inteiros e quatro décimos por cento) do valor total da operação;
- XI – *outras despesas*: estimadas em US\$ 15,500.00 (quinze mil e quinhentos dólares norte-americanos).

Art. 3º As partes envolvidas nesta operação deverão cumprir, preliminarmente às formalizações contratuais, todas as condições prévias à realização do primeiro desembolso do empréstimo.

Art. 4º O prazo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2005

Autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de US\$ 572,200,000.00 (quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a contratação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 572,200,000.00 (quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird.

Parágrafo único. Os recursos do empréstimo a que se refere o caput serão destinados ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.

Art. 2º A operação de crédito externo a que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

I – *devedor*: Ministério da Fazenda;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird;

III – *valor total do contrato*: US\$ 572,200,000.00 (quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares norte-americanos);

IV – *prazo*: 198 (cento e noventa e oito) meses;

V – *carência*: 60 (sessenta) meses;

VI – *principal*: em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas;

VII – *juros*: **Libor** de 6 (seis) meses para dólares norte-americanos mais **spread** a ser fixado pelo Banco na data da assinatura do Contrato, o qual manter-se-á fixo por todo o prazo da operação;

VIII – *comissão de compromisso*: sobre o saldo não-desembolsado, sendo 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato até o quarto ano e 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) a partir de então;

IX – *comissão inicial*: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo;

X – condições de pagamento:

a) do principal: em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais, consecutivas;

b) dos juros: semestralmente vencidos;

c) da comissão de compromisso: semestralmente vencida;

d) da taxa inicial: em uma única parcela, pagável na data ou logo após a data da efetividade do acordo de empréstimo.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2005

Autoriza o Estado do Ceará a contratar o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Ceará, em 12 de novembro de 1998, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, de 28 de fevereiro de 2005, celebrado entre a União e o Estado do Ceará, em 12 de novembro de 1998, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Ficam ratificadas as disposições não alteradas do Contrato objeto do Aditivo referido no **caput**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2005

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Estado de São Paulo é autorizado a contratar operação de crédito externo, mediante garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Avaliação e Aprimoramento de Política Social do Estado de São Paulo.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado de São Paulo;

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares norte-americanos);

V – *prazo*: 3 (três) anos;

VI – *amortização*: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 20 (vinte) anos após a assinatura do Contrato;

VII – *juros*: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano;

b) mais ou (menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade **Libor**;

c) mais o valor líquido de qualquer custo e o lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**; e

d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VIII – *comissão de crédito*: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa máxima de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não-desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato; o Estado de São Paulo, a princípio, pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo esse percentual ser modificado, semestralmente, pelo BID, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – *recursos para inspeção e supervisão geral*: durante o período de desembolso, não serão reservados recursos do Financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante esse período. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput é condicionada a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 157 e os recursos de que trata o art. 159, incisos I, alínea a, e II, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 45ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE ABRIL DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício SGM/P nº 465, de 2005, de 22 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando os nomes dos representantes daquela Casa que irão compor, juntamente com os representantes do Senado Federal, a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunto do Mercosul..... 10080

Término do prazo, no último dia 20 do corrente, com apresentação de uma emenda perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2004 (nº 1.138/2003, na Casa de origem), que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 10081

Término do prazo, no último dia 20 do corrente, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005 (nº 955/2003, na Casa de origem), que inscreve o nome do Almirante Barroso no **Livro dos Heróis da Pátria**..... 10081

Comunicando ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 2, de 2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que determina a interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) das transmissões da TV Senado, nos termos da Lei nº 10.436, de 2002, lido na sessão de 22 do corrente, vai ao exame das Comissões de Educação e Diretoria, ficando sem efeito o despacho inicial apostado à matéria..... 10081

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 13, de 2005 (nº 402/2005-CN, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 399, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor leste do Estado do Espírito Santo – PT 26.782.0230.10CL.002 (TC nº 006.720/2004-1)..... 10081

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 128, de 2005 (nº 213/2005, na origem), de 19 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do nome da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE..... 10082

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *MARCO MACIEL* – Defesa da ampliação do número de vagas para os Tribunais Regionais Federais (TRF). 10086

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE*, como Líder – Considerações sobre a concessão de asilo político para o ex-Presidente do Equador, Sr. Lucio Gutiérrez..... 10087

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Reflexões sobre o aumento da taxa de juros e a questão da autonomia do Banco Central. 10088

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Liderança do Estado do Amapá na corrida da biodiversidade no Brasil..... 10091

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Preocupação com a educação no Brasil, destacando os problemas enfrentados pelos trabalhadores do setor no Estado do Mato Grosso. Críticas ao Governador do Mato Grosso por defender o nepotismo. 10093

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder – Registro de encontro sobre o apoio à transposição das águas do rio São Francisco. 10095

SENADOR *PAULO PAIM* – Análise da Medida Provisória 248, de 2005, que trata do aumento do salário mínimo. 10096

SENADOR *PEDRO SIMON* – Comentário sobre a substituição do Papa João Paulo II pelo Cardeal Joseph Ratzinger. 10098

SENADOR *MÃO SANTA* – Escassez de liberação de recursos orçamentários ao Estado do Piauí. Comentários à entrevista concedida à revista **Veja** pelo empresário Jorge Gerdau, sobre o sistema tributário brasileiro. 10100

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Preocupação com as notícias de que cheques sem fundo batem todos os recordes em março.	10103	R\$400 milhões para reforma”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 8 de abril do corrente.....	10123
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, de autoria de S. Ex ^a , que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Realização, em Brasília, do evento intitulado “Abril Indígena”.....	10104	SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários sobre artigo “A UTI da discórdia”, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 12 de abril do corrente.....	10127
SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Posicionamento contrário ao comparecimento do Vice-Presidente do Banco Central do Brasil em substituição ao Presidente, Sr. Francisco Meirelles, para audiência na Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização.	10106	SENADOR ALVARO DIAS – Registro de matéria intitulada “Chavez dá novos passos em direção à ditadura”, publicada no jornal Valor Econômico , edição de 12 de abril do corrente.	10129
SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Discussão sobre projeto de lei complementar de autoria de S. Ex ^a que institui o Código de Defesa do Contribuinte.	10107	SENADOR LEONEL PAVAN – Comentário sobre artigo intitulado “A farra da boiada”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 18 de abril do corrente.....	10130
SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Preocupação com a falta de política salarial de reajuste para os militares.....	10109	SENADOR VALMIR AMARAL – Defesa da adoção de ações afirmativas destinadas a combater as desigualdades sociais no Brasil.....	10131
SENADOR JONAS PINHEIRO – Dificuldades enfrentadas por setores do agronegócio.	10111	1.2.7 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	10132
SENADOR ALVARO DIAS – Trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para esclarecimentos sobre a atuação da FARC na eleição presidencial brasileira.	10113	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão do dia 20 de abril de 2005.	10134
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Homenagem pelo transcurso do 45º aniversário de Brasília. Críticas à condução da política agrícola do atual Governo.	10116	3 – PARECERES Nº 2, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 4, de 2005-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 172, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à inspeção realizada no contrato nº PD-10-033-01-00, celebrado para a execução das obras de construção de travessia urbana em São Gabriel/RS, na BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina. (TC nº 018.879/2004-7).	10136
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Apelo pela aprovação do projeto relatado por S. Ex ^a , de autoria do Senador Paulo Paim, que cria o Estatuto da Igualdade Racial.....	10118	Nº 3, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 5, de 2005-CN (nº 145/2005-TCU, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 122, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento da Auditoria realizada nas obras rodoviárias do Corredor Araguaia–Tocantins, compreendendo a realização de obras e serviços complementares na BR-080/GO – Trecho Padre Bernardo–Uruaçu–São Miguel do Araguaia–Luiz Alves. (TC nº 006.378/2002-3).....	10139
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Posicionamento contrário à alteração do traçado da ferrovia Transnordestina, que exclui o Estado do Rio Grande do Norte.	10119	4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 55, de 2005.	10142
SENADOR EDISON LOBÃO – Prejuízos econômicos advindos da ausência de manutenção das rodovias brasileiras.....	10120	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 1.827 a 1.841, de 2005.	10142
SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Apoio à desaprovação, pelo Presidente do Brasil, aos ataques ao Presidente da Venezuela.	10123		
1.2.5 – Ofício S/nº/2005, de 25 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, comunicando que a partir de amanhã, dia 26 do corrente, o Senador Demóstenes Torres responderá pela Liderança do Partido no Senado Federal.....	10123		
1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro de matéria intitulada “Após pressão, governo libera			

SENADO FEDERAL

- 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 7 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 45ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de Abril De 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, da Srª Serys Slhessarenko, e dos Srs. Alvaro Dias, Papaléo Paes, Paulo Paim e Francisco Pereira

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício SGM/P nº 465, de 22 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando os nomes dos representantes daquela Casa que irão compor, juntamente com os representantes do Senado Federal, a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Nesses termos, fica assim constituída a referida Representação:

SENADORES

Membro Nato

Senador Cristovam Buarque

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADORES

Titulares

Bloco da Minoria (PFL/PSDB)

Jorge Bornhausen
Paulo Octávio
Sérgio Guerra

Suplentes

José Jorge
Romeu Tuma
Leonel Pavan

PMDB

Pedro Simon
Ramez Tebet

Sérgio Cabral
Leomar Quintanilha

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

Sérgio Zambiasi
Eduardo Suplicy

PDT

P-SOL

(Resolução nº 2/2000-CN)

DEPUTADOS

Membro Nato

Deputado Aroldo Cedras

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Dr. Rosinha
Mauro Passos

Maninha
Tarcísio Zimmermann

PMDB

Edison Andrino

Osmar Serraglio

Bloco PFL/Prona

Gervásio Silva

(vago)

PDSB

Júlio Redecker

Eduardo Paes

PP

Leodegar Tiscoski

Celso Russomano

PTB

Roberto Jefferson

Arnaldo Faria de Sá

PL

Wellington Fagundes

Miguel Souza

PPS

Júlio Delgado

Cláudio Magrão

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se no último dia 20 o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2004** (nº 1.138/2003, na Casa de origem), que denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005** (nº 955/2003, na Casa de origem), que inscreve o nome do Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria.

Ao **Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2004**, foi oferecida uma emenda, que retorna à Comissão de Educação para exame.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2005**, não recebeu emendas e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a Emenda oferecida:

EMENDA Nº 1-PLEN.

Ao Projeto de Lei de Câmara nº 91, de 2004, (nº 1.138/2003, na Casa de origem), que Denomina Milton Santos o Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2004, a seguinte redação:

Art. 1º A primeira edição do Atlas Nacional do Brasil a ser publicada na vigência desta lei, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, deverá circular acompanhada de uma publicação em homenagem ao Geógrafo Milton Santos.

Justificação

O Projeto de Lei em apreço tem como objetivo homenagear o grande geógrafo Milton Santos, modificando o nome do Atlas Nacional do Brasil, publicado pelo IBGE, para “Atlas Nacional do Brasil Milton Santos”.

O Atlas Nacional do Brasil é um dos nove Atlas editados pelo IBGE. Os demais são o Atlas Geográfico, o Atlas Geográfico Escolar, o Atlas Geográfico Escolar Multimídia, o Atlas do Censo Demográfico 2000, o Atlas de Saneamento, o Atlas Nacional do Brasil-Região Nordeste, o Atlas do Maranhão e o Atlas de Roraima.

Uma das características do IBGE é sua qualidade técnica e isenta. Nesse sentido, nos parece temerário abrir um precedente de denominar suas publicações com nomes de figuras ilustres, por mais merecedoras que sejam desta homenagem.

Por entender, no entanto, que Milton Santos é uma das figuras exponenciais da ciência, cuja vida profissional repercute junto à comunidade internacional como referência na área dos estudos descritivos e analíticos do espaço brasileiro e de sua ocupação, a emenda apresentada sugere que a próxima edição do Atlas circule com uma publicação em homenagem à obra e à atuação de Milton Santos, demonstrativa de sua importância para a geografia brasileira e internacional.

Sala das sessões, 19 de abril de 2004 - Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução nº 2, de 2005**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que “determina a interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) das transmissões da TV Senado nos termos da Lei nº 10.436, de 2002”, lido na sessão de 22 do corrente, vai ao exame das Comissões de Educação e Diretoria, ficando sem efeito o despacho inicial apostado à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do 1º Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no exercício da Presidência, o seguinte aviso:

- **Aviso nº 13, de 2005** (nº 402–SGS–TCU/2005 – CN, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 399, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor leste do Estado do Espírito Santo – PT 26.782.0230.10CL.002. (TC nº 006.720/2004-1).

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 128, DE 2005

(Nº 213, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à

consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora Denise Maria Ayres Abreu para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Brasília, 19 de abril de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE

Nome: **DENISE MARIA AYRES DE ABREU**

Endereço: SQS 116 Bloco E ap 502

Asa Sul – Brasília - DF

Telefones: (61) 345 4687 (61) 9654 4008

RG 4.938.279 SSP/SP

CPF 075 202 918 - 55

Estado Civil: Divorciada

E-mail: denise.abreu@planalto.com.br

FILIAÇÃO

Pai: Olten Ayres de Abreu

Profissão: Advogado

Mãe: Denia Ayres de Abreu

Profissão: Contadora

HISTÓRICO ESCOLAR

Ensino Médio: Colégio Bandeirantes - 1976/1978

Ensino Superior: Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP - 1979/1983

IDIOMAS

Inglês (fluente - listening, reading, writing and speaking)

Cultura Inglesa - sete anos

Espanhol (fluente - escutando, lendo e falando) - dois anos de residência em Bogotá - Colômbia - 1962/1964

INFORMÁTICA

Domínio básico de Windows em programas como: Word e Excel, digitação e afinidade com a internet.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Experiência em Gestão, Chefia e Planejamento Estratégico, na Administração Pública;
- Experiência jurídica na área do contencioso;
- Experiência jurídica na área de consultoria;
- Experiência na elaboração de impactos financeiros;
- Experiência em negociações em situações de risco;
- Experiência em negociações com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Experiência em avaliação e articulação política;
- Experiência em elaboração projetos de emendas constitucionais, de leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias, ofícios, informações em mandados de segurança, destacando-se a formulação, análise jurídica e financeira e redação das seguintes leis e decretos específicos:

- plano de cargos, vencimentos e salários da Saúde;
- plano de cargos, vencimentos e salários da Fazenda;
- plano de cargos, vencimentos e salários do Magistério e do Quadro de Apoio a Educação;
- plano de cargos, vencimentos e salários dos servidores públicos em geral;
- instituição da primeira Lei de Parceria entre o Governo Estadual e o Terceiro Setor, intitulada Lei das Organizações Sociais de Saúde;
- Decreto regulamentador dos planos de convênios e seguros saúde (Secretaria da Justiça e Procom);
- Decreto regulamentador da troca das seringas descartáveis aos usuários de drogas injetáveis;
- Medidas Provisórias;
- Reformas da Previdência, Tributária, do Judiciário, Sindical e Universitária;
- Experiência burocrática e executiva;
- Experiência em assessoramento;
- Experiência acadêmica;
- Experiência como debatedora e palestrante, tais como:
 - Palestra no Primeiro Congresso Internacional de Compras na Administração Pública promovido pelo Ministério da Administração - Tema: Ata de Registros de Preços;
 - Palestra no Curso Drogas - Saúde e Justiça - tema: Saúde e Justiça;
 - Palestra na Câmara Municipal de São Paulo sobre a FEBEM;
 - Palestra na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo sobre Organizações Sociais de Saúde;
 - Palestra nos Conselhos Regional e Federal de Medicina sobre Organizações Sociais de Saúde;
 - Palestra na Faculdade de Saúde Pública de São Paulo sobre a alternativa de Gestão da Saúde Pública - Organizações Sociais de Saúde;
 - Palestra em Audiência Pública sobre a instituição da Nova FEBEM em São Paulo;
 - Debatedora no Curso sobre o sistema de Registro de Preços como instrumentos de contenção dos gastos públicos;
 - Debate sobre o adolescente em conflito com a lei e a FEBEM - Ordem dos Advogados do Brasil - SP;
 - Palestra no Encontro Nacional das Instituições de Adolescentes em Conflito com a Lei em Curitiba - tema: a revisão do sistema e a instituição de Lei de Execução própria para menores infratores;

- Participação no *Stand* da Procuradoria-Geral do Estado no Salão de Metrologia e Qualidade;

- Experiência em participação de eventos com a mídia.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

- **Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo** (1983) - **Assistente Técnico** durante cinco meses;
- **Tribunal de Contas do Município de São Paulo** (junho de 1984 a novembro de 1986) - **Assessor Jurídico** durante dois anos e cinco meses, lotada na Assessoria Técnica Jurídica do TCMSP;
- **Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGE** (junho de 1987/ outubro de 2003) - **Procuradora do Estado**, tendo sido classificada na:
 - **Procuradoria Seccional de Jundiaí** (1987/1988) - acumulando as comarcas de Cajamar e Campo Limpo Paulista - Procuradora responsável por execução fiscal;
 - **Procuradoria Judicial** (1988/1991) - Contencioso - Procuradora responsável pela defesa da Fazenda do Estado;
 - **Chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde** (designada em março de 1995 até março de 1999);
 - **Chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária** (designada em junho de 2001 até dezembro de 2001);
 - **Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação** (designada em fevereiro de 2002, atualmente classificada e desempenhando suas funções.
 - Substituição de Chefias de Consultorias das Secretarias de Ciência e Tecnologia/Planejamento/Junta Comercial do Estado de São Paulo, (março/junho de 2001);
 - **Assessoria Jurídica do Governo de São Paulo - AJG** (nomeação: maio de 1991, mediante afastamento da PGE e exoneração, a pedido - março de 1995) - **Assessor Jurídico** durante três anos e dez meses;
- **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP** (1983 a 1985) - **Monitora e Assistente da Cadeira de Direito Constitucional** (Titular - Prof. Michel Temes);
- **Faculdade de Saúde Pública de São Paulo** (1998) - **Professora do Primeiro curso de Formação dos Gestores de Saúde**, dirigido a Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde;
- **Chefe de Gabinete da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo - SES** (nomeação - março de 1999, mediante afastamento da PGE e exoneração, a pedido, dezembro de 1999).
- **Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SADES** acumulando funções da **Chefia de Gabinete da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM)** - (nomeação - dezembro de 1999, mediante afastamento da PGE e exonerada, a pedido, dezembro de 2000.

- **Assessora na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República**, código DAS 102.4 - (nomeação - outubro de 2003, mediante Portaria nº 273, de 2 de outubro de 2003, da Secretaria-Executiva).
- **Subchefe Adjunta da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República**, Código DAS 101.5 - fevereiro de 2004, mediante Portaria nº 173, de 12 de fevereiro de 2004, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil).

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

- Cursos sobre Temas Municipais - Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- III Jornadas Ítalo Latino Americanas de Direito Comparado - Associação dos Advogados de São Paulo, Associazione Di Studi Sociali Latino Americani e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
- Curso Drogas, Saúde e Justiça - PGE;
- Curso Bolsa Eletrônica e Compras - PGE;
- I Curso de Direito Administrativo no Mercosul;
- Curso sobre regras de licitação com verba do BID/BIRD;
- Exposição da BEC/SP
- Curso sobre o Sistema de Registro de Preços como instrumento de contenção dos gastos públicos;
- Seminário Nacional sobre a Advocacia do Adolescente autor do Ato Infracional;
- Mestrado em Direito Constitucional da PUC/SP (frequentou durante dois anos);
- Outros

Leuse Maria Ayres de Abreu

Aviso nº 377 – C. Civil.

Em 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Denise Maria Ayres Abreu para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel, por permuta com o Senador Aelton Freitas, sem prejuízo dos oradores inscritos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos assuntos que tem preocupado ultimamente os brasileiros – não só os cidadãos comuns, mas também analistas e estudiosos – diz respeito à prestação jurisdicional por parte do Estado.

Dentro desse panorama registro a gestão recém-fimada da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli à frente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede no Recife e jurisdição nos territórios dos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Primeira mulher a presidir a entidade, sua atuação foi modelar, o que para mim não constituiu surpresa, pois a conheço de muitos anos e aprendi a respeitar os seus conhecimentos jurídicos, inclusive no campo do Direito Internacional Público, posto que se doutorou nessa matéria em Haia. Ainda muito jovem, concedeu-me a Desembargadora Margarida Cantarelli o privilégio de tê-la como Secretária-Chefe da Casa Civil quando governei Pernambuco.

“Não consigo entender...” – assim se expressou a Desembargadora Margarida Cantarelli – “...missão

de julgar dissociada dos valores da cidadania plena, como não posso admitir a cidadania sem a participação de todos os segmentos da sociedade”.

Passo a comentar, brevemente, Sr. Presidente, algumas das inúmeras providências tomadas durante a gestão no período de março de 2003 a março de 2005, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, tendo como realizações algumas que passo a citar:

- criação de um Conselho de Administração: colegiado formado por oito desembargadores, que desobrigou o Pleno parcialmente de julgar processos administrativos e passou a contribuir com relevante assessoria à direção superior do Tribunal. Compõem o Conselho: o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral, o Decano e os Presidentes das quatro Turmas;

- ampla atualização regimental, abrangendo cerca de 50% das normas, adaptando-as às mudanças organizacionais e legais, e redefinindo diversas funções;

- reuniões bimestrais com diretores de foros e funcionários administrativos, para fins de operacionalizar o planejamento e a modernização da Instituição, inclusive as providências relativas à instalação de varas federais;

- implantação de núcleos da Escola de Magistratura Federal nas seis seções judiciárias do Tribunal;

- destinação, para Juizados Especiais Federais, de oito das 33 Varas Federais, criadas pela Lei nº 10.772, de 2002, permitindo em toda a jurisdição do Tribunal, que maior quantidade de pessoas carentes recorresse à Instituição;

- grande interiorização da Justiça Federal, com a implantação de mais 12 Varas Federais fora das capitais, em acréscimo às duas antes existentes, além de uma em Maceió;

- criação de Círculos de Conciliação, nas seccionais estaduais, para harmonizar conflitos entre o Sistema Financeiro Habitacional e mutuários. Esse programa tem proporcionado significativos ganhos sociais, jurisdicionais e administrativos e propiciou, de dezembro de 2004 até março deste ano, um total de 1.047 acordos e 200 liberações de hipotecas, sempre com grande e contagiante emoção dos mutuários que obtiveram vitórias em seus processos de conquista da casa própria;

- informatização dos sistemas administrativos e de acompanhamento processual, visando a adequação tecnológica, integração das

seções judiciárias, melhoria da produtividade e o uso intensivo das técnicas de informação e comunicação. Com esse projeto foi criado um protocolo integrado, permitindo uma imediata ciência de petições interpostas em qualquer seções judiciárias, a otimização na distribuição processual, requisitórios de pequeno valor e uma série de outras facilidades simplificadoras e de agilização.

Os resultados obtidos por esse esforço de racionalização são muitos, o que poderá ser avaliado por uma das conquistas entre as atividades fins da Instituição, no período de dois anos: no início de 2003 havia 175.750 processos em tramitação; essa quantidade somada aos casos originados no período alcançaram quase 300 mil processos. No final de 2004, o total de processos em tramitação era de apenas 62.556, um ganho de produtividade digno de registro. Não só foi julgada uma quantidade equivalente aos processos iniciados no período, com foram reduzidos em quase 65% o equivalente aos processos antigos.

Grande esforço também foi desenvolvido junto ao quadro de magistrados e funcionários do Tribunal, como concursos públicos, capacitação, alfabetização de terceirizados, programas culturais e comunitários, visando não só o desenvolvimento pessoal como também um sadio espírito corporativo.

No campo cultural-educativo destaco duas iniciativas: o concurso de monografias para profissionais e estudantes, em nível nacional, tendo como tema “O papel social da Justiça Federal: garantia de cidadania” e a edição do livro **Tribunal Regional Federal da 5ª Região: Quinze Anos a Serviço da Cidadania**, produzido por uma equipe de pesquisadores e redatores, coordenada pelo escritor Paulo Gustavo de Oliveira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante a gestão da Desembargadora Margarida Cantarelli ocorreram as comemorações do 15º aniversário do Tribunal Regional Federal. Por ocasião da implantação da Instituição, em 30 de março de 1989, por força de dispositivo da Constituição que criara os Tribunais Regionais Federais em substituição ao Tribunal Federal de Recursos – TRF –, seu primeiro Presidente, o Juiz Rivaldo Costa, hoje o Decano do referido Tribunal, citou, de forma feliz, frase do escritor e político paraibano José Américo de Almeida, que disse certa vez: “Eu lhe dei as raízes, outros lhe darão asas”. Sem dúvida, na gestão de Margarida Cantarelli, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região voou a grandes alturas.

Portanto, ao tempo em que felicito o trabalho que ela realizou e o que vem realizando de modo geral no Tribunal Regional Federal, aproveito a ocasião, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para reivindicar o

aumento do número de Magistrados do referido Tribunal. De todos os Tribunais Regionais Federais é o de menor número de Magistrados. Daí por que o ideal seria que se cogitasse, num prazo relativamente reduzido, de sua ampliação de 15 para 27 membros. Sabemos, pelo número de feitos, que o ideal seria que o Tribunal viesse a contar com pelo menos 43 Desembargadores Federais. Com os meus cumprimentos à Desembargadora Margarida Cantarelli, ao seu Vice-Presidente e ao Desembargador-Corregedor, quero também fazer esse apelo para que se cogite, em tempo hábil, da criação de novas Varas para o referido Tribunal Regional Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra em nome do Partido Socialista Brasileiro, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, Líder do PSB, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, a, do Regimento Interno.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, finalmente, com sucesso, encerrou-se a operação de resgate do Presidente deposto do Equador, Lucio Gutiérrez, que está no Brasil com a sua família. Essa ação do Brasil merece destaque. Foi uma manifestação de solidariedade e de respeito a um instituto fundamental na vida dos povos latino-americanos, o asilo político, que merece ser debatido e discutido no Senado.

A atitude do Governo brasileiro é louvável sob todos os pontos de vista. A presença aqui de um ex-Presidente deposto pelo povo – a população estava às portas do Palácio – faz-nos refletir sobre as democracias latino-americanas. O que está acontecendo com as nossas democracias, que estão se tornando tão instáveis?

Essa decisão do Congresso equatoriano de depor o Presidente, atendendo à voz rouca das ruas, preocu-

pa-nos, porque as nossas democracias estão cada vez mais desacreditadas pela população. Não conseguimos dar respostas, não estamos conseguindo democratizar a economia dos países latino-americanos. As desigualdades sociais levam o povo à desesperança e daí às rebeliões, que culminam com o afastamento de vários Presidentes no Equador e com crises na Venezuela. Enfim, isso é extremamente preocupante.

O asilo político é um instituto que deve ser respeitado. Está de parabéns o Governo brasileiro por ter tomado essa decisão e por ter viabilizado a recepção ao ex-Presidente do Equador.

Vivi essa experiência. Trago na minha história o asilo político. Fui aceito pelo governo chileno e também pelo Governo do Peru – foi um asilo *de paso* pelo Peru. Depois de quase um ano de prisão pela ditadura brasileira, consegui chegar até o Chile, que me aceitou como exilado e garantiu a minha integridade física, como também a de minha companhia e de meus filhos.

Portanto, o asilo político é fundamental para uma região que, com muita dificuldade, tenta construir um processo democrático.

Mas o que é quase impossível respondermos para as nossas sociedades e que nos leva a essas crises é a questão da participação econômica – altíssimos índices de desemprego, um grau de exclusão brutal, o fato de parte significativa das nossas populações não ter acesso mínimo ao conforto da vida moderna. E isso tudo tem uma explicação. Não vamos poder construir uma democracia estável, definitiva, sem que se resolva o problema da dívida pública nacional. Quando levantamos os números, deparamo-nos com a quantidade de dinheiro que todos os anos somos obrigados a pagar a título de dívidas, que são infinitamente superiores àquilo que gastamos com educação pública – são cinco, seis vezes mais. No ano passado, por exemplo, gastamos seis vezes mais com o pagamento de juros da dívida do que com educação pública; gastamos treze vezes mais com juros do que com infra-estrutura.

Portanto, não temos como atender a nossa sociedade. Isso nos leva à desesperança, e da desesperança dá-se um salto para as manifestações e a deposição de Presidentes na América Latina. Todos os nossos países estão brutalmente endividados e não conseguem responder aos anseios da população. Não se consegue cumprir o que é prometido nas campanhas eleitorais. No Equador, houve algo que pesou definitivamente: a tentativa do governo de retomar as negociações da Alca, Área de Livre Comércio das Américas. Sabemos que todas as negociações e os contratos feitos com o governo americano só são respeitados enquanto os interesses americanos prevalecem. Depois disso,

já não há mais respeito pelos contratos. Portanto, o povo equatoriano se rebelou, porque o governo teria dito que não negociaria a entrada do Equador na Área de Livre Comércio das Américas, mas, ao assumir o poder, passou a fazer o contrário.

Ora, na democracia, há isso. Somos obrigados a respeitar os compromissos públicos que assumimos. Se eu me elejo com a bandeira de não levar o meu país a integrar-se a uma área de livre comércio, que sabemos só nos trará prejuízos, e, se depois que me elejo, esqueço o que falei, esqueço o compromisso público assumido, por maior que sejam as forças de pressão, aí ocorre o que o mesmo que aconteceu com o Presidente do Equador, que foi deposto por descumprir o que havia assumido perante sua população.

Portanto, Sr. Presidente, que isso sirva de exemplo para todos nós! Nossas democracias são frágeis, porque a nossa dependência é absurda, porque ainda não analisamos com profundidade o que nos faz cada vez mais pobres e cada vez mais distantes uns dos outros. O que faz com que neste País tão rico haja tanta gente pobre e miserável e um grupo cada vez mais reduzido de ricos?

O Estado Brasileiro é o instrumento da transferência dessas riquezas dos pobres para os ricos. E, hoje, usa-se com absoluta tranqüilidade o sistema financeiro para concentrar riqueza neste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como oradora inscrita, por permuta com o Senador Maguito Vilela.

S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana que passou, obtivemos a oitava alta consecutiva da taxa básica de juros. O Copom determinou o aumento em mais 0,25%. Portanto, a taxa Selic foi para 19,5%. E a reação foi quase unânime, houve uma gritaria geral neste País em todos os cantos. Houve quase uma unanimidade, com todos reclamando da elevação da taxa de juros.

Todo o debate que aflora com essas consecutivas altas da taxa de juros leva-nos a fazer uma profunda reflexão. Vários economistas e analistas têm trazido o questionamento de que o aumento consecutivo da taxa de juros como mecanismo de controle da inflação é duvidoso quanto à sua eficácia, quando sabemos que boa parte do crescimento da inflação tem-se dado significativamente, no último período, pelo aumento de

preços administrados – os famosos preços dos serviços públicos, como energia, telefonia, transporte. E muitos desses preços estão presentes nos acordos, nos contratos oriundos ainda da época da privatização.

Então, há uma dúvida quanto a aumentar a taxa de juros para atingir a inflação decorrente de aumento de preços de tarifas que não estão reguladas pelo mercado em si, mas por contratos. Há uma dúvida muito séria sobre a eficácia da medida do aumento da taxa de juros para fazer o controle dessa inflação.

Há outros debates ainda sobre questões fiscais e sobre o aumento significativo da oferta de crédito. Depois quero deter-me mais detalhadamente nesse assunto, até porque se há o aumento da taxa de juros para controlar a inflação, ocorre o aumento da inflação por outras razões, que não a famosa lei da oferta e procura. E também há um volume maior de recursos de consumo, que vêm, fundamentalmente, do aumento do crédito.

Além desse debate, que está na ordem do dia – trata-se do debate da hora, que todos queremos fazer com calma e tranqüilidade –, não poderia deixar de citar algumas questões. A primeira delas é que estranho muito, Senador Paulo Paim, os pedidos de autonomia para o Banco Central. Ouve-se uma bateria de pedidos, uma gritaria para que o Banco Central tenha autonomia, o que não é o meu caso. Tenho muita dúvida sobre se o Banco Central deve ter autonomia mesmo, até porque, em muitas horas, penso que ele a tem demais, além da conta. Já houve experiências nefastas para o Brasil, a partir de determinações e ações do Banco Central, como, por exemplo, aquele documento assinado por uma única pessoa, **ad referendum** da diretoria do Banco Central, que liberou a CC-5 por Foz de Iguaçu. Só estou dando um exemplo de como a tal autonomia e a maneira de agir do Banco Central muitas vezes podem trazer prejuízo.

Mas os mais ardorosos defensores da autonomia do Banco Central são os primeiros a gritarem que ele não pode fazer A ou B. Ou seja, querem a autonomia do Banco Central, desde que ele faça aquilo que acham correto. Então, fico ouvindo, olhando, prestando a atenção e querendo entender os tais ardorosos defensores dessa autonomia que, do meu ponto de vista, é estranha, porque é uma autonomia para que o Banco Central faça o que eles consideram correto.

Além dessa incoerência – estranha, mas usual – de determinados oposicionistas, principalmente aqui no plenário, há duas questões relacionadas aos juros, que é de fundamental importância trazer a debate, até porque esteve no noticiário na semana passada e também no final de semana. São dados a respeito de juros e crédito.

O primeiro dado é o de que, apesar da oitava alta consecutiva da taxa Selic, da taxa de juros, a oferta de crédito no Brasil vai muito bem. O Banco Central aponta que, nos dois primeiros meses de 2005, as operações de crédito no sistema financeiro, em proporção ao PIB, cresceram 0,5%. Repito: em dois meses, a oferta de crédito, no ano de 2005, cresceu 0,5% em relação ao PIB. O volume emprestado a pessoas físicas e jurídicas chegou à casa dos R\$500 bilhões, 26,7% do PIB. Há um ano, o volume do crédito às pessoas físicas e jurídicas mal-e-mal passava de R\$400 bilhões. Portanto, em um ano, tivemos a capacidade de ampliar em mais de um quarto a oferta de crédito a pessoas físicas e jurídicas – isso, com a taxa Selic crescendo pela oitava vez consecutiva.

Se somarmos à oferta do crédito o registro de pedidos de debêntures – outra forma de financiamento das empresas, que, no início do ano, alcançou o total de R\$20 bilhões –, obteremos R\$520 bilhões, que é o volume do financiamento da economia sem levar em consideração ações, empréstimos internacionais, outras formas de financiamento.

Para se ter uma idéia do que estou falando, em 2002, o crédito, pegando-se os empréstimos, as debêntures, mal-e-mal chegava a 20% do PIB. A previsão que temos para 2005 é ultrapassarmos o patamar de 30%, podendo a oferta de crédito chegar inclusive a 33% do PIB, número que, há muito tempo, este País não tinha, mesmo com a taxa Selic crescendo.

Eu gostaria de ouvir o Senador João Capiberibe, para depois trazer outros elementos.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti; serei muito rápido. Fala-se em autonomia do Banco Central, porque se quer fazer um *apartheid* neste País. Na verdade, o *apartheid* já existe; o que querem é consolidá-lo, porque o sistema financeiro é feito para poucos. Se, muitas vezes, os eleitos não cumprem aquilo que assumem com a sociedade, que razão tem um Presidente do Banco Central de fazer tudo certinho para o conjunto da sociedade brasileira? Nenhuma. Fará o jogo de interesse de poucos. Depois, V. Ex^a apresenta números expressivos: quase 30% de tudo aquilo que arrecadamos é só para pagar juros. Ora, não existe saída para nós. Como entregar isso na mão do Banco Central? Ele não resolverá esse problema. No ano passado, até houve um equilíbrio; a relação entre dívida e PIB – isso é o que interessa – foi melhor. Este ano, não: a dívida ultrapassará o PIB, porque os juros estão nas alturas. Creio que V. Ex^a traz essa questão com muita propriedade. Ou debatemos a dívida, os juros, ou não haverá saída para a sociedade brasileira. Daqui a pouco, o povo estará nas ruas de novo, exigindo in-

clusão. É só o que falta: o povo precisa ser incluído. É isso que temos de debater. Muito obrigado.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Capiberibe.

Voltando aos meus dados, o Banco Central mostra que, nos primeiros cem dias deste ano, foram registrados mais de R\$10 bilhões em emissões de debêntures. Então, em cem dias, ultrapassamos o registro das emissões de debêntures de todo o ano de 2004, que chegou à faixa de R\$9,5 bilhões.

A oferta de crédito a pessoas físicas, só no mês de fevereiro, cresceu 2,7%, e o acumulado de fevereiro de 2004 até janeiro de 2005 chegou a 32%. Foram R\$120 bilhões emprestados para pessoas físicas no Brasil, em um ano, sendo que o crédito consignado, aquele desconto em folha, que foi a grande novidade e teve um efeito significativo, totalizou R\$13,6 bilhões, fundamentalmente para trabalhadores brasileiros.

O empréstimo consignado, com desconto em folha, tem em média 40% de juros ao ano, o que é alto, se compararmos com a taxa Selic, que está em 19,5%. Mas os juros do desconto consignado em folha são aproximadamente a metade dos juros do crédito pessoal, que estão em torno de 75% a 80% ao ano, e quase um quarto ou menos dos juros do cartão de crédito, que estão na faixa de 160% a 170% ao ano.

Portanto, o crédito consignado fez uma verdadeira revolução. E a perspectiva que temos agora, em 2005, é de quase R\$25 bilhões de crédito consignado.

O segundo dado que queria trazer é sobre os juros ao consumidor, que, apesar da oitava alta consecutiva da taxa Selic, recuaram, caíram. Em março de 2005, houve a menor taxa de juros ao consumidor desde 2001. Em março de 2001, ela era 7,49% ao mês, e, em março de 2005, 7,55%. Portanto, há 48 meses, não tínhamos uma taxa de juros ao consumidor menor. E isso se dá exatamente quando da sétima alta consecutiva da taxa Selic.

Esses dados são da ANEFAC, Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, portanto, de quem entende do mercado financeiro. Da avaliação desses dados, concluiu-se que o crédito consignado com juros menores obrigou as instituições financeiras a se readequarem, a se modificarem. Houve imposição de ajustes nas suas carteiras para que não perdessem mercado, não perdessem clientes, inclusive porque, quando da implantação da política de ampliação significativa do crédito com desconto em folha pelo Governo Lula, uma boa parte das pessoas que estavam afogadas no cartão de crédito, no cheque especial, no agiota da esquina, num primeiro momento, lançou mão desse empréstimo para

quitar a sua dívida e, num segundo momento, voltou ao mercado de consumo.

Portanto, a disponibilização dos R\$13,6 bilhões do ano passado e a perspectiva de R\$25 bilhões de crédito consignado para este ano representam o grande ajuste da concorrência no sistema financeiro, que é o grande responsável pela queda da taxa de juros ao consumidor, apesar de estamos na oitava alta consecutiva da taxa Selic. A taxa de juros ao consumidor caiu a índices compatíveis aos de 48 meses atrás, já que desde 2001 não tínhamos uma taxa nesse patamar. E isso se deve, basicamente, à democratização do crédito, à inclusão bancária que o Governo Lula vem promovendo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

É importante ressaltar ainda que, hoje, às 15h30min, o Presidente Lula estará tomando mais uma medida importante quanto à democratização do crédito, ao acesso ao crédito a juros menores, que podem forçar ainda mais a competitividade, fazendo com que haja uma política mais eficiente do que a própria taxa Selic. Sua Excelência assinará o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, do qual tive muito prazer em ser a Relatora no Senado e em aprimorá-lo. O projeto foi referendado pela Câmara na terceira votação.

Esse programa permitirá mais recursos para o pequeno empreendedor, aquele que precisa de um pequeno valor emprestado para ampliar seu negócio, produzir emprego e renda. Haverá mais recursos, inclusive do FAT, e a oportunidade de utilizar também os 2% do compulsório. Haverá mais segurança jurídica porque toda a cadeia do empréstimo do microcrédito produtivo orientado está assegurada pela lei que será sancionada pelo Presidente como também a própria segurança financeira desses empréstimos, que estará convalidada como fundo de aval.

Deixo registrado meu prazer em ter colaborado, com o apoio do Senado da República, no aprimoramento desse programa tão importante para a continuidade da inclusão e da democratização do crédito em nosso País.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes por permuta com o Senador Ney Suassuna.

S. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Amapá conquista notável vitória no campo econômico e ecológico. O Ministério do Meio Ambiente e o Governo estadual estão prestes a assinar o tão aguardado acordo para a implementação do Corredor da Biodiversidade. Tal protocolo de acertos foi selado no final de fevereiro último na oportunidade da apresentação da versão final do projeto elaborado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico.

Dessa notícia, deve-se imperiosamente ressaltar que a justa reivindicação do projeto pela população local não se explica por motivo de ordem meramente regionalista, mas sim pela convicção de que se trata da porta de entrada do Amapá para o Brasil da riqueza, da proteção ambiental e da prosperidade. Sem dúvida, meu Estado não pode esperar por melhor oportunidade para ingressar, de vez, na era da modernidade brasileira.

Por isso mesmo, a partir do modelo apresentado, um grupo de trabalho especial, integrado pelo Governo do Amapá, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama e por outros parceiros ecológicos, ficou incumbido de elaborar os estudos para o Plano de Implementação e Gestão Integrada das Unidades de Conservação no Amapá.

Cumpramos registrar que, há menos de um ano, pronunciei, aqui mesmo no Senado Federal, um discurso sobre o tema, salientando a relevância do Corredor do Amapá, bem como confiando na sua rápida aprovação. Afinal de contas, à época, fiz questão de ressaltar que – desde o último Congresso Mundial de Parques, na África do Sul, em 2003, quando se anunciou, em caráter oficial, o lançamento do Corredor – confirmou-se a liderança do Amapá na corrida para a conservação da biodiversidade brasileira.

Com vários milhões de hectares, o Corredor de Biodiversidade cobre parte do Parque Nacional do Tumucumaque e de seu entorno, agasalhando várias unidades de conservação ambiental e terras indígenas. Numa estimativa bem confiável, vai ocupar cerca de 65% da área territorial do Amapá. Em termos comparativos, equivale a uma área maior que o território de Portugal, protegendo uma expressiva diversidade de mangues, cerrados, florestas tropicais, florestas de altitude e terras alagadas. Localiza-se, mais precisamente, entre o escudo das Guianas e o estuário do rio Amazonas, abrigando 12 unidades de conservação, entre parques, reservas e estações ecológicas.

Do ponto de vista da exploração comercial, destina-se, essencialmente, a fornecer matéria-prima à bioindústria, além de promover o ecoturismo na região. Nesse sentido, trata-se não somente de uma interligação de várias unidades de conservação, mas, sobretudo, de uma possibilidade concreta de desenvolvimento econômico numa região carente de investimento e de capital financeiro.

Não é novidade alguma, mas não custaria nada aqui ressaltar, que o Amapá tem cerca de 14 milhões de hectares de extensão, 96% dos quais com uma vegetação em condições absolutamente intactas. É exatamente graças a tais características que boa parte dos territórios amapaenses é considerada ambiente ideal na Amazônia para o desenvolvimento de iniciativas de conservação.

Portanto, não é de se espantar que, desde o início, o Ministério do Meio Ambiente tenha recebido a proposta do Corredor com muito bons olhos. Afinal de contas, o pioneirismo da proposta traduz-se numa visão inovadora do conceito de desenvolvimento territorial em bases conservacionistas. Não por acaso, a implantação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, Arpa, cujo orçamento mobiliza recursos em ordem de US\$86 milhões, entende que, dada a dimensão crescente do projeto, a função coordenadora do Governo Federal é imprescindível.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador João Capiberibe, do Estado do Amapá.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Caro Senador Papaléo, se há algo que nos une é o compromisso com a preservação do patrimônio ambiental da sociedade brasileira que está nos 143 mil quilômetros quadrados de área do Estado do Amapá. Quase todos nós, políticos do Amapá, temos esse compromisso. São raros os políticos do nosso Estado que não assumem o compromisso com a preservação do patrimônio de todos os brasileiros. Também são raros os políticos que não debatem um novo modelo de desenvolvimento para o nosso Estado e para a nossa região. O Corredor da Biodiversidade ocupa mais de 50%, hoje, do nosso território, e todos nos orgulhamos disso. Em alguns Estados, há luta pela devastação, para ampliar a fronteira agrícola; no nosso, a luta é para preservar, conhecer e utilizar o patrimônio ambiental de forma racional, em harmonia com a natureza. Esse é o grande compromisso de todos nós. O Corredor da Biodiversidade engloba todas essas áreas, e o Governo do Amapá propõe uma gestão integrada com o Governo Federal – evidentemente, isso é uma atitude absolutamente louvável. Quando governamos o Estado, nossa marca fundamental era a insistência de que é possível construir um novo modelo, e implementamos políticas

públicas nesse sentido. O que me deixa extremamente preocupado, Senador Papaléo Paes, é a informação que estou lendo aqui na **Folha do Amapá**: o Prefeito de Mazagão denuncia a Sólida por incentivar o desmatamento para produção de carvão vegetal para queima e produção de ferro gusa. Ora, a lei proíbe o uso de carvão a partir de essências da Amazônia. No entanto, essa empresa foi atraída para o nosso Estado e tem o aval do Governo do Amapá, dispondo de uma licença prévia – não consigo entender como se obtém uma licença prévia da Secretaria Estadual do Meio Ambiente para instalar-se antes de começar a fazer floresta para produzir o carvão necessário para fazer o ferro gusa. A segunda questão que me preocupa, sobre a qual gostaria de ouvi-lo também, diz respeito ao incentivo que o Governo do Amapá está dando à produção da soja nas nossas florestas, no nosso cerrado. Parece-me contraditório que, ao mesmo tempo, o Governo desenvolva e busque uma parceria para gerir exatamente as nossas áreas de reserva, que são tantas: Parque Montanha do Tumucumaque, Estação Ecológica do Jari, o Assentamento Extrativista do Maracá, o Parque do Cabo Orange, a Flona, Floresta Nacional, que pode ser utilizada nesse programa de floresta produtiva que o Governo do Amapá quer. Creio que isso seria fundamental. A Flona do Amapá já tem mais de 20 anos de criação, e o momento é de união com o Governo Federal para criar as florestas produtivas estaduais e desenvolver o manejo sustentável daquela floresta. Era isso que gostaria de colocar, parabenizando V. Ex^a pelo discurso, pelas posições em apoio ao Corredor da Biodiversidade, o que termina nos unindo a todos. Na medida do possível, que possamos debater os aspectos que nos preocupam, ou seja, a entrada da soja para produção de ferro gusa, com carvão de essências nativas e, ao mesmo tempo, o incentivo ao avanço da fronteira agrícola com a monocultura da soja no Estado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a sua participação, Senador João Capiberibe. Podemos concluir que há um contra-senso: enquanto o Governo vai atrás da implementação deste Corredor de Biodiversidade, estaria fazendo essas concessões, que exatamente vêm na contramão dessa busca. Precisamos solicitar que as instituições governamentais do Governo Federal realmente façam uma investigação sobre essa situação, porque estaríamos rompendo frontalmente o próprio acordo antes mesmo da sua assinatura.

Senador Edison Lobão, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Essa é uma questão de que devemos cuidar com todo interesse e com responsabilidade. Não podemos ter o fanatismo

contra incursões na floresta, desde que sejam responsáveis com o manejo, mas também não podemos abandoná-la à sua própria sorte. Temos 544 milhões de hectares de florestas, o dobro da floresta da Europa inteira; temos a segunda maior floresta do mundo, mas precisamos ter cuidados com ela. A responsabilidade, no meu entendimento, é o ponto fundamental no trato dessa matéria tão importante. Agora, também não devemos deixar de explorar as riquezas que ali estão com todos os cuidados, cientificamente, para não causar danos, sem nos privarmos, a nós brasileiros, do conhecimento em matéria de ciência, sobretudo médica, que importa a essa floresta tão generosa como a Amazônica. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão. Incorporo a intervenção de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Por detrás disso, repousa a idéia segundo a qual a conservação da natureza como base para as atividades econômicas só fortalece o capital social do País. Sob tal inspiração, a gerência executiva do Ibama/Amapá fez um levantamento de todas as ações do órgão para a implementação do Corredor, destacando a necessidade da criação da Reserva Marinha do Sucuriju. Antes, porém, o desafio maior reside na abertura do Parque do Tumucumaque, com uma área de 10,7 mil hectares, para visitação turística já no próximo ano.

De acordo com os dirigentes da Conservação Internacional, entidade notória nas questões ambientais, pelas simulações de desmatamento realizadas para os próximos 20 anos, o Amapá é considerado uma zona de extrema vulnerabilidade, tão perigosa quanto a região sul do Pará nos dias atuais. Tal apreensão só não se faz mais grave na medida em que sabemos, conforme dados da WWF, que o Governo do Amapá já possui mais de 50% de seu território sob proteção de políticas ecológicas.

Com investimentos da Conservação Internacional e do World Wildlife Fund (WWF), um estudo mais minucioso tem sido preparado com o objetivo de formular ações orientadas para o planejamento e manejo sustentável dos recursos naturais. Além disso, tal investigação se ocupará da identificação de formas de apoio a estratégias da gestão ambiental integrada de recursos hídricos e transfronteiriços. Por fim, fomentará iniciativas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais, envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas.

Cumprir registrar que a riqueza da fauna sob amparo do Corredor do Amapá é de irretorquível veracidade. A região é **habitat** de inúmeras espécies, cujas populações – na maioria, de outras áreas de ocorrência – experimentam franca extinção, como é o

caso dos grandes carnívoros, dos grandes frugívoros e de tradicionais aves nacionais – a arara e o papagaio. No geral, estima-se que nada menos do que 45 espécies de lagartos, 505 espécies de aves e 9 de primatas habitam o espaço do Corredor.

Em suma, Sr. Presidente, é com espírito imensamente auspicioso que saúdo a aprovação do Corredor da Biodiversidade do Amapá pelo Ministério do Meio Ambiente, na expectativa de que o retorno em termos de defesa ambiental e desenvolvimento econômico seja o mais profícuo possível para o Amapá e para o Brasil. No mais, espero que a experiência amapaense se transforme no modelo inspirador para novas políticas de crescimento sustentável no País e no mundo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, por dez minutos e mais cinco minutos de prorrogação.

A SRª. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sempre fui professora. Toda minha vida profissional foi dedicada à área de educação. Atualmente, não, mas essa sempre foi minha área. Fui professora na Universidade Federal de Mato Grosso, Secretária de Estado da Educação e Cultura do meu Mato Grosso, Secretária de Educação e Cultura do Município de Cuiabá, a nossa capital. Portanto, a nossa preocupação sempre teve como um de seus focos principais a educação – educação superior, educação em nível de pré-escola, educação de primeiro e segundo graus, enfim, educação de um modo geral.

Acreditamos que só com uma educação de boa qualidade nós teremos condições de promover, realmente, as mudanças de que o nosso País necessita. Alguns dirão que isso depende dos políticos. Depende também, mas os políticos que chegam ao poder também dependem da educação do povo.

Tenho experiência para falar sobre esse assunto, especialmente no que se refere ao Estado de Mato Grosso, onde sempre trabalhamos na área. Posso afirmar isso e ninguém pode dizer o contrário. Desafio quem quer que seja a fazê-lo. As pessoas que conviveram conosco à época em que ocupamos a Secretaria de Estado sabem da nossa postura. Agora, uma coisa é o discurso e outra coisa é quando se está no poder – e eu já estive.

Já fui Secretária de Estado e, nessa posição, levei realmente avante a proposta em que acredito e na qual acreditávamos. Essa proposta se apoiava em um tripé. Um dos apoios desse tripé era e é a democratização das relações de poder. Outra parte do tripé é a

liberdade absoluta de idéias e ideais – nós precisamos realmente ser livres para expressar as nossas idéias e os nossos ideais, senão nunca construiremos um processo democrático. O terceiro apoio do tripé é acesso irrestrito às informações – informação é poder!

A busca da democratização nas relações de poder na educação é muito importante. E não só na educação: essa busca tem de se dar na sociedade como um todo. Agora, na educação, é de fundamental importância, porque nessa esfera nós lidamos com as crianças desde muito jovens, desde muito pequeninas e trabalhamos no sentido de fazer com que elas entendam o que é o processo democrático e com que sejam co-partícipes desse processo. Digo isso hoje com essa ênfase porque a educação em meu Estado de Mato Grosso vivencia uma era triste, uma era de pesar, uma era que traz, realmente, um retrocesso muito grande à categoria dos educadores.

A luta pela democratização nas relações de poder nas escolas, pela universalização do acesso a todos os que buscam a escola pública é uma luta muito antiga do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do meu Estado. Eu, quando Secretária de Estado, busquei, junto com essa organização e demais profissionais da área, construir procedimentos e ações que levassem à conquista desses objetivos maiores. Conseguimos avançar muito quanto à democratização das relações de poder na educação, quanto aos recursos para a educação, aos investimentos de um modo geral, e quanto à melhoria salarial para esses trabalhadores. De fundamental importância nesse processo foi a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (Lopeb), que regulamenta a vida dos trabalhadores em educação em Mato Grosso.

Por ocasião da discussão dessa lei, eu era deputada estadual e, como tal, batalhei muito para que essa lei fosse aprovada. É uma lei de boa qualidade, uma lei que contou com a participação decisiva e determinante da organização dos trabalhadores em educação. No entanto, hoje essa lei está sendo destruída pelo atual Governador do Estado, que, de forma truculenta, destrói o que foi construído ao longo de muito tempo, algo que vem em um crescendo há vinte anos. A lei entrou em vigor há alguns poucos anos e agora se vê totalmente destruída.

Trago aqui todo o meu apoio aos trabalhadores em educação de Mato Grosso. Felizmente, esses trabalhadores são decididos, determinados, organizados e estão mobilizados para encarar o autoritarismo de Blairo Maggi. É preciso adotar uma posição muito firme e dizer “Não”: não se pode voltar atrás quanto às conquistas dos trabalhadores. Para isso, deve-se fazer com que a Lopeb, que vigorava até há pouco e que

agora está sendo desmontada pelo Governador Blairo Maggi, continue em vigência e que sejam mantidos seus pressupostos nos termos em que foram aprovados pelo parlamento de Mato de Grosso.

Não podemos deixar que o governo de plantão, em determinado momento, coloque-se na posição de dono da situação em nosso Estado. A educação atinge a todos, de forma direta ou indireta. Quem não tem em sua família um filho, um sobrinho ou um neto estudando? Todas as famílias têm um estudante, com certeza. Os adultos também têm de buscar a escola; porém, é especialmente pensando em nossas crianças e em nossos jovens que freqüentam a escola pública em nosso Estado de Mato Grosso que estamos nos colocando na linha de frente da defesa da Lopeb e da defesa da gestão democrática na educação.

Quero ainda dizer – já o disse na semana passada – que apóio a proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação, qual seja, a de converter parte da dívida externa em investimentos em educação; parcela da dívida externa tem de ser convertida em investimentos para a educação. Se isso ocorrer, teremos condições de dizer que a educação neste País realmente vai atender as necessidades e aspirações de sua população, concretizando um sonho que é de todos nós: dar educação de qualidade a todos neste País. A conversão de parcela da dívida externa em investimentos para a educação é totalmente viável. Voltarei a falar sobre esse assunto, até porque tive oportunidade de discutir essa possibilidade com personalidades da Espanha – a Espanha hoje já converte parte da dívida argentina, 60 milhões de euros, em investimentos para educação.

Nós, Senadores, especialmente aqueles que já foram governadores e que têm consciência da importância da escola pública, com certeza, estaremos todos a postos, discutindo essa possibilidade. Aliás, nosso Governo, sensibilizado pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, já se mostrou favorável à possibilidade de realmente convertermos parcela da dívida externa em investimentos para a educação.

Antes de finalizar, ainda quero falar rapidamente sobre um problema ao qual atribuo a maior gravidade, problema que também está ocorrendo em meu Estado de Mato Grosso. O Sr. Governador Blairo Maggi diz, pasmem Sr^{as} e Srs. Senadores, ser favorável ao nepotismo. Senador Papaléo Paes, que preside a Mesa do Senado neste momento, o Governador de Mato Grosso declarou – isso foi manchete – que é favorável ao nepotismo, que parente tem de ser penduricalho de qualquer governo, do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo.

Eu não aceito. Eu sou contra. Ninguém assume o poder para colocar os parentes pendurados, seja no Parlamento, seja no Executivo ou, pior ainda, no Judiciário.

No Judiciário de nosso País – não vamos generalizar, pois não é em todos os órgãos – é vergonhoso o tamanho do nepotismo. As pessoas assumem determinado poder para arranjar emprego para os parentes. Emprego é para quem é aprovado em concurso público, exceto alguns cargos de especialistas, que nos ajudam no dia-a-dia, em qualquer setor. Mas não é para parente e, sim, para pessoas com formação e liderança. Dizem que parente que tem competência pode assumir esses cargos. Eu digo que não. Gabinete de ninguém, de nenhum poder foi criado para servir de cabide de emprego.

Sentimos vergonha ao ouvirmos algumas notícias. Há caso em que se contratou o sogro, com 80 ou 90 anos, para cargo de segurança e motorista. É uma coisa vergonhosa realmente!

E o Governador do meu Estado defende o nepotismo. Não sei por que S. Ex^a faz esse tipo de defesa. S. Ex^a acha que assumir o poder é criar um cabide de emprego para os parentes. Não é para isso.

Sou favorável a que todos os nossos parentes se encontrem em boa situação, bem empregados, mas pelos seus esforços, por meio de concursos que venham a fazer em qualquer um dos Poderes estabelecidos, ou mesmo na iniciativa privada. Mas não podemos assumir o poder para viabilizarmos aos nossos parentes um serviço para fazer nada, geralmente, e usufruir das benesses.

Sobre o assunto, escrevi um artigo, que estou esperando ser publicado na imprensa, com o título **Na administração pública, parente é serpente**.

Malabarismos retóricos nem sempre funcionam. “Tem que separar o que é nepotismo de favorecimento, aquele que simplesmente recebe e não trabalha, daquele que efetivamente tem qualidades para trabalhar”. Publicada pela imprensa, a declaração atribuída ao Governador Blairo Maggi, cuja esposa freqüenta o primeiro escalão do governo, contém um argumento falso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Sr. Presidente, peço mais dois minutos.

Quem recebe e não trabalha é fantasma, outro terror que assombra a administração pública. É verdade que fantasmas quase nunca aparecem na iniciativa privada, com raras exceções, como é o caso do secretário Luiz Pagot. Sabe-se lá por que diabos a em-

presa Amaggi o mantém em sua folha de pagamento. Para aqueles que se dizem diferentes dos “políticos tradicionais”, talvez seja esse o exemplo de mudança estrutural na esfera pública.

Sr. Presidente, o Governador de Mato Grosso conseguiu criar um fantasma na iniciativa privada. O Secretário de Infra-Estrutura, Sr. Luiz Pagot, é fantasma na folha da Amaggi, porque, como Secretário de Estado, recebe salário na empresa pessoal do Governador. Além de isso não ser permitido, criou um fantasma na iniciativa privada.

Espero que a imprensa do meu Estado e a imprensa nacional divulguem esse caso, porque não disponho de tempo para concluir a leitura de meu artigo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– V. Ex^a tem mais dois minutos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)
– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Prossigo, então: “Seria um grosseiro erro considerar que todos os parentes de políticos são ruins de trabalho”. De jeito nenhum, quero reforçar que temos parentes – eu mesmo os tenho –, com certeza, muito bem formados e com muita capacidade.

Obviamente, a generalização não pode reforçar o entendimento do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, para quem “essa história de nepotismo é coisa para fracassados e derrotados que não souberam criar os seus filhos”.

Acredito que quem soube criar os seus filhos não se utiliza do nepotismo. Nepotismo é para quem não soube criar os filhos e precisa de penduricalho no emprego público. É para esses o nepotismo. Para quem soube criar os filhos não há necessidade de nepotismo, de jeito nenhum, porque pessoas bem formadas e bem capacitadas não precisam viver de favor de alguém que se estabelece no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário. Sou contra o nepotismo nos Três Poderes.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Com a palavra, como Líder, por cinco minutos, o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Ceará, uma grande quantidade de brasileiros – cerca de 12 milhões – es-

tão extremamente felizes pelo andamento das obras que farão a transposição da água do rio São Francisco para esses quatro Estados.

No meu Estado, na Paraíba, fizemos reunião em quase todas as cidades importantes – Monteiro, Sousa, Patos, Itaporanga, Piancó – e, neste final de semana, estaremos em Campina Grande. Nessas reuniões, há participação de pessoas do Ministério da Integração, que explicam o projeto, e da Presidência da República, que mostram uma outra vertente do projeto.

Na semana passada, soubemos que o relatório do meio ambiente foi favorável ao empreendimento.

Tudo isso gerou, no coração desses 12 a 13 milhões de brasileiros, a grande esperança de se ter, daqui para diante, água para beber e, se sobrar, para outros usos.

O grande problema da água no Nordeste, principalmente no meu Estado, onde é extremamente difícil, não é a água em si, porque temos um grande armazenamento, mas é ter sempre uma reserva por causa da possibilidade da seca. Quando a água cai permanentemente, a reserva deixa de ter importância e pode-se utilizar muito mais água.

Embora pouca, a água cairá dia e noite. Com toda a certeza, 30 a 40 metros cúbicos de água por segundo, que é nada num caudal de 2.600 metros cúbicos por segundo, gerará a segurança hídrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O principal benefício da transposição é não permitir que esses reservatórios sejam esvaziados na época de estiagem e permitir maior uso deles quando não tivermos estiagem, gerando um *taking off*, uma arrancada na economia dessa região.

Como eu disse, neste sábado, o encontro será em Campina Grande, onde, como em todos os outros lugares, coletaremos milhares de assinaturas para entregarmos ao Presidente Lula. Uma vez que Sua Excelência tomou essa decisão política, queremos mostrar-lhe que tem o respaldo desses milhões de nordestinos, que deixam essa fase de penúria hídrica e passam a ter uma segurança, o que, em uma região como a nossa, é muito importante.

Vejo, Senador Mão Santa, uma diferença tremenda entre a estiagem no Nordeste e a estiagem no Sul. Quando há estiagem no Sul, em três meses, todos gritam, e a grita é principalmente econômica, por causa das dificuldades na criação de frangos, na plantação de soja, já que eles não têm esse costume.

Mas percebo que, desses dez anos, sete anos foram de alguma dificuldade hídrica, não é Senador Paulo Paim?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas é bem diferente da do Nordeste. Quando a seca atinge o Nordeste, ela desestrutura toda a sociedade, porque os homens migram atrás de emprego e as famílias ficam lá sem chefes, passando necessidade, à mercê de tudo de ruim, banditismo, prostituição, desbaratamento social.

É diferente da estiagem no Sul, que, embora cause um clamor econômico, não causa essa desarumação social.

Era isso que gostaria de dizer, Sr. Presidente, saudando o Ibama pelo relatório favorável e informando que, no próximo sábado, estaremos encerrando o ciclo de debates sobre transposição do rio São Francisco, em Campina Grande.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador inscrito, sem prejuízo aos que o antecedem.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de vir à tribuna no dia de hoje, já que, neste fim de semana, o Governo editou a Medida Provisória nº 248, fixando o novo salário mínimo em R\$300,00. Não há como não reconhecer que significa um pequeno avanço, se compararmos com a batalha que travamos aqui no ano passado, quando o reajuste foi de apenas R\$20,00. Naquela ocasião, votamos contra esse reajuste, que se transformou em um debate técnico, social, político e econômico.

Este ano, o reajuste proposto é 100% maior que o do ano passado, e o salário mínimo, a partir do dia 1º de maio, será de R\$300,00. É claro que ainda não é o valor que desejaríamos, Sr. Presidente. Fui Deputado constituinte de 1986 a 1988 e ajudei a redigir os arts. 6º e 7º da Constituição, que tratam do salário mínimo. Se esses artigos fossem cumpridos, o salário mínimo atual seria em torno de R\$1.450,00. Mas também sei, porque não estou aqui para pregar ilusões, que esse valor não será conseguido do dia para a noite.

Entendo, Sr. Presidente, que esse reajuste que assegura o valor da inflação mais o PIB **per capita** não é o ideal. Para mim, o percentual deveria ser pelo menos a inflação mais o PIB. Pelo PLS nº 200, projeto de minha autoria – já disse isso aqui por diversas vezes –, seria o PIB em dobro, o que daria um pouco mais que o valor de R\$300,00 definidos na medida provisória.

Mas, Sr. Presidente, a medida continua com problema, porque não tratou da situação dos milhões de aposentados e pensionistas que ganham um pouco mais de um salário mínimo. Nem aqueles que ganham 1,2 salários mínimos, em tese, estão contemplados com o aumento real de 8,33%.

Sr. Presidente, em função disso, apresentei à medida provisória três emendas. Uma delas visa a assegurar aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo, no caso, 15,4%.

Também estou procurando introduzir na medida provisória algo que não seria necessário. Em uma sessão do Congresso Nacional, aprovamos a formação de uma comissão mista, ainda em 2004, para a qual a Câmara ainda não indicou seus representantes. Não sei por que isso acontece, já que, na hora de discutir a instalação de CPIs ou medidas provisórias, os representantes são, pelo menos, indicados. A Câmara não indicou seus representantes, embora o Senado já tenha indicado onze Senadores. O Senador Mão Santa fará parte da Comissão, e o Senador Pedro Simon está na mesma caminhada. Não sei por que a Câmara não indica seus representantes.

O Governo, agora, baixou um decreto criando uma comissão especial para discutir o salário mínimo. Considero justo, correto. Não tenho nada contra, mas não sei por que o Senado não instala a sua comissão.

Lá fora, podem discutir o quanto quiserem, e é até bom que o façam, mas quem decide somos nós. Quem dará a última palavra sobre o valor do salário mínimo não serão a CUT, a CGT, a Força Sindical, as confederações, a Fiesp, a Contag, a CNI, mas, sim, o Congresso Nacional. É muito bom que lá fora as centrais sindicais, as confederações de empregados e empregadores e o Governo discutam. No entanto, não podemos apenas ficar esperando o pacote pronto e, depois, reclamarmos, como se deu na reforma da Previdência e na polêmica desgastante da reforma sindical e como, provavelmente, ocorrerá na discussão da reforma trabalhista.

Assim, já que fazemos as leis, vamos instalar a comissão. Sou autor da emenda que pede a instalação da comissão mista para discutir o salário mínimo no prazo de 190 dias, prorrogável por mais 120 dias. Desse modo, poderá haver uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas pessoas têm dito que o Congresso sempre discutiu a questão do salário mínimo de forma hipócrita. Fico um pouco chateado com isso. Ora, estou aqui há quase vinte anos, debatendo e enfrentando o assunto. Já aprovamos índices de 147%, 46,2%, 32,8%. A partir deste

ano, os que agora passaram a integrar a tal linha de frente do salário mínimo dizem que, antes deles, tudo era hipocrisia. Hipócrita é aquele que nunca esteve aqui e que aparece agora, depois que a batalha está em parte vencida, para receber as palmas e chamar de hipócrita todos aqueles que discutiram ao longo de suas vidas um tema tão importante.

No passado, éramos alvo até de deboche. Diziam o seguinte: “Lá vem ele insistir, de novo, nessa questão de comissão para discutir salário mínimo, para valorizar salário mínimo. É um assunto que interessa a dois milhões de pessoas”. Eu dizia que interessava, de acordo com a CNBB, a mais de 100 milhões de pessoas. Agora, parece que acordaram, como na história da princesa adormecida. E já estão há tantos anos no movimento sindical! Só estou dando um exemplo, não vou citar nomes. Parece que, agora, recebeu um beijo do príncipe e acordou para dizer: “Olha, daqui para a frente, vamos também discutir o salário mínimo”.

Quero que todos discutam, mas sem chamar de hipócritas aqueles que travaram batalhas, inclusive antes de 1964, em defesa de um salário mínimo justo. Dá-nos a impressão de que a história do salário mínimo surgiu a partir do ano passado. Muito antes de estarmos todos na vida pública, na política, já havia muita gente debatendo, discutindo a importância do salário mínimo para o País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, concedo-lhe um aparte, com satisfação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a simboliza, hoje, para o trabalhador, uma esperança. Que essa esperança dê resultados! É vergonhoso o desconhecimento total da democracia, quando o STF imiscui-se aqui, em um desrespeito total à democracia e aos três Poderes, independentes, harmônicos e eqüipotentes, para aumentar o nosso salário para R\$27 mil. Nos países civilizados que V. Ex^a mencionou, qual a diferença entre o maior e o menor salário? É de dez, doze, vinte vezes. Então, Senador Pedro Simon, o salário mínimo deveria ser de R\$2,7 mil. Isso é tão grave, tão grave que, quando governava o Piauí, estive no Equador em busca de tecnologia para o cultivo do camarão, pois havia dado uma praga no meu Estado. Naquele país, a economia estava dolarizada, Senador Pedro Simon, e eu senti a dificuldade do povo para comprar. Mas essa dependência do capital, do FMI, do BID, do Banco Mundial, fez o povo ir às ruas e deu no que deu: um atraso na democracia. E esse mesmo povo está sofrendo. Via, quando criança, nos dias 1º de maio, Getúlio dizer: “Brasileiros, trabalhadores do Brasil...” e anunciava o salário mínimo.

Temo, Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, ambos representantes do Rio Grande do Sul, que no dia 1º de maio o Presidente Lula diga: “Banqueiros do mundo, tranquilizai-vos; eu garanto essa orgia”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, nesta oportunidade convoco V. Ex^a e, naturalmente, todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores para, no dia 2 de maio, participarem de uma sessão de homenagem aos trabalhadores brasileiros, aos aposentados e aos pensionistas. Esperamos que nesse dia se faça um grande debate sobre a questão do salário mínimo e a questão relacionada aos proventos dos aposentados, dos servidores públicos e privados e, inclusive, dos servidores militares, que, no meu entender, estão fazendo um justo movimento no sentido de que seja reajustado o valor do soldo em torno de 23%.

Sr. Presidente, ainda tenho mais cinco minutos, além dos dez?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a tem mais cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, além do assunto referente ao salário mínimo, que eu não poderia deixar de tocar, há um outro. Sou daqueles que não admite, porque parece que o mundo começou a partir do ano passado! É como se, antes de 1964 – por isso, o Golpe –, muitas pessoas não tivessem tombado por bandeiras históricas. E continuou acontecendo isso depois de 1964. Por isso, a minha indignação, pois é hipocrisia, tendo em vista tudo o que aconteceu neste País, achar que o mundo começou a partir do ano passado. Essa é a minha discordância, digo isso para aqueles que entraram no cenário agora e que eu não os conhecia ao longo desses anos de tantas batalhas. O Senador Pedro Simon pode me ajudar, dando o seu testemunho – mesmo que seja com a concordância expressa, demonstrada por um gesto de cabeça – de que muitas pessoas tombaram antes e depois de 1964 para esse momento acontecer.

Sr. Presidente, o outro assunto a que eu gostaria de me referir é o movimento iniciado no Rio Grande do Sul, com o qual estou empolgado, com o objetivo de criar, na metade sul do Estado, mais um **campus** da Universidade da Região da Campanha (Urcamp), que vai alcançar Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Santana do Livramento. A região da Campanha, a famosa fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul, está agora com a possibilidade real da federalização dessa Universidade.

O Reitor da Urcamp, Professor Francisco Arno Vaz da Cunha, disse-me que o fator preponderante da iniciativa de transformar a Urcamp em universidade federal é “a recuperação social e econômica da re-

gião". Teremos mais produção científica, tecnológica e de conhecimento, que, sem dúvida, vai influenciar os setores produtivos.

Para tanto, a reitoria da Urcamp entregou ao Ministério da Educação projeto de viabilidade e descrição da região econômica atendida pela Urcamp a fim de embasar as tratativas para a sua federalização.

O projeto, Sr. Presidente, contempla um estudo aprofundado da situação econômica e acadêmica da instituição e uma radiografia da região da Campanha e fronteira sudoeste em seu contexto socioeconômico.

Reitero a importância desse debate, ainda mais que o Projeto de Reforma Universitária a ser apresentado pelo MEC ao Congresso Nacional deverá contemplar a possibilidade de a União investir recursos na instalação de universidades em áreas de depressão econômica.

Sabemos da boa disposição do Ministro Tarso Genro para com a região e também do esforço enorme do Prefeito Mainardi, ex-Deputado Federal, que está trabalhando nessa área. Podemos citar, como exemplo, as tratativas para a aprovação da medida provisória que criou o Programa Universidade para Todos – o ProUni. O projeto ampliou o número de vagas nas universidades de todo o País mediante a oferta de bolsa de 100% e 50% de gratuidade. A própria Urcamp abriu 285 vagas para bolsas.

É importante salientar que o debate estabelecido pela Urcamp, além da implantação de uma nova instituição a partir da estrutura atual, tem como princípio elementar a preservação do corpo docente da universidade bem como de seu quadro de funcionários.

Para desenvolvermos a região não basta apenas a federalização da instituição. É claro que esse talvez seja o primeiro passo. Mas é preciso muito mais. É preciso ir além. Com políticas efetivas e integradas com as comunidades. E, necessariamente, num espaço democrático adequado.

Sr. Presidente – se V. Ex^a me permitir – vou concluir. Assisti, Senador Pedro Simon, nesse fim de semana, ao filme "Diários de Motocicleta" do brasileiro Walter Sales, e me veio à mente uma frase de Ernesto Che Guevara, que dizia: "Um dos grandes deveres da universidade é implantar suas práticas profissionais no seio do povo".

Entendo que a universidade dará esse tom àquela região, que é fundamental para o seu desenvolvimento.

Por isso, entendo que as forças vivas de Bagé e região estão de parabéns pela iniciativa de propor a federalização da Universidade da Região da Campanha. O importante é que o debate está aberto.

É uma proposta que, tenho certeza, tem o apoio dos Senadores, e, com certeza, também será apoiada por todos os gaúchos.

E repito a frase de Che Guevara: "Um dos grandes deveres da universidade é implantar suas práticas profissionais no seio do povo".

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância de V. Ex^a para comigo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, como orador inscrito.

S Ex^a terá até dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assisti, desde a morte de João Paulo II, à caminhada e ao esforço feito no Vaticano para a escolha do seu sucessor.

Trata-se de um momento bonito da Igreja. Independentemente dos católicos, dos cristãos, o mundo acompanha esse momento por se tratar de uma escolha que define os rumos de um grupo importante da humanidade, grupo formado por mais de um bilhão de pessoas.

Vi a chegada dos Cardeais. Vi a beleza da despedida feita a João Paulo II, um homem que, muito além da sua religião, foi um cidadão do mundo, e o mundo lhe prestou homenagens, porque ele pregava o amor, pregava a paz, pregava a liberdade, pregava a unidade, principalmente aos mais pobres e aos mais humildes. E vi a angústia e a preocupação de quem seria o seu sucessor.

A escolha foi rápida, uma das mais rápidas que já houve. Foi escolhido um cardeal, se não me engano, o segundo mais velho, 78 anos, alguém que estava há mais de 20 anos no cargo mais difícil e, atrevo-me a dizer, mais antipático que pode existir em uma instituição: o de julgar. Deus já disse: "Não julgueis para não serdes julgados. Com a mesma força que julgares haveis de ser julgados".

Se há uma profissão que nunca pensei em ser é a de juiz porque não teria condições de fazê-lo, e a minha índole é mais a de perdoar do que fazer justiça e impor o que deve ser feito. O seu cargo era difícil, muito difícil, e foi exercido por um longo período, muito longo. E o Cardeal, pelo seu estilo e comentários, era um homem simpático, com uma extraordinária cultura, principalmente teológica, mas, quando se dirigiam a ele, era pessoa simples e encabulada.

Escolhido, eu não vim a esta tribuna. Fiquei esperando, porque não esperava que fosse ele quem ganhasse. E as críticas, acho que até exageradas, de

alguns brasileiros, críticas inclusive ásperas, infelizes digo eu, fizeram-me ficar precavido e aguardar o modo como ele iria iniciar seu pontificado. É interessante salientar que o sermão que ele fez em homenagem a João Paulo II, na missa de corpo presente daquele Papa, pregando idéias firmes de uma igreja agarrada a princípios, foi um pronunciamento muito diferente do que ele fez ontem. Levantei-me às cinco horas da manhã para assistir. Na verdade, o que alguns diziam, entre os quais o Senador Marco Maciel, creio que começou a acontecer. O Papa Bento XVI fez o seu primeiro discurso, o primeiro como Papa, muito diferente dos que tinha feito anteriormente. Parecia outra pessoa. E, verdadeiramente, era uma outra pessoa. Uma coisa é alguém estar ali para julgar, com a responsabilidade de julgar, durante 20 anos, fechado na sua cúpula e vendo o mundo lá longe. Outra coisa é o homem ser Papa e olhar para o mundo, principalmente para os que mais precisam, os mais humildes. O Papa não tem obrigação de julgar, nem de decidir, mas de olhar para o contexto da humanidade. E ele fez o seu pronunciamento. “Não me perguntem o meu programa, nem o meu pensamento. O meu pensamento é o pensamento do povo, dos meus bispos. Eu quero ouvir o pensamento dos que estão em roda de mim. Não me abandonem!” – disse ele numa reunião inédita, pois, pela primeira vez, um Papa, eleito, se reúne fechado com todos os cardeais, os que o elegeram e os que não o elegeram por terem mais de 80 anos, e pediu-lhes com piedade: “Venham falar comigo! Venham colaborar! Venham dizer o que pensam! Eu preciso de vocês!” E o que dizia Dom Cláudio Hummes aconteceu: o desejo de encontrar uma Igreja mais aberta, onde os bispos tenham mais presença e ela seja mais universal.

Eu creio nas forças do Espírito Santo e creio que essas forças agem, e estão agindo, no sentido de que aquele homem, naquela idade, assim como João XXIII, colocado numa transição, foi o Papa mais revolucionário dos últimos tempos, convocando o Concílio Vaticano II e fazendo as maiores transformações que tivemos na história da Igreja moderna. Eu confio que esse Papa vai seguir o caminho, como disse ontem: “Vou falar com os meus irmãos de todas as religiões, inclusive os judeus. Vou falar com aqueles que acreditam em Deus e com aqueles que não acreditam. Vou falar com toda a humanidade e vou dialogar com todos em seu conjunto”.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Pedro Simon, estou ouvindo,

do, como toda a Casa, com muita atenção, o discurso de V. Ex^a. E V. Ex^a fertiliza a discussão que se abriu a partir da eleição do Papa Bento XVI. Eu começaria o meu breve aparte chamando a atenção para o fato de que V. Ex^a tem inteira razão. É que partimos do pressuposto de que o conclave que escolhe um Papa não é dominado, como nos conclaves políticos, em nossas convenções, por temas mundanos, terrenos, circunstanciais, efêmeros muitas vezes, e sim que um conclave dessa natureza se reúne sob a inspiração do Espírito Santo e, portanto, há uma variável, que não é humana, que interfere na escolha de um Papa, a quem incumbe o papel de continuar a pregação de Pedro, ou seja, de ocupar a cadeira Petrina e não somente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – ...anunciar o Evangelho, mas também dialogar com outras confissões religiosas. João Paulo II nisso foi um Papa que teve presente essa preocupação, com a “inculturação” da fé, com o diálogo inter-religioso e com o convívio ecumênico. Foi o primeiro Papa a visitar uma mesquita, a estar com os muçulmanos; foi o primeiro Papa a ir a uma sinagoga conversar com os rabinos, os judeus – a quem ele chamava “os irmãos mais velhos na fé”. Esteve com a Igreja Anglicana e procurou estar com a Igreja Ortodoxa russa. Se isso não foi possível não foi porque ele não quisesse e, sim, por dificuldades que, na ocasião, foram oferecidas pelo próprio patriarca russo. Por fim, devo dizer que o seu sucessor, o hoje Papa Bento XVI, além de ter sido um operoso e diligente auxiliar de João Paulo II, é também um grande teólogo, o que está demonstrado em exposições que fez ao longo do tempo em que ocupou um dicastério extremamente importante, a Congregação para a Doutrina da Fé; provou ser pessoa extremamente dotada, tendo inspirado João Paulo II em algumas de suas encíclicas mais relevantes, como por exemplo, **Fides et Ratio**, ou Fé e Razão. Nessa encíclica, de alguma forma, mostra que entre fé e ciência não há nada de intransponível, pelo contrário. Se alguém desejar apontar alguma contradição, essa será falsa contradição. Além disso, o Papa Bento XVI é, como era também o Papa João Paulo II, uma pessoa extremamente simples e humilde. Embora fosse dos mais cultos dos cardeais da Igreja, não se jactava disso. Daí por que não me surpreende que esteja agora, como salienta V. Ex^a, conduzindo-se muito bem e, de alguma forma, fazendo com que se renovem as esperanças, já que a Barca de Pedro está em boas mãos e, conseqüentemente, podemos esperar um excelente pontificado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a e digo que, se às cin-

co horas da madrugada, com angústia, acompanhei aquela missa, às nove horas, era com emoção, quase com lágrimas, que via o encerramento. Primeiro, o seu pronunciamento, trinta vezes aparteado com emoção, e depois o fato de ele andar, com seu carro aberto, ao lado daquelas 400 mil pessoas deixaram-me uma mensagem de esperança. A divisão entre a Igreja voltada internamente para seus pensamentos, seus sentimentos, seus dogmas e a Igreja voltada para o povo, para o social não pode ser colocada assim: essa ou aquela.

Creio que exatamente aquele que estava no lugar mais difícil e fechado da Igreja, como Cardeal, vem agora como Papa e fará completamente diferente do que fez como Cardeal. Agora, Sua Santidade olhará para a humanidade, por todos, para os jovens e para os problemas e dramas que vive a humanidade; até para os problemas dos não-casados, para a questão dos nascimentos e tudo mais. É um Papa que estará debatendo e discutindo.

O Cardeal de São Paulo desconfia que Sua Santidade convocará o Vaticano III. Para Sua Eminência dizer isso, deve ter sentido algo nessa direção, ou seja, que seria importantíssimo, em uma hora tão duvidosa, tão negra na humanidade, em termos de princípios, de valores, de globalização, dos caminhos para onde se vai, se a Igreja fizesse uma reunião dessas para a sua profunda meditação.

Eu não sou ingênuo, nem tenho autoridade para dizer aqui o que vai ser, como vai ser. Mas tenho autoridade e sentimento para dizer que o primeiro passo, o primeiro dia, as primeiras medidas demonstram que não era aquilo que alguns que pertenceram à Igreja e hoje não pertencem mais afirmaram. Eles foram, na minha opinião, exageradamente áspersos, de uma falta de caridade, na análise de um homem que estava começando.

Creio que o início foi positivo. Que Sua Santidade, numa hora em que talvez o vazio esteja tão grande, possa ocupar esse lugar; que possa ser o mentor que dialogue com o mundo e busque o entendimento entre todos.

Que bom que o início tenha sido assim! E que nós todos possamos esperar, rezar e até torcer para que esse Papa, ao contrário do que alguns pensam, traga posições importantes para sua Igreja, para seu povo e para a humanidade.

Acho que a hora é difícil, triste, dura, com incógnitas enormes, interrogações permanentes, fome, miséria. Creio que a Igreja Católica tem condições e a obrigação de atuar no sentido de fazer efetivamente o que prega a sua fé, o que pregam os nossos princípios e a nossa doutrina. Uma Igreja de paz, de amor,

voltada para todos, principalmente para os que mais necessitam.

Que Deus e que o Espírito Santo sejam, realmente, os grandes conselheiros e estejam ali a orientar e a determinar as decisões importantes que Sua Santidade haverá de ter nos próximos dias e no seu papado. Que Deus o abençoe e a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A Presidência aproveita para registrar a presença neste plenário do Vereador Mário César, da cidade de Palmas. Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma honra a presença do Vereador nesta sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Eduardo Siqueira Campos, que preside a sessão, nesta segunda-feira, 25 de abril; as Sr^{as} e os Srs. Senadores; as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que nos assistem por meio do sistema de comunicação do Senado.

Senador Pedro Simon, franciscano, suas virtudes, aliás, fazem-nos permanecer hoje no PMDB. Mas entendemos, como o Senador Marco Maciel disse antecipadamente, que a eleição do Papa era diferente: tinha o fator Divino Espírito Santo.

Ninguém mais do eu tem fé no Divino Espírito Santo e vou dizer por quê. Uma vez estava tombado politicamente e rezava numa capela do Piauí, no bairro Primavera. Eis que chega uma senhora, bate nas minhas costas e diz: “Governador, você não sabe rezar. Reza-se, assim: Divino Espírito Santo, providenciai. Divino Espírito Santo, providenciai. Divino Espírito Santo, providenciai”.

Senador Pedro Simon, Senador Marco Maciel, estou aqui. É o Divino Espírito Santo. Mas vamos para o nosso raciocínio. Senador Alvaro Dias, na política sabemos que governo forte faz o sucessor. Penso que, na história do papado, nenhum foi tão forte e positivo como o Papa João Paulo II.

Senador Marco Maciel, o Papa era uma figura rara. Tive o privilégio de ser abençoado pelo Papa João Paulo II, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Quando eu governava o Piauí, Senador José Agripino, fui convidado pela igreja. Ao meu lado, estavam o Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, e o ex-ministro Rubens Ricupero. Diante de muitos nessa bênção especial, Sua Santidade dizia que recordava a sua vinda ao Piauí. Senador José Agripino, ele dizia que tinha acabado de nomear o Bispo do Piauí, José Freire Falcão, para Brasília, mostrando a sua intimidade com o Clero pátrio.

Mas, no nosso raciocínio, sem dúvida nenhuma, o Divino Espírito Santo esteve presente, como também a assertiva política de que “um governo forte faz o seu sucessor”.

Aqui veio o Senador Efraim Morais, esse homem que tirou as oposições das cinzas, no começo como líder de uma minoria que hoje é maioria neste País.

Lamento, mas, conforme noticiado em um jornal do Piauí, edição de domingo: “Dos R\$298,5 milhões para o PI [até o dia de hoje], o Governo libera R\$64 milhões”. Senador José Agripino, logo o Piauí, que tem um Governador do PT! São praticamente 20% dos sonhos, das perspectivas, das necessidades.

Confesso, Senador Eduardo Siqueira Campos, minhas crenças são as de um homem do Piauí. Creio em Deus, Senador Marco Maciel; creio no amor, Senador Siqueira Campos, que constrói a família, a base da sociedade. “A pátria é a família amplificada”, Senador José Agripino – foi Rui quem disse. Acredito no estudo e no trabalho. No estudo, não dá certo o Piauí. Mas, por que não dá certo o Piauí, Senador José Agripino, se o Rio Grande do Norte também não vai dar certo, muito menos o seu Tocantins? Porque eles estão no Brasil. O Brasil está errado. Está errado, Senador José Agripino.

Atentai bem! Vamos sintetizar. A revista **Veja** traz este homem nas páginas amarelas – simbolizando o amarelo da bandeira, a riqueza, o ouro. Talvez, atualmente, ninguém o supere em competência administrativa – um brasileiro do mundo: Jorge Gerdau Johannpeter, o conhecido Gerdau. Atentai bem para o que ele diz aqui, Senador Jonas Pinheiro, do Mato Grosso – Estado que, com este Governo, está indo como o Piauí.

O mais internacional dos empresários brasileiros diz que “o País não avança sem que o Estado passe por um choque de gestão”. E ressalta o entrevistado: “O sistema tributário brasileiro é medieval. Cobram-se 30% de impostos antes mesmo de uma fábrica começar a produzir”.

Senador José Agripino, estão matando a galinha dos ovos antes de ela dar o primeiro cacarejo.

E quem fala é o mais poderoso empresário do Brasil, que entrou no mundo. Mais ainda, sendo sinté-

tico, porque isso nós aqui já advertíamos, sem que o núcleo duro consiga aprender. Não é verdade aquele ditado: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, porque temos ensinado, mas esse núcleo duro não aprende a governar.

O empresário vitorioso diz:

Não admito que o Chile tenha um risco-país menor que o nosso. Se eles conseguiram criar um ótimo ambiente de negócios, temos a obrigação de fazer o mesmo. Nosso problema é o excesso da permissividade.

É o excesso da permissividade; é a esbórnia; é a falcatura; é a falta de seriedade.

A política é que torna difícil a redução dos gastos do Governo. Sob o ponto de vista de gestão, seria fácil cortar despesas em até 50% sem prejudicar os pobres ou piorar os serviços públicos.

Atentai bem, Siqueira Campos. Aprendemos isso em casa; eu aprendi com os meus pais o que disse o empresário: “É necessário incutir nas pessoas e no Governo o elemento de austeridade”. Senador José Agripino, lembre-se de seus pais e seus avós – família tradicional. Houve um grande Governador do Piauí, Lucídio Portela, irmão do Petrônio, cujo *slogan* era “austeridade”, Senador Pedro Simon – Governo da austeridade.

Continua o Sr. Gerdau:

Não há segredo: uma boa gestão é aquela que, obcecada em rever os procedimentos, eliminar as perdas e ganhar eficiência. O Brasil foi beneficiado por uma expansão sem precedentes da economia mundial. A política é que torna difícil a redução dos gastos do Governo.

E diz ainda ao final: “Como dizia meu pai, quem desejar os postos de maior significação, que apresente as suas credenciais de trabalho, capacidade e dedicação”. Isso é o que não se vê.

Quis Deus que um monte de famintos e desempregados do PT assumissem, Senador Jorge Bornhausen, sem mérito, sem competência – e deu no que deu.

Está aqui, num jornal do Piauí, que até o dia de hoje: “Dos R\$298,5 milhões para o Piauí, Governo libera R\$64 milhões” – praticamente 20%. Para ser exato, e esse é um trabalho de um Deputado Federal do PFL, Júlio César, que nem é do meu partido, que diz que corresponde a 21,5% do total. Parabenizo a reportagem e o Deputado que fez a pesquisa.

Isso, Senador José Agripino, é elementar. É porque a ignorância é audaciosa. Tem que haver poupança, poupança.

Senador Pedro Simon, quem consegue ter poupança neste Brasil? É o que pergunto aos brasileiros, à mulher e ao homem que trabalham, já que o Governo tira, de um ano trabalho, cinco meses, e, além disso, temos os juros mais altos do planeta. Não há poupança. A compra a crédito é a escravidão moderna.

Abraham Lincoln já dizia: “não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”. Essa é a escravidão.

Se não há poupança privada, a pública, muito menos, porque esta vai toda para os banqueiros, para o FMI, para o Banco Mundial, para o Bird e para o BID. Se não há poupança, não há investimento; se não há investimento, não há trabalho. Assim, ocorre a inversão que Rui disse: “a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador”. É o trabalho e o trabalhador – que veio antes – que fazem a riqueza.

Com a palavra o extraordinário líder do PSDB do Paraná, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem sido um crítico constante e competente. Realmente vi hoje na imprensa que o Presidente Lula resolveu gastar mais em publicidade para divulgar os seus programas sociais. Como governador que foi, V. Ex^a sabe e tem demonstrado da tribuna que o *marketing* mais competente é o da eficiência administrativa. Fica a impressão de que o Presidente Lula acredita no governo virtual, aquele que empolga na tevê. Desligada a tevê, vem a frustração, Senador Mão Santa. É o que tem ocorrido com os programas sociais do Presidente, como o Fome Zero, o Primeiro Emprego, que chega ao final de um ano, como no ano passado, com aplicação de apenas 0,58% do que estava provisionado no Orçamento para as ações que permitissem oportunidade de trabalho ao jovem.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Agora, o Presidente da República encontra a solução: a divulgação, a mídia, mais recursos para a publicidade. Senador Mão Santa, sinceramente, este não é o PT que o povo escolheu para governar o País.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporamos as palavras do Líder, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, para concluir, lembro que Diogo Mainardi afirmou, recentemente, que escreveu para a assessoria do Presidente Lula, perguntando que livro Sua Excelência estava lendo. Decorridos dois anos, três meses e vinte e cinco dias, não houve resposta.

Senador Alvaro Dias, com direito, digo que esta é a Casa dos que devem ter experiência para ensi-

nar. Nenhum do núcleo duro chegou até aqui ou vai chegar.

Apenas Bill Clinton sentiu, quando Presidente, Senador Efraim Morais, que era difícil governar em uma democracia. Mandou, então, que estudassem. Apontaram-lhe os dois melhores técnicos: Ted Gaebler e David Osborne. Depois de muita pesquisa para saber como se governa em uma democracia, surgiu o livro: **Reinventando o Governo**. O livro é grande, e o núcleo duro não vai entendê-lo. Não gostam do estudo e do saber.

O ditado popular diz o seguinte: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. E acredito mais no povo, na sabedoria popular. Vou fazer minha última tentativa de furar o núcleo duro. Dizem no livro que o Governo não tem de ser grande demais, Senador Jonas Pinheiro. Se o Governo for grande como um transatlântico, poderá afundar como o Titanic. Tem de ser pequeno, ágil. O Governo aumentou de tamanho, multiplicou-se e endividou-se. O Governo não tem uma poupança pública. Sem poupança pública, não há investimento; sem investimento, não há obras; sem obras, não há trabalho. Mas não creio que o Presidente Lula vá ler **Reinventando o Governo**.

O Senador Pedro Simon falou em fé, em Deus, na religião católica que dá o exemplo da paz – Francisco, paz e bem; Pedro Simon é franciscano. Que leiam na Bíblia trechos que dizem: “Comerás o teu pão com o suor do teu rosto”. Oh, Lula, essa é uma mensagem de Deus para ensinar que os governantes têm de propiciar o trabalho. O trabalho é que dá dignidade e engrandece, Senador Jorge Bornhausen. E eu não ficaria com esse blablablá dessas bolsas de estudo e não sei o quê. Não! Entre essa conversa, fico com a seriedade do apóstolo Paulo, que disse: “Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”. E o apóstolo Paulo disse as palavras de Deus, encaminhando para o trabalho: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”. E o que estamos vendo aí neste nosso Governo são milhares e milhares de famintos, desempregados, cabos eleitorais do PT sem trabalho e comendo mole, sem trabalho e entrando nos sonhos da mordomia, encantados.

Pedro Simon, onde estão os concursos? Vemos, todos os dias, os DAS, as facilidades, aquilo que está no livro de Deus: ...

(O Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... a porta larga da corrupção, da sem-vergonhice, das mamatas. A porta estreita é essa mesma pela qual entramos aqui, acreditados pelo povo, pela força do povo.

Estas são as nossas crenças: Deus, amor, estudo, trabalho e o povo.

O povo coloca e o povo tira. O povo foi à rua e gritou diante desses Governos: liberdade, igualdade e fraternidade. Que liberdade se tem aqui?

Diriam que estou com conversa velha, da Bíblia, mas eu ia com uma conversa nova de Norberto Bobbio, que é o apóstolo da democracia. Senador Pedro Simon, ele disse que o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Senador Jonas Pinheiro, estamos vivendo numa barbárie.

Agora, alguém merece dez neste Governo: Duda Goebbels Mendonça – Goebbels era o ministro da propaganda de Hitler, que dizia que mentira repetida acaba virando verdade.

Verdade mesmo é Cristo, que disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

É disto que o povo do Brasil precisa: justiça!

Essas são as nossas palavras, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em homenagem a Pedro Simon, terminaria dizendo: onde houver desespero, leve a esperança, a esperança da democracia que conquistamos. E a democracia tem a esperança da alternância do poder. Vamos tirar o PT e promover aquilo para que Deus nos criou: felicidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador José Agripino, por cinco minutos.

Posteriormente, fará uso da palavra a Senadora Fátima Cleide.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aconteceu o que eu mais temia. Senador Pedro Simon, como Parlamentar de Oposição, venho há bastante tempo tecendo comentários, exercendo a crítica legítima, cobrando uma postura mais pragmática do Governo no que diz respeito à renda, ao emprego e à retomada do crescimento. Quantas vezes falei da perversa taxa de juros!

Hoje, está divulgada na grande imprensa e deverá constar dos jornais de amanhã a ponta do *iceberg*. É a seguinte a manchete das “Últimas Notícias” do *site* da UOL: “Cheques sem fundos batem todos os recordes em março, diz Serasa”.

Senador Alvaro Dias, o cidadão que compra deixa de pagar porque quer, porque é caloteiro ou porque não pode pagar? Deixa de pagar porque não pode pagar.

O que está acontecendo, Senador Jonas Pinheiro? A renda do brasileiro, ao longo desses últimos 24 meses, não cresceu. O emprego, na minha opinião, dentro de uma bolha, cresceu; a atividade industrial, de três meses para cá, vem caindo; a renda, igualmente; o emprego, *idem*. O inevitável aconteceu. As pessoas foram iludidas pelos fogos de artifício soltados pelo Governo, que apregoou – índice divulgado em dezembro – crescimento do PIB de 5,2%. Disseram que o País estava explodindo e que o nível de emprego iria crescer. Com os financiamentos de 12, 24 e 36 meses, as pessoas se animaram a comprar. A renda não cresceu, o emprego caiu, e as pessoas caíram na realidade: não estão podendo pagar o que compraram.

Senador Efraim Morais, os dados, perversos e altamente preocupantes, são os seguintes: em março de 2005, de cada mil cheques processados, 20,8 não foram honrados. Em março, foram processados 170 milhões de cheques, e 3,5 milhões deles foram devolvidos – um recorde desde que o índice do Serasa foi criado. Foram assinados 3,5 milhões de cheques por 3,5 milhões de brasileiros que compraram de boa-fé, que compraram porque acharam que poderiam pagar e que estão agora no Serasa como inadimplentes e caloteiros.

O que, na minha opinião, aconteceu? Contração de renda familiar, desemprego por dois meses seguidos e uma renda que não cresce. E o Governo Lula apregoa 5,2% de crescimento! O Presidente da República, como um grande animador de auditório, prega que 2005 e 2006 serão anos de bonança, que é céu de brigadeiro, que tudo vai muito bem!

Senador Jonas Pinheiro, não foi o que vi e ouvi em seu Mato Grosso agora. Estive no eldorado brasileiro: Mato Grosso do Sul e seu Mato Grosso. Tive oportunidade de, neste fim de semana, andar pelo interior, ver as pastagens maravilhosas, ver os rebanhos nelore e conversar com proprietários, pequenos e grandes. A conversa é uma só: o dinheiro que ganharam em 2004 com a soja e com o milho, em razão de uma conjuntura internacional compradora, morreu; o lucro de 2004 é coisa do passado. Pegaram mercado mundial comprador, altos preços das *commodities* e custo de produção compatível com o preço de venda. Animados pela expectativa criada pelo próprio Governo, o governo do espetáculo do crescimento, da promessa de crescimento do PIB de cinco, seis, sete ou oito pontos percentuais, plantaram para colher em 2005. Houve até seca! Compraram insumo a dólar de R\$3,20 e vão vender a produção com dólar de R\$2,55 a R\$2,60.

O que eles me disseram, Sr. Presidente, é que estão no prejuízo real. Alguns, os poderosos, estão ven-

dendo tratores de esteiras, tratores de pneus, e os que tinham avião os estão vendendo para pagar as contas. Do pequeno com quem conversei, perto do Município de Bonito, no aeroporto perto do hotel onde fiquei, ouvi que tudo o que ele iria apurar, como plantador de milho, não dava para pagar a conta do banco.

A perspectiva para 2005 e 2006 não é boa. E aí entra o meu temor. Estamos vivendo um governo de *marketing*, de propaganda, de criação de expectativas fantasiosas, mas no qual as pessoas confiam. Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, quem é que não confia na palavra de Presidente da República? Quem é que, morando no interior do Tocantins de V. Ex^a ou no interior do meu Rio Grande do Norte, não acredita na palavra de esperança do Presidente da República, do grande animador de auditório? É claro que nela acreditam. E, acreditando, compram, fazem carnê, porque esperam que o País vai crescer, que o emprego para eles vai existir, que a renda deles vai crescer, que o que eles plantarem o terreno vai produzir e vão ter a quem vender. E comprem, e comprem, e aí aparecem os cheques sem fundo, que são a minha preocupação. Os cheques sem fundo são a ponta do *iceberg*.

Está na hora de a equipe econômica do Presidente da República dizer: "Vamos ter parcimônia; vamos acabar com o governo espetáculo; vamos acabar com a pregação de uma esperança que não vai acontecer; vamos viver a realidade ou vamos mudar a postura e fazer o que deve ser feito". E o que deve ser feito não é o que está sendo feito em matéria de criação de mercado e de expectativa nova de produção.

Está na hora de o Governo acabar com o tipo de viagens que vem fazendo. O Presidente deveria ter ido para as exéquias de Sua Santidade, mas não deveria ter voltado pela África, em uma viagem espetáculo, criticada pelo próprio Ministro do Desenvolvimento. O que foi o Presidente fazer em Guiné-Bissau? O que foi fazer na Nigéria? Lá, nem reunião de trabalho houve. Para que a criação desse espetáculo do resgate do Presidente da República do Equador?

O que o Presidente precisa, Senador Efraim Moraes, é fazer viagens bem programadas para vender o Brasil nos Estados Unidos, que comprem do Brasil 1,3% de suas importações. O Governo precisa ir à União Européia discutir a não-taxação, por exemplo, da banana importada do Brasil que, de repente, vai para 230 euros por tonelada. É isso o que o Governo tem de fazer. É preciso acabar com o governo espetáculo, com a criação de expectativa, que leva a esta coisa preocupante e que significa a ponta do *iceberg*: o recorde de cheques sem fundo que aconteceu no Governo Lula, cheques de cidadãos brasileiros de boa-fé que acharam que podiam comprar porque po-

deriam pagar, mas acordaram com a dura realidade de não poder pagar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – De acordo com o critério de alternar os oradores regularmente inscritos com os Srs. Líderes, vai falar agora a Senadora Fátima Cleide como oradora inscrita. O Senador Jonas Pinheiro falará após o Senador Jorge Bornhausen. E há ainda a inscrição de um Líder, o da Minoria, Senador Efraim Moraes. Dentro de poucos minutos, a Presidência convocará V. Ex^a, obedecendo aos termos do Regimento desta Casa.

Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna nesta tarde é a defesa de proposição de minha autoria, proposição esta que foi colocada para apreciação do Plenário desta Casa em novembro do ano passado. De lá para cá, verificando-se a tramitação da matéria, que se encontra na Ordem do Dia desta terça-feira, portanto amanhã, dezenas de vezes a pauta foi sobrestada, adiamento causado também pelo recesso legislativo e, por último, pela análise da proposta a pedido da Liderança do PT.

Agora, a matéria se encontra em pauta, e espero que ela seja discutida e aprovada amanhã, em primeiro turno.

Essa matéria, Sr. Presidente, é a Proposta de Emenda à Constituição nº 87, formalmente apresentada à Casa pelo meu mandato em novembro de 2003, portanto com tramitação superior a um ano, o que, de modo algum, considerando o ritmo verificado nesta Casa, se configura tempo demasiado, ainda mais por se tratar de uma alteração constitucional que pede um rito específico, e assim mesmo deve ser.

Muitas propostas, de novos e antigos Senadores, também tiveram o rito desacelerado por conta das diversas medidas provisórias que sobrestaram a pauta nesse mesmo período em que a PEC nº 87, por mim apresentada, foi incluída na Ordem do dia.

A oportunidade desses esclarecimentos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é necessária, porque, a todo momento, os funcionários públicos estaduais de Rondônia, os maiores interessados na deliberação dessa matéria, procuram o meu mandato com a intenção de saber sobre o andamento da proposta na Casa. E a eles temos emprestado as nossas respostas pelos mais diversos meios, e hoje o faço desta tribuna.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a PEC nº 87, de 2003, teve aprovação unânime na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, baseada em parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti. Com ela se pretende

apenas a igualdade de tratamento entre regiões que passaram a compor o cenário nacional na condição de Estados a partir da década de 80.

Falo de Rondônia, Estado criado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, no governo do General João Baptista de Figueiredo, e de Roraima e do Amapá, criados posteriormente, no advento da Constituição de 1988.

Ocorre que, na lei de criação do meu Estado, um dos artigos responsabiliza a União pelas despesas com funcionários públicos colocados à disposição do Estado, inclusive os que, conforme o parágrafo único do art. 18 dessa lei, fizeram uma opção pelo enquadramento nos quadros e tabelas da administração estadual. Essas despesas seriam financiadas até o exercício de 1991, ou seja, num prazo de dez anos a partir da criação do Estado, atendendo também a todos que fossem admitidos nesse intervalo de tempo.

O artigo que responsabiliza a União por essas despesas é o art. 36 da Lei Complementar nº 41, que reproduz: “As despesas, até o exercício de 1991, inclusive com os servidores de que tratam o parágrafo único do art. 18 e os arts. 22 e 29 desta lei, serão de responsabilidade da União”.

E quais são os funcionários abrangidos nos arts. 22 e 29? Respectivamente, os policiais militares do Território Federal de Rondônia e o pessoal do quadro civil em exercício no ex-Território em 31 de dezembro de 1991, asseguradores os seus direitos e vantagens.

A Emenda Constitucional nº 38, de junho de 2002, resultante do trabalho persistente do então Senador Rubens Moreira Mendes, acrescentou o art. 89 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, resolvendo parte do problema. Por meio dessa emenda, foram incorporados os policiais militares do extinto Território Federal de Rondônia aos quadros da União. Mas foram deixados de fora, Sr^{as} e Srs Senadores, milhares de funcionários públicos civis daquele período, que estavam contratados por força da Lei Complementar nº 41 e de outras legislações federais.

Este é o propósito da PEC nº 87: assegurar, mediante mudança no art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seu ingresso no quadro em extinção da administração federal, assegurando-lhes direitos e vantagens, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias, bem como o ressarcimento ou indenizações de qualquer espécie, anteriores à promulgação da emenda ora em apreciação nesta Casa.

Trata-se apenas de fazer justiça e promover, conforme mencionei anteriormente, igualdade de tratamento entre regiões que foram tuteladas no passado

pelo Governo Federal, casos de Rondônia, Roraima e Amapá.

Rondônia, infelizmente, não encontrou o tratamento isonômico obtido pelos outros Estados da Região Norte. Foi o inspirador do alicerce jurídico para a transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá, a eles aplicando-se as mesmas normas e critérios adotados para a criação do Estado que represento com muito carinho e honra nesta Casa.

Mas, a despeito disso, Rondônia não obteve do legislador de então lembrança que permitisse sua inclusão nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de junho de 1998, que dispõe sobre princípios e normas de Administração Pública, servidores e agentes públicos.

O art. 31 dessa emenda promove a transposição de todos os funcionários públicos, civis e militares, que comprovadamente se encontravam prestando serviços aos então Territórios de Roraima e Amapá na data em que foram transformados em Estados, para quadro em extinção da União. O texto inclui ainda os funcionários públicos municipais.

Esta é uma breve exposição, Sr. Presidente, do objeto da nossa emenda proposta ao texto constitucional que se situa no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. É uma emenda de simples entendimento, que, de uma vez por todas, dará solução a uma demanda que parte dos diversos sindicatos representativos do funcionalismo público rondoniense.

Com essa emenda, de valor jurídico incontestado, avalizada por toda a Bancada de Rondônia no Congresso Nacional, pleiteia-se o respeito ao princípio constitucional da igualdade. Pleiteia-se, ainda, o reconhecimento, pela União, de que ao meu Estado, para onde migraram pessoas do País inteiro, atendendo ao chamamento de ocupação do oeste brasileiro, não foi oferecido todo o suporte necessário garantido por lei para a estruturação do novo Estado nos dez primeiros anos de sua existência.

Com fé na aprovação dessa matéria, por irreparável na justiça que encerra, conto com a aquiescência dos companheiros e colegas Senadores, que a Rondônia prestarão homenagem relevante no encerramento das discussões de primeiro turno, sendo mensageiros de boas notícias para expressivo quadro de trabalhadores rondonienses ao votarem positivamente essa matéria.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade também para saudar, desta tribuna, o evento que se iniciou hoje, em Brasília, e que transcorrerá até a próxima sexta-feira, dia 29, denominado “Abril Indígena – Mobilização Terra Livre”. São, até o presente momento, cerca de setecentas lideranças indígenas de diversas regiões

brasileiras, que representam mais de cem povos distintos, reunidos em uma grande aldeia levantada no gramado da Esplanada.

A Mobilização Terra Livre, deste Abril Indígena, estreou a sua programação na manhã de hoje, constituindo-se efetivamente em espaço de diálogo propositivo dos povos indígenas entre si e deles com diferentes instâncias do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e com a sociedade brasileira.

Portanto, dando consequência prática à nossa saudação, compartilho com o Plenário desta Casa trechos do “Manifesto Parlamentar de Abril”, lançado na Câmara dos Deputados, no último dia 19, como declaração de nossa solidária parceria com o movimento organizado dos povos indígenas do Brasil:

Mais uma vez, o Brasil celebra o Dia do Índio (...)

Contudo, desta vez, vivemos o privilégio histórico de ver o movimento político organizado dos povos indígenas – o movimento social mais antigo do Brasil – tomar a vanguarda da reflexão que a sociedade brasileira precisa fazer sobre suas relações com esses povos.

Para isso, o movimento reúne aliados e produz o Abril Indígena, que culmina com a Mobilização Terra Livre, em Brasília, na última semana deste mês (...)

(...) Neste gesto, conclamamos nossos pares no Parlamento, governantes, autoridades judiciárias e a sociedade em geral a buscar conhecer e refletir não apenas sobre a contribuição indígena à realidade brasileira, mas – sobretudo – sobre nossa participação na realidade desses povos.

E é vital que o façamos de olhos livres, mente e coração abertos, para conhecer nossas responsabilidades na dura realidade dos fatos, de ontem e de hoje, e admitir o absolutamente outro relacionamento possível, que teremos de engendrar da estratégica união de todos nós.

Assim, (...) reafirma as bandeiras do Abril Indígena, repercutindo suas demandas prioritárias ao Governo e ao Parlamento brasileiros: A constituição de um Conselho Nacional de Política Indigenista [isso é urgente].

- Despertar e articular a representação pró-indígena no Congresso Nacional, para garantir justiça e equilíbrio aos processos legislativos referentes a direitos indígenas.

- A urgente edição, por parte do Governo Federal, de portarias declaratórias ao conjunto de terras indígenas, cujos povos sofrem pressões intoleráveis, agravadas pela falta de regularização da ocupação de território.

- Priorizar, no Governo e no Legislativo, a definição de políticas e de legislação sobre o acesso ao conhecimento tradicional e a justa repartição de benefícios daí decorrentes.

Com base nessa pauta mínima, lideranças indígenas de todo o País constroem o espaço de diálogo que demandam à sociedade brasileira e preparam um grande encontro, em atitude fecunda e regeneradora.

Os parlamentares federais aliados da causa indígena lançam esse **Manifesto à Nação**, afirmando sua presença no “Abril Indígena – Mobilização Terra Livre”, por convicção de que cabe a todos e a cada um alterar o curso da história, destinando nossa ousadia aos processos que nos unem em detrimento de tudo que nos desagrega.

Todo apoio ao Abril Indígena - Acampamento Terra Livre.

Pelo feliz encontro do Brasil consigo mesmo.

Brasília, 19 de abril de 2005.

Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas no Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao nobre Senador Efraim Morais, inscrito pela Liderança da Minoria. S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer uma comunicação a esta Casa na condição de Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em virtude de seu Presidente, Deputado Paulo Bernardo, ter sido convocado para o Ministério do Planejamento.

A Agência *on-line* do Senado, em uma de suas manchetes, diz: “Meirelles será ouvido nessa terça-feira.”, ao tempo em que o **Diário Oficial da União** publica, no dia de hoje, autorização para que o Presidente do Banco Central do Brasil viaje à Colômbia.

Inicialmente, esclareço que a convocação do Dr. Meirelles dá-se em função de dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece que, no prazo de 90 dias após encerramento de cada semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação

do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

Vejam V. Ex^{as} que estavam convocados para essa apresentação do Presidente do Banco Central às Comissões de Assuntos Econômicos e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle do Senado, bem como à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde iria acontecer esse debate com parlamentares. Nessa mesma reunião, estariam ainda a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Finanças e Tributação, e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Mas o Presidente do Banco Central vai viajar. Quero deixar bem claro que recebi, na última quarta-feira, comunicação do Líder do PT da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, de que o Presidente do Banco Central possivelmente não poderia comparecer em função de sua viagem. E eu, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, disse que não havia nenhum problema e que manteria contato com o próprio Presidente do Banco, ao tempo em que solicitaria do próprio Líder do PT que marcas-se uma nova data.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – E para surpresa minha, Sr. Presidente, houve uma tentativa de se mandar o vice-Presidente do Banco, o que não aceitei. Não aceitei, porque entendo que deve haver o cumprimento do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, solicitei a minha assessoria na Comissão Mista de Orçamento que contatasse o Banco. E a informação que recebo é que o Presidente comunica que, nos próximos 30 dias, não pode comparecer, o que considero um desrespeito ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, aqui está a autorização para que o Presidente do Banco Central se ausente do País entre os dias 26 e 30 de abril. Então, solicitaria do Líder do PT nesta Casa que mantivesse contato com o Dr. Meirelles a fim de marcar uma data para que S. Ex^a cumpra o seu dever estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Meu caro Líder, Senador Delcídio Amaral, acabei de receber a informação de que o Presidente do Banco Central, nos próximos 30 dias, não poderá comparecer à Comissão Mista de Orçamento, onde estariam também todas as outras Comissões que relacionei.

Creio que fiz o que os Senadores e Deputados desejariam, isto é, não aceitar a substituição do Presidente pelo vice-Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo a V. Ex^{as} a informação de que o Presidente do Banco Central está viajando, o que respeito, se há uma agenda marcada. É pena que só tenham avisado no fim de semana, depois de convocados todos os Srs. Deputados e Senadores da Comissão Mista e de outras Comissões. Tenho certeza de que seria interesse de todo o Congresso Nacional...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Faço, então, um apelo para que o Sr. Presidente do Banco Central abra um espaço, nos próximos 30 dias, para passar três horas na Comissão Mista de Orçamento para apresentar a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, deixando esse apelo ao nobre Líder do PT nesta Casa, para que faça um contato com o Banco Central, já que, pelas conversas que tive com os Srs. Deputados e Senadores, não desejamos a presença de um outro representante do Banco a não ser o seu Presidente, o Dr. Meirelles.

Desejo a S. Ex^a uma boa viagem à Colômbia e espero que, na volta, respeite o Congresso Nacional e atenda à determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen. S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se assim desejar.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo neste momento a tribuna do Senado Federal para retomar a discussão sobre um tema, objeto de projeto de lei complementar que tramita nesta Casa e que reputo da mais alta importância. Refiro-me ao projeto do Código de Defesa do Contribuinte, que apresentamos em 1999 à discussão do Senado Federal e cuja etapa mais próxima do fim obriga, neste momento, esta Casa à reflexão sobre o conteúdo da lei complementar e sobre suas benéficas consequências no estabelecimento da justiça fiscal e de um equilíbrio entre o Fisco e o contribuinte.

O projeto teve como Relatores os Senadores Bello Parga e Edison Lobão e, agora, estava entregue ao Senador Romero Jucá. Tem, portanto, a necessidade – e já conversei com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – de ser redistribuído, mas

é oportuno que se volte a trabalhar sobre assunto cujos dividendos já ocorreram em alguns Estados. É certo que Minas Gerais aprovou, por meio de um projeto do Deputado Sebastião Navarro, o seu Código de Defesa do Contribuinte. São Paulo é outro Estado que já se adiantou e, mediante projeto do Deputado Rodrigo Garcia, também já tem o seu código, que foi aprovado na Assembléia e promulgado pelo Governador do Estado.

Este trabalho nasceu no Instituto Tancredo Neves, sob a coordenação do Professor Torquato Jardim e a elaboração de ilustres especialistas: os Professores Roque Carrazza, Eduardo Bottallo, Paulo Barros de Carvalho, José Souto Maior Borges e Ricardo Lobo Torres.

É um avanço na cidadania. O que pregamos é aquilo que já ocorre nos Estados Unidos há muito tempo, desde 1986, com a aprovação da Declaração dos Direitos do Contribuinte. O mesmo ocorreu na Espanha, em 1998. Países evoluídos já estão realmente utilizando dessa força de equilíbrio, dessa justiça fiscal, dessa nova página da cidadania. É, portanto, também uma atribuição do Congresso Nacional face ao que estabelecem os arts. 150 a 152, no capítulo sobre as Limitações do Poder de Tributar, que determina a especificação em lei complementar daquilo que entendemos fundamental para a defesa do contribuinte.

Não há momento mais propício para sua discussão e aprovação do que agora, depois que vivemos um momento de extrema insatisfação da sociedade brasileira por intermédio da Medida Provisória nº 232, que pretendeu, de forma absurda, pressionar, com aumento de tributos, aumento na base de cálculo, os prestadores de serviço, os pequenos agricultores, e ainda consagrar uma diminuição, por meio do estabelecimento de uma alçada de R\$50 mil, do direito de defesa especialmente do pequeno contribuinte na faixa de ações de contenciosas até R\$50 mil.

Por isso, volto a me manifestar sobre o assunto, já pretendendo que agora o Senado, que teve tempo suficiente para o debate da matéria, verifique tudo aquilo que de benefício trará ao contribuinte um código que não permita a situação hoje de desamparo do contribuinte, de desnível e submissão em relação ao Fisco.

É mister que se faça uma avaliação sobre as situações de desigualdade e que se dêem condições ao contribuinte, que é quem paga a máquina administrativa brasileira, quem realmente faz com que este País tenha condições de se manter e quem merece o respeito.

Por isso, dividido em sete capítulos, esse código – que até já foi objeto de congressos internacionais, como o ocorrido em São Paulo, com a presença de Ministros

do Supremo Tribunal Federal – deve realmente definir o conceito de contribuinte, estabelecer a formação de tributos, impedir que ocorra, como ocorreu na Medida Provisória nº 232, um fato relevante, significativo, de menosprezo ao contribuinte, que foi um Diário Oficial datado de 30 de dezembro estar disponível ao público, para o seu acesso, somente no dia 3 de janeiro.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Com todo o prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Jorge Bornhausen, de fato fui Relator do projeto de autoria de V. Ex^a na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entendo que essa foi uma iniciativa de grande envergadura para a economia do País. Lamentavelmente, apesar de termos feito audiências públicas, tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto na Comissão de Assuntos Econômicos, ouvindo inúmeras pessoas interessadas, o projeto ainda não pôde ser aprovado em instância final para a sua conclusão e ingresso no mundo conturbado das leis brasileiras. Ainda ontem, li uma entrevista do Sr. Gerdau, um grande empresário brasileiro, em que fala nos males profundos do sistema tributário nacional. Diz que as empresas brasileiras são taxadas de tal modo que a economia brasileira sofre os danos dessa taxaçaõ exagerada que hoje existe no País. Quando se fala no Código de Defesa do Contribuinte o que de fato se está dizendo é que a classe produtiva brasileira está sendo penalizada gravemente com tributos que não deveriam recair sobre os contribuintes. Desejo, Senador Jorge Bornhausen, que esse projeto, em tão boa hora apresentado por V. Ex^a, possa, de fato, ter um curso mais célere, para se transformar em lei e contribuir não apenas para os empresários brasileiros, mas para toda a Nação brasileira, porque é esse o destino dele: servir ao povo brasileiro, taxando menos aqueles que produzem para que possam produzir mais e gerar mais empregos e mais riquezas para este País.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Edison Lobão, não só pelas suas palavras, seu aparte, sua manifestação, mas, sobretudo, pelo seu trabalho como Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que permitiu, pela excelência do relatório, uma melhoria considerável no texto, já que V. Ex^a se dedicou, assim como o Senador Bello Parga também – devo fazer justiça –, com todo afinho a buscar a aprovação daquilo que almejamos, que é a justiça fiscal para o contribuinte brasileiro.

Devo dizer que, ao pedir a renovação dessa discussão, ao lembrar que ele estabelece os princípios fundamentais a que tem direito o contribuinte e que

também estabelece os deveres da Administração Fazendária, estabelece o sistema de consultas, que hoje não tem prazos para resposta, determina que as diligências não possam ultrapassar 90 dias ou, no máximo, a mais 90 dias, impede que forças policiais possam ser pedidas pelo Fisco, independentemente de solicitação ao Poder Judiciário, impede que sejam exigidos para recursos administrativos ainda depósitos que aniquilam, diminuem o poder de investimento e o poder de caixa das empresas. O Código é, realmente, um assunto que modernizará este País, nas relações daqueles que trabalham, que contribuem, que geram empregos, que são os contribuintes brasileiros, o setor produtivo.

É por isso que chamo a atenção desta Casa. Peço que voltemos ao assunto com toda a possibilidade de vê-lo novamente em condições de ser aprovado, uma vez que o texto original já está aprovado e apenas emendas de Plenário têm de ser examinadas. Com isso, peço a retomada do assunto, com todo respeito, ao Sr. Presidente, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, por sua importância para o cidadão brasileiro, que é um contribuinte-cidadão e não um súdito do Governo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Tem a palavra pela ordem o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ.

Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Se V. Ex^a desejar usar da palavra neste momento, poderá fazê-lo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo, pois, a palavra ao Senador Marcelo Crivella, por cinco minutos.

Depois, falará o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os membros desta Casa certamente já têm conhecimento das trágicas notícias sobre um suicídio e uma tentativa de suicídio, um no dia 10 e outra no dia 18 último, de dois sargentos das Forças Armadas brasileiras, ambos angustiados por problemas financeiros e dificuldades de sustentação das famílias com os soldos recebidos. Segundo carta que teria sido deixada por um deles, ele preferiu matar-se a buscar o caminho da marginalidade, sendo que qualquer outra alternativa lhe parecia fechada.

Não quero fazer dessas tragédias uma exploração política. Mas a política, tal como a entendo, não pode simplesmente tangenciar fatos que requerem uma reflexão responsável, inclusive como pré-requisito para a ação.

O suicídio e a tentativa de suicídio, ambos invocando a mesma razão básica, denotam a grave crise financeira que se abate há anos sobre as Forças Armadas brasileiras, no contexto da crise geral de todo o setor público. São sinais de uma degradação que teima em passar despercebida, mas que acaba aflorando.

A crise do setor público e, dentro dela, a crise das Forças Armadas não resultam de circunstâncias fora do nosso controle. Ao contrário, é uma escolha. O Governo Lula, seguindo a trilha do Governo Fernando Henrique Cardoso, escolheu o estrangulamento financeiro do setor público para, supostamente, tornar o Brasil mais atraente aos investimentos estrangeiros. Nesse sentido, aumentou dramaticamente a taxa de juros básica, ao mesmo tempo em que se impôs um elevado superávit primário para pagá-los. Como consequência, estamos virtualmente estagnados, sobretudo depois do pequeno crescimento do ano passado.

Insisto, Sr^{as} e Srs. Senadores, em dizer que essa é uma escolha nossa. Se o Governo quiser, poderá mudar o curso dessa política suicida e nos pôr a todos no caminho da prosperidade. Basta encarar seriamente a hipótese de uma política de pleno emprego – prescrita na nossa Constituição –, voltada para a construção de um Estado de bem-estar social. Isso implica um conjunto de medidas coordenadas para reduzir os juros e o superávit primário, controlar os fluxos de capitais de curto prazo, administrar o câmbio e deslanchar um programa de investimentos em infra-estrutura e políticas públicas básicas.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Pois não, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a fere um problema de profunda emoção para todo o povo brasileiro, que é o salário das Forças Armadas. Isso realmente não pode continuar como está. Os nossos militares são disciplinados; são tão disciplinados, que, nas instâncias superiores das Forças Armadas, nem uma palavra sobre essa matéria. Mas eles o fazem por disciplina; querem manter a hierarquia e a ordem, mas estão sofrendo todos eles, de soldado a general de quatro estrelas, esse arrocho salarial a que estão sujeitas hoje as Forças Armadas. Isso não pode prosseguir mais. É preciso que o Presidente da República ouça os apelos das esposas dos militares e dos próprios militares. Se examinarmos

quanto ganha um sargento, um tenente, um coronel, chegaremos à conclusão de que não estão sendo pagos: estão sendo subpagos para manter a ordem neste País. Cumprimento V. Ex^a por trazer ao Plenário do Senado esse problema, que é grave, hoje, nas Forças Armadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Muito obrigado, Senador Lobão. V. Ex^a, com a experiência e a sensibilidade que tem, faz uma aparte importantíssimo.

Não digo que seria uma política sem resistência, sem sabotagem e sem risco. Essas reações são da natureza de qualquer mudança política profunda que afete interesses arraigados. O sistema bancário e os financistas brasileiros, assim como os estrangeiros que aqui negociam, ganham tanto com o sistema atual que quererão preservá-lo. Acontece que estamos atingindo os limites desse modelo. Se insistirmos em sua manutenção, deveremos preparar-nos para novas tragédias, como a desses dois sargentos, assim como para manifestações ainda mais dramáticas de outros pais de família militares e civis.

Ainda há poucas semanas, policiais militares de meu Estado, sem nenhuma causa aparente, praticaram a chacina de 29 pessoas inocentes em Nova Iguaçu e Queimados, chocando o Rio, o Brasil e o mundo. A monstruosidade e a gratuidade desse massacre têm poucos paralelos na história. Nós, contudo, não devemos nos deixar enganar. Não se trata apenas de um crime hediondo praticado por indivíduos perversos. É uma patologia social. Duvido que, se o País estivesse em plena prosperidade, possibilitando oportunidades para todo mundo e, sobretudo, para os jovens, com o setor público garantindo remuneração digna para seus policiais militares e seus servidores, houvesse uma tragédia dessa monta.

Longe de mim tentar justificar ou aliviar a responsabilidade pessoal desses facínoras. Entretanto, se não identificarmos as raízes sociológicas profundas dessa patologia criminal, arriscamo-nos a não encontrar uma saída plausível para superá-la. A questão não é tanto a crise como um fato em si. Países de todo o mundo passam eventualmente por crises, reagem, enfrentam-nas e as superam. Nós, contudo, embarcamos numa crise permanente há mais de duas décadas, com agravante na última, sem que nossos líderes governamentais nos apontem um caminho confiável de verdadeira regeneração. É difícil viver sob restrições materiais. Mas é quase impossível viver sem esperanças.

Peço, Sr^{as} e Srs. Senadores, que reflitam sobre esses sinais que no vêm de tragédias individuais e coletivas e que denunciam uma tragédia social muito maior. Há, atualmente, mais de um quarto da popu-

lação ativa desempregada ou subempregada. Entre os jovens de 15 a 24 anos, nas nossas principais metrópoles, 60% não estudam nem trabalham – embora queiram trabalhar. O que será deles no futuro? Quais suas perspectivas? Entre os desempregados, o tempo transcorrido até encontrar emprego praticamente dobrou de 1988 para cá. Como vivem no intervalo? Claro, tudo isso são condições de fundo para a criminalidade e a insegurança crescente.

Diante dessas tragédias reais e anunciadas, o que fazem os ideólogos do neoliberalismo e seus praticantes na equipe econômica? Prometem mais cortes de gastos públicos não-financeiros.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que não corte o meu som.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Não é o Presidente que corta o som, mas o tempo. O corte é automático, Senador Marcelo Crivella. Estou concedendo a V. Ex^a mais um minuto para que possa concluir o pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Querem cortar justamente na componente do gasto público que tem uma função ativa na promoção da retomada da economia. Não falam em cortar as taxas de juros extravagantes que vêm consumindo, há anos, mais de 7% do PIB. Querem cortar salários, aposentadorias e soldos. Sr. Presidente, querem repetir o Governo Fernando Henrique, que deixou a maioria dos funcionários e militares sem reajuste durante sete anos, a despeito da corrosão inflacionária dos vencimentos e dos soldos.

Faço um apelo ao Presidente Lula: considere seriamente a possibilidade de promover uma inflexão na política econômica rumo a uma política de promoção de pleno emprego. Isso nos resgatará da mediocridade econômica, estimulará nosso crescimento, fortalecerá financeiramente o setor público. Entretanto, grande parte do aumento se fez para pagar as transferências de juros. Tem-se falado muito...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Já vou concluir, Sr. Presidente.

Tem-se falado muito, com razão, no aumento da carga tributária para mais de 36% do PIB. Entretanto, grande parte desse aumento é apenas transferência para pagamento de juros.

Sr. Presidente, o orçamento proposto pelo Executivo, depois de uma provável combinação com alguns jornais que estamparam em manchete a necessidade

de cortar o gasto público não-financeiro, estabelece efetivamente um corte de 1% do PIB sobre esse item em relação ao ano passado. É pura demagogia barata à custa do bem-estar da esperança e da própria vida dos outros.

Por outro lado, dentro do paradigma da atual política econômica, não existe realmente muito espaço de manobra: os juros têm que ficar altos e o superávit primário também, pois do contrário afeta as expectativas favoráveis dos donos do capital financeiro especulativo. É para atender aos interesses desse e em nome de uma política inflacionária estulta que fazemos a tal política monetária e fiscal restritiva. Pelos seus resultados em mais de uma década, vê-se que não vale as vidas dos sargentos; não vale a vida de ninguém, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, como orador inscrito.

V. Ex^a tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna um assunto que vimos tratando seguidamente e, infelizmente, com informações que prevíamos há algum tempo.

Refiro-me ao agronegócio brasileiro. Aquele que foi, nos últimos 10 anos, o grande estímulo da economia do Brasil, hoje passa por situações desagradáveis. Quero dar um exemplo do que está acontecendo.

O termômetro dessa situação se fez notar em Rondonópolis. Este ano, foi realizado, naquela cidade, mais um Agrishow Cerrado, o segundo maior do Brasil. O resultado do agronegócio brasileiro era positivo até no ano passado. Porém, este ano, Sr. Presidente, passou a ser negativo.

Senador José Agripino, V. Ex^a se referiu aqui a esse assunto e quero confirmar o que V. Ex^a ouviu nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No Agrishow Cerrado do ano passado, em Rondonópolis, houve a comercialização de R\$1,3 bilhão. Este ano, a comercialização não passou de R\$250 milhões. Corajosamente, o agronegócio, por meio de seus representantes – seja da Abimaq, seja da Fundação Mato Grosso, seja do Governo do Estado do Mato Grosso – realizou a feira sabendo do problema que ia enfrentar. Entretanto, dele não fugiram.

Senador José Agripino, já é histórico: no Agrishow Cerrado, em Rondonópolis, toda vez que se vendia um avião agrícola soltavam foguete. Ano passado, soltaram oitenta e quatro foguetes; este ano, soltaram apenas

quatro foguetes! Ano passado, venderam oitenta colheitadeiras; este ano, venderam menos de dez. E não é para menos que isso tenha acontecido. Todos nós já conhecíamos a situação.

Sr. Presidente, no terceiro dia do Agrishow Cerrado, fomos à casa do Dr. Gilberto, da Girassol, que é o meu primeiro suplente de Senador, tomar café com os representantes da Abimaq. Lá estavam representantes de três empresas: a Tatu, a Jacto e a Jumil. Eles me contaram que, no primeiro dia do Agrishow deste ano, receberam apenas 15% dos pedidos em relação ao primeiro dia do Agrishow anterior e, no segundo dia, apenas 12%. E aí esses homens, ligados à indústria, diziam que o Governo Federal está enganado em querer argumentar que é por causa da exportação que o Brasil está indo bem, porque a exportação seria o termômetro da saúde econômica do Brasil.

Argumentei a respeito disso com esses senhores da indústria e eles foram claros: estamos exportando com prejuízos enormes, estamos produzindo e exportando para não fecharmos as nossas indústrias, na esperança de uma recuperação no próximo ano.

Srs. Senadores, sabíamos da queda da renda – porque o preço dos produtos estava muito mal – e também da queda do dólar, que, naquela época, estava cotado a R\$2,80, e hoje está entre R\$2,50 e R\$2,60. Todos sabemos que a queda do dólar é um fator que está causando todo esse prejuízo para o Brasil. Porém, o aumento do custo também é um dos responsáveis pela atual situação do agronegócio. A safra que ainda estamos colhendo foi produzida com insumos, máquinas e equipamentos comprados com o dólar cotado a R\$3,20. E – pasmem! – estamos vendendo esse produto, resultado desses insumos e equipamentos comprados com o dólar no valor de R\$3,20, entre R\$2,50 e R\$2,80.

O constante aumento dos juros... Não há produto do agronegócio que sustente o aumento de juros. E ainda, por azar, estamos aí, Srs. Senadores, com o problema da ferrugem na soja. Há dois anos, aplicava-se uma vez o fungicida para a ferrugem; ano passado, aplicaram-se duas vezes e este ano, aplicaram-se de três a quatro vezes. Cada aplicação corresponde a três sacos de soja. Ora, quem aplicou quatro vezes, só para combater a ferrugem, gastou, da sua produção, doze sacos de soja. Por fim, tanto o sul como o centro-oeste do País – e V. Ex^a, Senador Agripino, foi testemunha da drástica situação de Mato Grosso do Sul – sofreram com a seca. Em decorrência disso, a produtividade no sul do País caiu em 70%. Também no centro-oeste, houve uma queda vertiginosa em função da ferrugem e da seca. Em áreas em que normalmente se produzem de 50 a 60 sacos de soja por hecta-

re, foram produzidos, neste ano, de 30 a 35 sacos de soja por hectare.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim, pois não. Meu Deus! Se todas essas conseqüências fizeram cair a renda do produtor, como sustentar o agronegócio agora?

Por isso, faça esse alerta.

Concedo o aparte ao eminente Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a não perde o cacoete de ser a voz do agricultor. Faz um pronunciamento que toda esta Casa deveria estar ouvindo, que o Brasil todo deveria estar ouvindo. Senador Jonas Pinheiro, por indicação dos companheiros do PFL, exerço a Liderança do Partido no Senado. O PFL faz Oposição, e minha obrigação é fiscalizar, cobrar, denunciar, fazer pronunciamentos ácidos, para que a opinião da Oposição, que é construtiva, seja ouvida. Tenho feito até denúncias aqui, Sr^a Presidente Serys Slhessarenko. As pessoas até poderiam dizer depois do que falei: “Essa é a palavra da Oposição, do Senador José Agripino, que é useiro e vezeiro em contestar o Governo”. Mas, Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a, homem moderado e equilibrado, com muito mais abrangência, disse o que eu disse em poucas palavras há uma hora, com o sentimento de estar expressando a dor da agricultura e do agricultor no Brasil, tanto que, no seu pronunciamento agora, já enveredou pela ferrugem, pela linguagem técnica. Já entrou pela dificuldade decorrente da praga, porque não perde o cacoete de falar como agricultor, o que dá credibilidade dobrada à sua palavra e à sua opinião. Disse V. Ex^a: 84 foguetes no ano passado; quatro foguetinhos agora, porque só quatro aviões foram vendidos no *agrishow* deste ano. As colheiteiras foram 10 a zero. É o que estamos ouvindo. Há pouco, falei sobre a ponta do *iceberg*, a quantidade de títulos ou de cheques devolvidos, cheques sem fundo devolvidos pela sociedade como um todo. O setor econômico mais próspero deste País é o agronegócio. V. Ex^a fala com extrema propriedade, mostra dados extremamente contundente e atuais, fala dos dados do *agrishow* que acabou de acontecer em Rondonópolis e mostra o retrato real do desestímulo à agricultura, que é o setor mais fulgurante da economia brasileira e que está passando por um mau pedaço. O que mais me preocupa, Senador Jonas Pinheiro, é que a agricultura brasileira – e a agricultura é uma vocação do Brasil, principalmente do seu Centro-Oeste – não pode receber estímulos de fogos de artifício, estímulos irreais. A agricultura brasileira precisa receber das autoridades, do Presidente da República, um

estímulo real. Não pode correr risco baseado em *input* político. Já chega o risco da ferrugem! Já chega o risco da seca! Já chega o risco inerente à própria atividade agrícola para sofrer o risco do *input* político, da motivação política! “Plante, que você vai ganhar! Plante, que o PIB vai crescer 5,2% de novo ou 5,5%!” diz o Presidente da República. Tem de haver parcimônia, e os dados que V. Ex^a aponta são um alerta ao País. A conjuntura internacional não é mais a mesma. O dólar não vale mais R\$3,60, R\$3,50, R\$3,40, R\$3,20 ou R\$3,00. Vale R\$2,55. Quem plantou está no prejuízo, e não pode mais presidente da República estimular plantio para que as pessoas plantem – os desavisados, os pequenos, os menos informados – e quebrem, como vi pessoas prestes a quebrar no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Por isso, é importante o alerta de V. Ex^a, com a propriedade e o conhecimento de causa que tem, para que possamos desempenhar a boa Oposição, o alerta construtivo, para evitar o pior, para evitar que, em função do mau conselho, em função do conselho baseado nos fogos de artifício e do *marketing* inconseqüente, pessoas venham a passar necessidade e famílias venham entrar em desespero. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado, eminente Senador José Agripino, Líder do PFL, que conheceu essa situação no Centro-Oeste brasileiro. Eu não podia deixar de revelar essas informações como de fato são.

Em 1995, em função dos planos econômicos, inclusive do Plano Real, chegamos ao fundo do poço. Naquela época, Sr^{as} e Srs. Senadores, o produtor brasileiro era considerado caloteiro e mau pagador. Porém, com muito esforço desta Casa, conseguimos negociar a dívida desses produtores, por intermédio do processo de securitização, de Pesa, do Pronaf, do Procer, do Funcafé, da recuperação das cooperativas, dos fundos constitucionais – FNE, FNO, FCO.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jonas Pinheiro, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador Mão Santa, concederei o aparte a V. Ex^a logo após concluir este pensamento.

Essa situação da renegociação de dívida é que incorporou novamente o agronegócio no processo de crescimento deste País. E a agricultura veio a ser o que ainda era até o ano passado. Os produtores deixaram de ser caloteiros, a sociedade reconheceu isso e passou a chamar o agricultor de herói nacional.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Pois bem, é esse herói nacional que hoje está a pedir, emi-

nente Presidente, o apoio do Governo, para que se forme uma ponte entre 2004 e 2006. Não queremos mais do que isso. Esperamos que, em 2006, com os estoques de produtos das *commodities* diminuídos no mundo, aumente-se o preço, porque o produtor brasileiro é competente da porteira para dentro, como todos falam, e o nosso problema está exatamente da porteira da fora.

Sr^a. Presidente, seria demais conceder o aparte ao eminente Senador Mão Santa? O meu discurso tem muita coisa a ver com o discurso que S. Ex^a fez.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há oradores inscritos, e V. Ex^a já passou oito minutos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Serei breve, contando com a generosidade de V. Ex^a, que é uma mulher do Mato Grosso. Ninguém melhor do que V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, para retratar as dificuldades da agricultura no momento. Mas quero dar somente uma colaboração. Lembro-me de quando eu era Deputado estadual em 1980 e, depois, Governador e Senador. Quero dar o testemunho, pois chego às fazendas, e estão todos mais empobrecidos. Sou recepcionado por eles, e não falta mais calor humano – sou até Senador agora, mais que Deputado estadual –, mas estão empobrecidos: os pratos, as cadeiras, o campo. O Governo está matando a galinha dos ovos de ouro. Vou dar um exemplo. Um quadro vale por dez mil palavras. O leite está valendo menos que a água. Compre um litro de leite e uma água mineral Perrier! Então é isso, esse desestímulo. O Governo não entende que tem produção e capacidade de produção. Estão matando a galinha dos ovos de ouro! Quem sempre sustentou o País foi a agricultura.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr^a Presidente, vou concluir falando em nosso nome, em nome de V. Ex^a, como Senadora do Estado do Mato Grosso, eleita pela classe produtora do nosso Estado, e também por mim.

Houve outro evento em Mato Grosso: em Água Boa, pela quinta vez, foi realizado o maior leilão de gado do mundo. Este ano, na Estância Bahia, do nosso companheiro e amigo Maurício Cardoso Tonha, “Maurição”, Prefeito de Água Boa, foi realizado um grande leilão. Foram vendidos 20.323 animais. Não importa o preço. É necessário vendê-los, porque o pasto vai secar. Eles precisam colocá-los à venda.

Sr^a Presidente, em sete horas, venderam-se 20.323 cabeças, no valor de R\$7,823 milhões de reais, entre machos e fêmeas. Essa é a força do agro-

negócio, que, mesmo em desvantagem econômica, enfrenta as dificuldades.

Parabéns, portanto, à Estância Bahia e ao Maurício Tonhá por mais uma vez enfrentarem as dificuldades e, pela quinta vez, fazerem o maior leilão do mundo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obedecendo à lista de inscrição, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por dez minutos, e mais cinco de acréscimo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Srs. Senadores, uma comissão parlamentar de inquérito pode se constituir em instrumento da maior importância não apenas para investigação, a sua prioridade, e, de outro lado, para a apresentação de sugestões administrativas e no plano do Legislativo: a meu ver, pode se constituir, sobretudo, em instrumento de pressão sobre a autoridade constituída, expediente para propor transparência em determinadas ações públicas que muitas vezes se encontram na clandestinidade.

No Congresso Nacional se instalou, há mais de um ano, uma comissão parlamentar mista de inquérito para oferecer amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira. Revelações importantes, sobretudo em função das incursões a Estados brasileiros, vêm ocorrendo. Já estivemos em Pernambuco, no Pará em duas oportunidades, em Rondônia e no Paraná. São revelações importantes, sim, que muitas vezes dão margem a outras ações que se desenvolvem paralelamente.

Por exemplo, o noticiário de hoje revela que a embaixada americana está investigando suposta relação das Farc com o MST no Brasil. A revelação no dia de hoje é feita pela Superintendente do Incra em Pernambuco, D. Maria de Oliveira*, que recebeu o cônsul dos Estados Unidos e o segundo secretário para assuntos políticos da embaixada dos Estados Unidos em Brasília, Peter Reiter. Eles buscavam informações sobre uma suposta relação das Farc com o MST, conforme denúncia feita à CPMI da Terra por um ex-integrante do MST de Pernambuco.

Segundo essa denúncia, as Farc estariam, por meio de um ex-padre de nome Bernardo, ministrando palestras na fazenda Normandia, em Caruaru, no agreste pernambucano, onde fica a sede do MST no Estado de Pernambuco – palestras com o objetivo de orientar invasões e saques a caminhões nas estradas.

Essa denúncia foi apresentada à CPMI da Terra, que recorreu à Embaixada da Colômbia para conhecer a identidade do suposto representante das Farc no Brasil, de nome Padre Bernardo. Não recebemos ainda informação da Embaixada da Colômbia a respeito. A informação que nos chegou, através da Superintendente do Incra de Pernambuco é que esse colombiano teria sido vítima de acidente no Rio de Janeiro há cerca de dois anos, e que teria falecido em função do acidente. Mas não tivemos nenhuma informação oficial a respeito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quanto a essa investigação da diplomacia americana, parece-nos que há extrapolação. Não creio ser das relações diplomáticas esse tipo de procedimento. Não me parece ser uma missão diplomática investigar uma entidade brasileira, enfim, um organismo social de nosso País e uma eventual relação com uma organização criminosa de outro país, no caso a Colômbia.

Creio, Sr. Presidente, que chegamos a um arranhão à soberania nacional. É evidente que, quando se trata de relação entre dois países, é preciso ter o cuidado de não promover o exagero. Sem o desejo de exagerar, eu diria que há, pelo menos, um arranhão em nossa soberania. Não posso ver de outra forma a providência tomada a não ser como intromissão indevida em assunto interno do nosso País. Houve uma interferência indevida. Não há dúvida de que houve, sim, uma interferência indevida.

A responsabilidade da autoridade brasileira é investigar. Se há suposição, se há indício, se há denúncia – e se trata de denúncia da maior gravidade –, cabe à autoridade constituída em nosso País adotar as providências para a necessária investigação e esclarecimento à sociedade.

Sim, há denúncias, que já foram investigadas nesta Casa por intermédio de sua Comissão de Inteligência, dando conta de que as Farc, agindo no Brasil, teriam repassado US\$5 milhões à campanha do Partido dos Trabalhadores. A Abin não procedeu, a nosso ver, da forma cuidadosa como deveria em assunto de tal dimensão. Não promoveu a investigação necessária, preferiu ignorar a existência de documentos relatando reuniões. Dessa forma, ainda estamos aguardando respostas às dúvidas relativas à presença ativa das Farc em nosso País, não apenas no cenário eleitoral, através de contribuição para campanha política, mas agora, nessa suspeita relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Sr. Presidente, não compreendo essa ação diplomática americana, como não compreendo o silêncio da autoridade constituída de nosso País. Se erra a diplomacia americana ao interferir indevidamente em assunto doméstico, nacional, erra o governo brasilei-

ro ao se omitir e ser cúmplice ou conivente em uma situação como essa.

Sr. Presidente, a comissão parlamentar de inquérito constituída tem procurado, repito, estudar o sistema fundiário brasileiro. A conclusão a que chego já – não é a conclusão da comissão, mas do parlamentar – é a de que estamos vivendo sob absoluta desorganização fundiária em nosso País; há uma desorganização generalizada em consequência da incompetência da gestão pública em assuntos dessa natureza.

Sabemos que a terra é nosso patrimônio, que da terra dependemos no que diz respeito ao futuro do nosso País, que será mais próspero ou menos próspero conforme saibamos explorar com maior ou menor eficiência os resultados advindos do trabalho no campo brasileiro. A desorganização é absoluta, Senador Mão Santa, e não é de hoje, Senadora Serys Slhessarenko. Essa desorganização vem de há muito, especialmente nos Estados em desenvolvimento.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT)

– Um aparte, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concederei com o maior prazer, Senadora.

Precisamos rediscutir o modelo de reforma agrária. Essa desorganização tem sido causa da violência, da afronta à lei e ao Poder Judiciário. As invasões, as ocupações, os conflitos fundiários são decorrência da cobiça pela terra. Na ausência da autoridade, as pessoas imaginam poder resolver por si sós situações que só podem ser solucionadas por meio da lei, da ordem constituída. A autoridade ausente possibilita a violência, que é consequência da prevalência da impunidade em nosso País.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko. Depois, falarei sobre o modelo de reforma agrária.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT)

– Senador Alvaro Dias, quando V. Ex^a fala da desorganização total e absoluta em relação à propriedade da terra no Brasil, está coberto de razão. Isso existe há 500 anos, basta lermos em nossa História sobre o processo de apropriação no Brasil desde as capitânias hereditárias até os nossos dias. Alguns se apossaram de tudo ou de quase tudo e a grande maioria ficou com nada ou quase nada. Houve um processo de desorganização total, absoluta, com relação à terra. Em Mato Grosso, tínhamos 6,2 mil hectares de terras públicas! V. Ex^{as} imaginem o que isso significa no meu Estado. Apropriaram-se, de forma indébita, de três milhões de hectares. Os outros 3,2 milhões foram “regularizados” da forma mais espúria, colocando-se cada dois mil hectares em nome de filhos, irmãos, parentes. Enfim, “regularizaram” grandes extensões de terras, mas três

milhões de hectares estão praticamente nas mãos de pessoas que invadiram a terra. Há diferença entre invasão e ocupação. A invasão é feita pelos grandes que se apropriam de grandes extensões, e a ocupação é feita pelos pequenos, que querem tirar o pão de cada dia da terra e lutam pela reforma agrária. Então, precisamos acelerar o resgate das terras públicas, pelo menos nos Estados da Amazônia. Há necessidade de se resgatarem as terras públicas que estão nas mãos de grandes proprietários, de forma indevida e irregular. Acredito que V. Ex^a abordará essa questão no seu pronunciamento. O papel da CPMI da Terra deve passar também pelo resgate das terras públicas que estão nas mãos dos grandes invasores. Muito obrigada pelo aparte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a tem razão e traz o argumento central para a rediscussão do modelo da reforma agrária no País. Um país continente como o nosso, de dimensões extraordinárias e diferenças regionais gritantes, não pode conviver com um único modelo de reforma agrária.

V. Ex^a faz referência a extensas áreas públicas e extensas áreas na posse de um único proprietário. No interior do Pará, há uma propriedade com mais de cinco milhões de hectares que tem um único proprietário. O poder público tem de ser questionado a respeito. Nós, do Poder Legislativo, temos de ser questionados em relação à nossa legislação que possibilita a um único cidadão ser detentor de mais de cinco milhões de hectares de terras, área superior a duas Bélgicas e a muitos países.

Convivemos com esse contraste gritante, com milhares de trabalhadores sem-terra desesperados, buscando oportunidades, enquanto alguns poucos possuem áreas extensas. O modelo único é impraticável no Brasil exatamente por essa realidade.

O Paraná concluiu uma CPI estadual, que dá conta de que o Estado não tem mais áreas disponíveis para desapropriação. O Superintendente do Incra questiona esse dado, mas, de qualquer forma, essa foi a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Paraná.

Em contrapartida, o Estado da Senadora, o Mato Grosso, Rondônia, Pará, a Amazônia, de modo geral, têm extensas áreas. Em Rondônia, visitamos um acampamento, numa área de 143 mil hectares, em que o proprietário, evidentemente, impedia que a área fosse aproveitada para a produção agrícola.

Enquanto alguns Estados estabelecem uma disputa pela terra em função da cobiça que áreas disponíveis despertam, existem Estados, como o Paraná, onde, não havendo disponibilidade de áreas, há conflitos da

mesma forma. Neste momento, sessenta e duas ordens judiciais estão sendo desrespeitadas pelo Poder Público, porque não se faz a reintegração de posse, em uma afronta ao Poder Judiciário.

Portanto, há que se rediscutir, sim, o modelo de reforma agrária, buscando alternativas diferenciadas. A alternativa que se poderia aplicar no Paraná não valeria para Rondônia, nem para o Pará, nem para o Mato Grosso. No Paraná, propõe-se hoje o arrendamento de áreas pelo Poder Público, para o assentamento de trabalhadores sem-terra, em uma primeira etapa. Se há disponibilidade de áreas para arrendamento, é porque há também aqueles que desejam afastar-se da atividade agrícola.

É justo, portanto, que o Governo busque aqueles que se interessam pela atividade agrícola diretamente, promovendo, em um primeiro momento, o arrendamento para conferir a vocação. Em havendo a vocação para a atividade agrícola, o Governo adquiriria a área e a repassaria na forma de título definitivo, promovendo o assentamento com perspectivas de viabilidade econômica. Esse fato não ocorre em muitas ocasiões, em face de não ser o assentado vocacionado para a atividade agrícola. E é preciso distinguir bem aqueles que realmente possuem vocação para a atividade agrícola dos que, na verdade, se envolvem com o movimento, desesperados pelo desemprego que bate às suas portas na área urbana.

O que a CPMI constatou é que realmente existem legiões de trabalhadores urbanos engrossando o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, em função da angústia que bate às portas das suas famílias na ausência de oportunidade de trabalho na cidade.

O Governo não pode, portanto, ignorar essa realidade brasileira.

A CPMI oferecerá esse diagnóstico, tentará apresentar alternativas administrativas e sugestões no plano legislativo e, eventualmente, na existência de ilegalidades – e elas existem –, na ocorrência de delitos terem sido praticados, remeterá ao Ministério Público os nomes de eventuais indiciados para necessária responsabilização civil e criminal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, por dez minutos, por cessão do Senador Eduardo Siqueira Campos.

A seguir, terão a palavra os Senadores Rodolpho Tourinho e Garibaldi Alves Filho.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito o canal de televisão da TV Senado para me dirigir aos jovens e aos idosos que não tiveram a oportunidade de conhecer Brasília.

Na quinta-feira da semana passada, comemoramos mais um ano da fundação da cidade, que completou 45 anos de idade.

Para vocês, jovens do Brasil, mais uma vez, repito: se tiverem oportunidade, não deixem de conhecer a Capital do nosso País. É uma cidade linda, maravilhosa, onde os prédios se confundem com as árvores; onde o traçado urbanístico de Lúcio Costa revela um verdadeiro esbanjamento de inteligência e de capacidade do brasileiro; onde Oscar Niemeyer, projetando seus edifícios, também deixou uma marca jamais vista no mundo.

Brasília é linda! O lago Paranoá, com seus barcos, suas velas; os automóveis respeitando o homem, e o homem respeitando os automóveis. Cidade projetada para 500 mil habitantes, hoje, com as cidades satélites, tem uma população chegando à casa de dois milhões e meio.

Brasília é uma cidade inconfundível, a mais bonita do mundo, e talvez a de melhor qualidade de vida do mundo. Brasília é, portanto, orgulho deste País.

Mas a construção de Brasília, meus brasileiros, pouco significa no conceito em que foi embutida no momento de desenvolvimento para o País. De Brasília partiram estradas para Belém do Pará, para Belo Horizonte, para o meu Estado do Espírito Santo, para o Ceará, para Pernambuco, para Bahia, enfim, para quase todos os Estados do Brasil. Goiás, com a capital aqui, virou um dos celeiros de nossa Pátria. Belém do Pará ficou próxima à Capital. Ceará e Bahia também se aproximaram da Capital da República e toda a extensão dessas estradas foram habitadas. O cerrado virou fonte de riqueza para equilibrar o nosso balanço de pagamentos. Brasília arrancava um plano rodoviário invejável para a nossa Pátria.

E não foi só isso Senador Mão Santa. Naquela década, a de 50, nós também não tínhamos energia e aí surgiram as melhores hidrelétricas deste País, que nos sustentam até hoje, principalmente no Sudeste.

O Brasil também não possuía aço. Volta Redonda era uma siderúrgica tímida e pequena. Eu, muitas vezes, fiquei na minha cidade de Vitória olhando para o mar, vendo a aproximação de um navio, para que, quando ele chegasse, pudéssemos comprar algumas chapas de ferro na medida de 2mx1m para que pu-

déssemos remendar pára-lamas de carros americanos que importávamos na época.

Mas não era só aço que faltava. Nós não tínhamos também vidro. E o Governo providenciou e o Brasil começou a produzir vidro. Não tínhamos alumínio. O País não produzia automóvel. Os americanos não queriam vir para o Brasil. Eles forneciam os caminhões Fargo, Ford, Diamond, Super White, que circulavam nas estradas brasileiras. E um Presidente, o mesmo raçudo que construiu Brasília, que projetou todas as estradas que o Brasil possui atualmente, foi à Europa trazer uma Mercedes-Benz, uma Scania, pioneiros na implantação do novo ciclo industrial do País. E assim nós tivemos caminhões de qualidade fabricados no Brasil. Nós tivemos a construção de fábricas para que pudéssemos ter lâminas de barbear, porque, naquela época, havia apenas a lâmina Solingen. A enxada para tratar da terra também era Solingen e vinha da Alemanha.

E Brasília, as estradas brasileiras, a industrialização deste País, tudo isso nós devemos a um homem. E lamento que este País não tenha memória e que todos nós, dia e noite, não nos ajoelhemos para agradecer a Deus o período de governo do grande brasileiro, cujo nome orgulho-me em pronunciar, que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente. Brasília, sistema rodoviário; Brasília, industrialização do País; Brasília, desenvolvimento para toda esta Nação.

É uma pena que, depois de Juscelino, nós não tenhamos tido ninguém com a mesma capacidade e a mesma determinação. Muito tempo depois, tivemos o Presidente José Sarney, que recebeu o País esfacelado, com muitos problemas e tentou, com uma força fora do comum, fazer com que debelássemos uma inflação que era insuportável e que corroía toda a economia brasileira. E o Presidente Sarney tentou a primeira vez, tentou a segunda, tentou a terceira e passou seu governo lutando para que pudéssemos pôr fim à inflação, que finalmente foi debelada no Governo de Itamar Franco.

Senador Mão Santa, é lamentável que hoje, em que os problemas são bem menores...basta comparar, Senador Mão Santa, se um cidadão de revólver na mão assaltar uma pessoa vai preso. É considerado um crime hediondo. Enquanto isso cem homens, acobertados pela sigla MST, podem invadir uma fazenda, matar os animais ali existentes, botar fogo na casa, quebrar as suas cercas e, quem sabe, matar os funcionários,...

(A Presidência faz soar a campanha.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – ...e isso não é crime.

Nós temos este problema: fazer a invasão de uma propriedade, ceifando vidas, não é crime; enquanto um assalto à mão armada, no meio da rua, é considerado um crime hediondo.

Será que não temos como resolver esses problemas hoje? Será que o problema dos juros altos, que foi aqui comentado pelos Senadores que me antecederam, não podemos olhar de frente, para combater e tentar resolver?

Será que vamos ficar enfrentando essa política desastrosa, em que, no ano passado, agricultores plantaram arroz e venderam a R\$50,00 a saca; plantaram soja, venderam a R\$50,00 a saca. Neste ano, a saca de soja cai para R\$25,00; a de arroz, para R\$20,00, e não tem solução. Ninguém está preocupado com o agricultor brasileiro! Isso não é problema para este País!

Então, pergunto: será que vamos viver todos estes quatro anos sem que se tome uma providência para que juros altos, para que violência, seja no campo ou na cidade, possam ser combatidos?

Será o caso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Ouço V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Ouço com prazer V. Ex^a; contudo, penso que V. Ex^a está um pouco pessimista quando diz que viveremos ainda quatro anos. A meu ver, são apenas mais dois e olhe lá!

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. É que acredito que o Brasil não suporta mais dois anos com uma política de estagnação.

Penso que o Presidente Lula tem tudo para enfrentar esses problemas. Sua Excelência veio do seio do povo e sabe das dificuldades dos trabalhadores, em especial os trabalhadores do campo. Sua Excelência sabe que não fará balança de pagamentos sobre a produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sua Excelência sabe que vivemos hoje em uma época de economia de escala, em que a produção tem de ser mecanizada, automatizada e que temos de olhar para o futuro. Temos de produzir, vender muito e fazer uma política agressiva.

E não é possível que, quando o Governo tem um Ministro do quilate de Roberto Rodrigues, por exemplo, não aproveite o trabalho e a inteligência de S. Ex^a e não deixe que esse homem faça alguma coisa por este Brasil.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Louvo mais uma vez o discurso de V. Ex^a para dizer

que Roberto Rodrigues é um grande Ministro, que deveria ser prestigiado neste Governo. Ontem, li uma entrevista do Sr. Gerdau, que cita dois Ministros e “puxa o saco” de um terceiro, mas não cita o nome de Roberto Rodrigues, que é um dos melhores Ministros que este Governo tem. V. Ex^a faz justiça. V. Ex^a fala pelo Brasil lúcido, pelo Brasil que quer crescer e ver o seu desenvolvimento agrário. É esse o Brasil que queremos, esse é o Brasil de Roberto Rodrigues. Não sou íntimo, mal conheço o Sr. Roberto Rodrigues, mas acompanho o trabalho de S. Ex^a, que não pode ser ignorado por um industrial que foi o que mais ganhou no Brasil.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Muito obrigado, mais uma vez, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me um aparte, Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Senador Mão Santa, por gentileza.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Em homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, eu faria minhas as palavras de Juscelino Kubitschek, que disse que é melhor que sejamos otimistas: “o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errado”. Mas ele deu este grande ensinamento para o Lula aprender: coragem. Ele rompeu mesmo com o FMI e realizou os sonhos dele: implantar aqui esta cidade que tão bem V. Ex^a descreveu, e transformou o Brasil; o parque industrial no Sul e o tripé, a Sudene, para diminuir as desigualdades. Essa foi uma grande obra. Mas eu tive a felicidade de ver Juscelino no apagar de seu governo, no fim de 1955. Senador Antonio Carlos, ele foi convidado a visitar uma faculdade de Direito. Esboçaram uma vaia, e ele disse: “Feliz do País em que se pode vaia um Presidente”. Depois, ele saiu e foi até a praça, onde havia um abrigo e, no final, o povo. E eu vi um caboclo de chapéu. Era um cearense – eu estudava em Fortaleza –, querendo se aproximar, mas os Deputados e Líderes, naquele abrigo que tinha na praça do Ferreira, as praças antigas, e o caboclo não conseguiu. Mas ele falou pelo Brasil e de quem faço minhas as palavras: “Oh, Presidente Pai d’égua”. Pai d’égua, no Nordeste, é um homem realizador, empreendedor, que estamos aqui a ressuscitar.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Vou terminar, Sr. Presidente, pedindo a Deus que nos ajude, principalmente a minha geração, a dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Mão Santa, para que possamos, em um futuro próximo, ver alguém do quilate de Juscelino, com a sua coragem e determinação, para que este País volte a tomar o caminho do desenvolvimento, mas um desenvolvimento sustentável, alicerçado na inteligência, no bom gerenciamento, sem

a mentira e o engodo, porque, enganando, ninguém vai chegar a lugar algum. Precisamos de um Presidente que realmente enxergue as necessidades do Brasil e saiba gerenciar este País de uma vez por todas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho estudado muito o tema da discriminação racial, sobretudo porque sou o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do Senador Paulo Paim, e também de um projeto muito importante de S. Ex^a, que vou comentar hoje aqui.

Para mim, é muito importante, porque entendo que, representando o povo da minha terra, o povo da minha cidade, uma cidade negra neste País, tenho não só essa satisfação, mas também uma responsabilidade muito grande em torno desse tema.

Venho à tribuna neste momento por um motivo que, infelizmente, está cada vez mais presente no nosso cotidiano, que são as práticas de discriminação racial, étnica ou religiosa.

No momento em que o mundo experimenta como nunca antes a globalização econômica e cultural, fenômenos como preconceito e racismo não deveriam mais existir. Afinal, chega a ser paradoxal compreender o chamado mundo globalizado convivendo com enormes fronteiras entre raças, etnias e religiões.

Um fenômeno que, após a Segunda Guerra Mundial, em se tratando dos países desenvolvidos, encontra ressonância apenas em pequenos grupos, geralmente motivada pelo desemprego e falta de renda das populações locais, vem crescendo de forma preocupante.

Além dos já conhecidos grupos de extrema direita norte-americanos, localizados especialmente na região Sul dos Estados Unidos, percebe-se um crescimento significativo de simpatizantes das mesmas teses nos países europeus.

É bom lembrar sempre o que aconteceu antes da Segunda Guerra Mundial, com o nazismo, e não foi só com o nazismo, mas o extermínio de populações inteiras, antes mesmo da guerra, na Turquia, na Romênia e em tantos outros lugares. Temos que ter sempre presente que essa desigualdade de tratamento e esses preconceitos têm que ser efetivamente banidos em todo o mundo.

No caso europeu, além de algumas decisões, pelo menos questionáveis, dos próprios governos nacionais que possuem um caráter no mínimo xenofóbico, penso

que o exemplo da Áustria é o mais grave, onde o governo democraticamente eleito defende abertamente a xenofobia e, veladamente, as diferenças raciais.

A situação na Europa tem se mostrado tão complicada que, recentemente, as manifestações mais ousadas dos que apóiam a discriminação racial têm ocorrido nas partidas de futebol.

Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo ser extremamente preocupante a existência, cada vez mais freqüente, de manifestações públicas de racismo em eventos esportivos. Afinal, o espírito olímpico que reveste, ou deveria revestir, a quase totalidade das práticas esportivas não guarda lugar para esse tipo de atitude, além disso, estamos falando do esporte mais popular do mundo.

Se estrelas conhecidas mundialmente pelo seu sucesso, brasileiros que jogam lá fora, têm sido vítimas de racismo explícito da parte dos torcedores de vários times de futebol, como não estará a situação dos negros, pardos ou amarelos comuns nesses lugares? Como não estará a situação dessas mesmas pessoas hoje, em nosso País? Essa tem que ser, efetivamente, uma preocupação nossa.

Infelizmente, também nos gramados brasileiros, não estamos livres desses crimes: vimos recentemente o que aconteceu com o jogador do São Paulo num jogo da Taça Libertadores da América. E, ainda que alguns entendam que o comportamento do jogador argentino que insultou o jogador brasileiro deveria ser tratado como uma situação de jogo, ou seja, uma atitude restrita às “quatro linhas”, penso que agiu muito bem o delegado e o próprio jogador Grafite, ao dar queixa à Polícia. Afinal, ao que tudo indica, somente com a punição efetiva, estaremos livres dessas absurdas práticas.

Nesse sentido, além de solidarizar-me com o jogador de futebol, venho enaltecer o mérito e, mais do que nunca, a oportunidade do Projeto de Lei nº 309, de 2004, do Senador Paulo Paim, que tenho a honra de relatar e que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Em relação aos crimes de discriminação racial, convém registrar que o País já possui legislação de combate a tais práticas, a Lei nº 7.716, de 1989 – afinal, o Brasil e o mundo testemunharam a prisão do argentino que ofendeu o jogador brasileiro.

Entretanto, cumpre salientar que a legislação atual possui brechas que não garantem que condutas com notória conotação racista sejam subsumidas aos tipos penais que apresenta. Várias condutas, embora facilmente identificadas no senso comum como prática de racismo, não caracterizariam sequer a infração genérica de racismo.

No caso desse PLS nº 309, de 2004, a proposição apresenta ambos, um tipo penal abstrato e outro genérico, combinado com um objeto de ação objetivo. A atual Lei nº 7.716, de 1989, na hipótese de um conflito aparente de normas, não tem o condão de absorver para si condutas de motivação racista que podem ser subsumidas em outros tipos penais.

Além disso, o art. 20 da lei que combate as práticas racistas traz apenas três possibilidades de ação (praticar, induzir e incitar) e não descreve o objeto da conduta reprovável. Afinal, o que é praticar a discriminação? O que é incitar o preconceito? Seria um exemplo de prática de discriminação a surra de um grupo de garotos brancos em um garoto negro que estivesse passando por seu bairro? Dependerá, neste caso, do julgamento, da exteriorização de um juízo de valor por parte do juiz.

O art. 2º proposto pelo Projeto de Lei do Senador Paulo Paim determina que quem negar, impedir, interromper, restringir, constranger ou dificultar, por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, o gozo ou exercício de direito assegurado a outra pessoa estará sujeito à punição. A lei passará a ser extremamente clara.

Há, agora, primeiro, a previsão de seis ações (negar, impedir, interromper, restringir, constranger, dificultar), que fogem do núcleo tradicional dos tipos penais previstos na Lei nº 7.716, de 1989, que giram em torno do “impedir”, “obstar”, “negar” ou “recusar”; segundo, um elemento subjetivo (por motivo de preconceito); e, por fim, um objeto de ação objetivo (o gozo ou exercício de direito assegurado a outra pessoa). No exemplo citado anteriormente, essa nova norma torna-se especial em relação à do art. 129 do Código Penal: negou-se a uma pessoa de outra cor seu direito de locomoção, por motivo de preconceito de cor.

O Projeto de Lei também prevê o tipo penal de “discriminação no mercado de trabalho”; de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem; de apologia ao racismo; além de contemplar os crimes de atentado contra a identidade étnica, religiosa ou regional e de associação criminosa para o fim de cometer crimes raciais.

Trata-se de uma proposição de mérito inquestionável, que, mais uma vez, tal como aconteceu com a detenção do jogador argentino que praticou racismo contra o jogador brasileiro, representará um exemplo do Brasil para todo o mundo.

Subo hoje à tribuna, para fazer esses comentários em torno de um tema tão importante e também para pedir apoio de todos os Srs. Senadores para a aprovação da proposta.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Exª representa, com muita grandeza, a Bahia, que participou da história da igualdade. Não bastaria Castro Alves, em **Navio Negreiro**; não bastaria Rui Barbosa, antes da República, na sua participação pela liberdade dos escravos; não bastaria o Senador Antonio Carlos Magalhães, reconstruindo o Pelourinho, para mostrar ao País aquele passado que não há de voltar: V. Exª está aprimorando as leis da igualdade. A democracia repousa no grito do povo na rua: liberdade, igualdade e fraternidade. Isso traduz o trabalho de V. Exª, fazendo leis boas e justas, que é a finalidade deste Senado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Mão Santa, tenho certeza de que as observações feitas por V. Exª deram até um sentido maior ao meu discurso. Por isso quero agradecer muito a participação de V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Com a palavra, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho, por dez minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, diariamente, nesta tribuna, tem-se falado, reclamado da situação das nossas estradas. O País fez uma opção pelo rodoviarismo, que lhe tem custado caro. Não há conservação adequada das nossas estradas.

Mas o Governo atual resolveu empreender uma solução ferroviária já antiga. Trata-se, inclusive, de uma obra cogitada, elaborada, planejada pelo Governo do Presidente Sarney, mas que não chegou a ser iniciada: a Transnordestina, que vai ligar todo o Nordeste.

Agora, Sr. Presidente, estamos sabendo de um anúncio do Governo, publicado no **Valor Econômico**, jornal de conceito nacional, de que o traçado da ferrovia, que começa no Maranhão e inclui o Ceará – que não constava no primeiro traçado –, será retomado com a exclusão de apenas um Estado da Federação, o Rio Grande do Norte.

Ora, Sr. Presidente, não pode haver – e o Deputado Federal Ney Lopes, do Rio Grande do Norte, iniciou uma verdadeira mobilização – argumento algum, político ou técnico, que justifique que o mais nordestino dos Estados do Nordeste não tenha direito de integrar a rota da futura ferrovia Transnordestina.

E por que é o Rio Grande do Norte o mais nordestino dos Estados do Nordeste? Porque o Rio Grande do Norte, diferentemente do Piauí, do Senador Mão Santa, e da Bahia, dos Senadores Rodolpho Tourinho e Antonio Carlos Magalhães, tem 90% do seu território encravado no semi-árido nordestino. Mas o Estado, ao

mesmo tempo em que apresenta essa característica que pode levar a um certo pessimismo com relação ao seu futuro, tem hoje a sua economia dinamizada, porque está criando, na verdade, novas perspectivas, inclusive por meio das nossas exportações. Estamos crescendo ano a ano nas nossas exportações. Se apresentarmos os números perante o quadro nacional, dirão que eles não pesam tanto. Mas, se cotejarem ano após ano, V. Ex^{as} verificarão que estamos recuperando o tempo perdido.

Pois é esse Estado, que produz mais de 100 mil barris de petróleo, que exporta camarão, que é o maior produtor de camarão do Brasil, que produz minério e gás natural, que tem uma fruticultura tropical exuberante, que exporta, sobretudo, para a Europa e que começa a exportar para os Estados Unidos, é esse Estado que está sendo deixado de lado nesse traçado dessa ferrovia que, inegavelmente, será vital para o desenvolvimento econômico da região nordestina.

Por essa razão, Sr. Presidente, o Deputado Ney Lopes encaminhou à Mesa da Câmara dos Deputados requerimento de interpelação, para que sejam explicados os motivos dessa exclusão.

Por outro lado, visitando o Rio Grande do Norte, em férias, é verdade, o Ministro José Dirceu esteve no Centro Administrativo do Estado para conversar com a Governadora e afirmou que o Rio Grande do Norte estava certo em reivindicar, mas que precisava saber que o traçado da nova Transnordestina depende de estudos de viabilidade que estão sendo realizados por um consórcio privado e que o Governo, assim, já não teria tanta responsabilidade por essa omissão, por essa exclusão, por essa discriminação, por esse absurdo para o qual não encontramos razão, qual seja o de apenas um Estado ficar ausente de uma ferrovia como a Transnordestina.

Creio, Sr. Presidente, que o consórcio privado que está estudando a viabilidade da estrada não terá, certamente, a mesma sensibilidade que teria o próprio Governo. É preciso considerar esse fato. Não temos ilusões. Mas o Governo pode, sem dúvida nenhuma, acompanhar esses estudos e interferir para não deixar que, numa hora como esta, tratando-se de um problema como esse, um Estado do Nordeste seja deixado para trás, seja deixado de lado, excluído e discriminado.

Sr. Presidente, venho fazer este apelo. E, diante da nova informação dada pelo Ministro José Dirceu, dirijo-me ao Ministério dos Transportes para fazer essa argumentação, dentro da mesma linha do trabalho que vem sendo desenvolvido pela nossa Bancada de Deputados Federais, do Deputado Federal Ney Lopes. Não podemos admitir isso. A privatização também tem seus limites. Quando se trata do interesse público, a

privatização deve esbarrar em determinados limites. Não podemos deixar que os nossos altos interesses desconcentrem o desenvolvimento em uma hora em que se quer fazer com que o Nordeste tenha uma via ferroviária como essa. Não podemos permitir que um Estado como o Rio Grande do Norte possa ser deixado de lado.

Portanto, deixo o meu apelo ao Governo Federal, a minha preocupação e a certeza de que essa luta precisa continuar. É uma luta de um Estado, de um povo, de um pedaço do Nordeste que não pode, de maneira alguma, ficar esquecido nessa hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, dividindo o tempo com o Senador João Alberto.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “...as rodovias federais continuam um descalabro imenso. Embora se deva reconhecer e enaltecer o esforço que tem sido feito para a recuperação de alguns dos seus trechos principais, especialmente com o início da adoção da privatização, nossas estradas não conservadas têm atravancado o curso normal de uma economia em ascensão, além da tragédia que representam em termos de vidas humanas ceifadas pela ausência de sua manutenção”.

Esse, Sr. Presidente, é o trecho de um discurso que, desta tribuna, proferi a 7 de agosto de 1989, ou seja, há 16 anos! Infelizmente, para nosso constrangimento, é de plena atualidade.

Então, comentei entrevista à imprensa de um Diretor do extinto DNER, o qual anunciava o agravamento da “situação caótica das rodovias brasileiras, em face da retenção dos recursos do selo-pedágio...”

Naquela época, era o selo-pedágio um adjutório que, como os que lhe seguiram para a recuperação rodoviária, era retido, isto é, recolhido e não repassado para os fins que justificaram sua criação.

Oito anos depois, em dezembro de 1997, a boa-fé levou-me a registrar desta tribuna a minha satisfação pelos entendimentos contratuais naquele mês firmados junto ao BIRD e ao BID, no valor de US\$1 bilhão, para as obras de recuperação de 14 mil quilômetros de estradas federais em quatro anos, cabendo ao Governo brasileiro a contrapartida de US\$250 milhões.

Nessa ocasião, declarava à imprensa o então Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que, em não se executando a recuperação imediata, os custos se elevariam em curto período para US\$3 bilhões.

É o caso de perguntar, Sr. Presidente, que fim levaram os recursos do “selo-pedágio”, e qual foi o

resultado daquele entendimento contratual de R\$1 bilhão?

Se um e outro tiveram resultados, certamente não os colheram as nossas rodovias.

Em dezembro de 2001, foi criada a famosa Cide – Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico, cujos recursos destinavam-se a investimentos na infra-estrutura de transportes, principalmente na recuperação de rodovias.

Até 2003, a Cide já havia arrecadado cerca de R\$18 bilhões – repito: R\$18 bilhões –, destinando-se migalhas para as áreas de infra-estrutura de transportes. Em três décadas, pelos levantamentos feitos pela Confederação Nacional dos Transportes, os investimentos nessas áreas diminuíram 50%, não obstante o aumento considerável da demanda pelo transporte de cargas e passageiros.

Em 2003, o Supremo Tribunal Federal decidiu, na Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 2.925, limitar a utilização de recursos da Cide pelo Governo e que essa Contribuição deveria ser obrigatoriamente investida conforme a destinação que lhe deu o art. 177 da Constituição de 1988.

Os objetivos dessa Contribuição, portanto, têm sido contrariados até mesmo ao arrepio de uma decisão da nossa mais alta Corte de Justiça. Seus recursos praticamente socorrem o Ministério dos Transportes para outros fins que não o da infra-estrutura de transporte. Quando não contingenciados, são direcionados para o pagamento, entre outros, do pacote de juros, de pessoal e de encargos sociais, segundo denúncia da Confederação Nacional dos Transportes.

Dá-se assim continuidade, em nosso País, ao mau hábito de desviar-se, à revelia dos contribuintes, a finalidade de recursos arrecadados por meio de contribuições.

Parece-me escandaloso que isso ocorra no Brasil à vista de todos.

Ainda recentemente, em pronunciamento que fiz sobre as esperanças depositadas na recuperação das nossas ferrovias, citei o dado de que os problemas da atualidade ferroviária estariam resolvidos se o Poder Público ali aplicasse, como contrapartida devida pela União, R\$1 bilhão – exato o montante dos recursos arrecadados das próprias ferrovias por meio da Cide.

Parece que não se dá conta de que o setor de transporte responde por 6,5% do PIB nacional e por 60% da movimentação de cargas e passageiros em rodovias, um setor, pois, estratégico sob o ponto de vista social e econômico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desempenho de um mandato parlamentar é deveras honroso para o político, pois na sua representatividade está in-

serida a manifestação de multidões que nele confiam. A par dessa sensação jubilosa do político, porém, estão as frustrações do que ele almeja, em benefício do povo, e que não se efetiva por negligência dos seus executores.

Essas reflexões me vêm à mente quando me detenho, por exemplo, nesse problema das lamentáveis rodovias federais em nosso País.

Caso se faça uma pesquisa no Congresso sobre as sugestões e críticas construtivas já registradas em torno das estradas brasileiras, vai-se encontrar um extraordinário depósito de colaborações criativas e viáveis desprezadas pelo Poder Executivo de nosso País.

E o tempo passa sem sequer um sinal no fim do túnel de que se encontrará um feliz desfecho para a recuperação das rodovias. E, a cada tempo que passa, somam-se e multiplicam-se os fabulosos prejuízos, em termos financeiros e humanos, que precariamente são lançados sobre as administrações em todos os portes.

A edição de **O Globo** de 27 de março passado lembrou que, nos últimos anos, 211 mil acidentes em rodovias vitimaram fatalmente cerca de 12 mil pessoas e feriram 123 mil. Somente em 2004, contabilizaram-se 6.000 mortos. Repórteres desse jornal contabilizaram, num trecho de apenas um quilômetro da BR-104, próximo à divida de Alagoas com Pernambuco, mais de 80 buracos que tornavam praticamente intransitável a rodovia.*

Sr. Presidente, essa é a situação de descabro a que me referi no início deste pronunciamento, e não podemos mais continuar nessa situação. No meu Estado, as rodovias estão basicamente intransitáveis.

Fica aqui, portanto, o meu protesto e a minha esperança de que, em algum momento, possa o Governo resolver esse grave problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “...as rodovias federais continuam um descabro. Embora se deva reconhecer e enaltecer o esforço que tem sido feito para a recuperação de alguns dos seus trechos principais, especialmente com o início da adoção da privatização, nossas estradas não conservadas têm atravancado o curso normal de uma economia em ascensão, além da tragédia que representam em termos de vidas humanas ceifadas pela ausência da sua manutenção.”

Este, Sr. Presidente, o trecho de um discurso que, desta tribuna, eu proferi a 7 de agosto de 1989

– portanto, há 16 anos! Infelizmente, para nosso consanguineamento, de plena atualidade.

Então comentei entrevista à imprensa de um diretor do extinto DNER, o qual anunciava o agravamento da “situação caótica das rodovias brasileiras em face da retenção dos recursos do selo-pedágio...”

Nessa época, era o selo-pedágio um adjutório que, como os que lhe seguiram para a recuperação rodoviária, era retido, isto é, recolhido e não repassado para os fins que justificaram sua criação.

Oito anos depois, em dezembro de 1997, a boa fé levou-me a registrar desta tribuna a minha satisfação pelos entendimentos contratuais naquele mês firmados junto ao BIRD e ao BID, no valor de US\$1 bilhão, para as obras de recuperação de 14 mil km de estradas federais em quatro anos, cabendo ao governo brasileiro a contrapartida de 250 milhões de dólares.

Nessa ocasião, declarava à imprensa o então ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que, em não se executando a recuperação imediata, os custos se elevariam em curto período para US\$3 bilhões.

É o caso de perguntar, Senhor Presidente, que fim levaram os recursos do “selo-pedágio”, e qual foi o resultado daquele entendimento contratual de US\$1 bilhão?

Se um e outro tiveram resultados, certamente não os colheram as nossas rodovias.

Em dezembro de 2001, foi criada a famosa CIDE - Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico, cujos recursos destinavam-se a investimentos na infra-estrutura de transporte, principalmente na recuperação de rodovias.

Até 2003, a CIDE já havia arrecadado cerca de R\$18 bilhões, destinando-se migalhas para as áreas de infra-estrutura de transportes. Em três décadas, pelos levantamentos feitos pela Confederação Nacional dos Transportes, os investimentos nessas áreas diminuíram 50%, não obstante o aumento considerável da demanda pelo transporte de cargas e passageiros.

Em 2003, o Supremo Tribunal Federal decidiu, na Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 2925, limitar a utilização de recursos da CIDE pelo governo, e que esta Contribuição deveria ser obrigatoriamente investida conforme a destinação que lhe deu o artigo 177, parágrafo 4º, inciso II, da Constituição de 1988.

Os objetivos dessa Contribuição, portanto, têm sido contrariados até mesmo ao arrepio de uma decisão da nossa mais alta Corte de Justiça. Seus recursos praticamente socorrem o Ministério dos Transportes para outros fins que não o da infra-estrutura de transporte. Quando não contingenciados, são direcionados para o pagamento, entre outros, do pacote de juros, de pessoal e de encargos sociais, segundo denuncia a Confederação Nacional do Transporte.

Dá-se assim continuidade, em nosso País, ao mau hábito de desviar-se, à revelia dos contribuintes, a finalidade de recursos arrecadados por meio de contribuições.

Parece-me escandaloso, Sr. Presidente, que isso ocorra no Brasil à vista de todos.

Ainda recentemente, em pronunciamento que fiz sobre as esperanças depositadas na recuperação das nossas ferrovias, citei o dado de que os problemas da atualidade ferroviária estariam resolvidos se o poder público ali aplicasse, como contrapartida devida pela União, R\$1 bilhão – exato o montante dos recursos arrecadados das próprias ferrovias através da CIDE.

Parece que não se dá conta de que o setor de transporte responde por 6,5% do PIB nacional e por 60% da movimentação de cargas e passageiros em rodovias, um setor, pois, estratégico sob o ponto de vista social e econômico.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o desempenho de um mandato parlamentar é deveras honroso para o político, pois na sua representatividade está inserida a manifestação de multidões que nele confiam. A par dessa sensação jubilosa do político, porém, estão as frustrações do que ele almeja, em benefício do povo, e que não se efetivam por negligência dos executores.

Essas reflexões me vêm à mente quando me detenho, por exemplo, nesse problema das lamentáveis rodovias federais em nosso país.

Se se fizer uma pesquisa no Congresso sobre as sugestões e críticas construtivas já registradas em torno das estradas brasileiras, vai-se encontrar um extraordinário depósito de colaborações, criativas e viáveis, desprezadas pelo Poder Executivo de nosso País.

E o tempo passa, Sr. Presidente, sem sequer o sinal no fim do túnel de que se encontrará um feliz desfecho para a recuperação rodoviária. E, a cada tempo que passa, somam-se e multiplicam-se os fabulosos prejuízos, em termos financeiros e humanos, que a precariedade das nossas estradas faz recair na economia e na sociedade brasileira.

A edição de **O Globo** de 27 de março passado lembrou que, nos dois últimos anos, 211 mil acidentes em rodovias vitimaram cerca de 12 mil mortos e 123 mil feridos. Somente em 2004, contabilizaram-se 6.000 mortos. Repórteres desse jornal contabilizaram, num trecho de apenas um quilômetro da BR-104, próximo à divisa de Alagoas com Pernambuco, mais de 80 buracos que tornavam praticamente intransitável a rodovia.

Em todo o País é isto o que está acontecendo. E ainda: o motorista, obrigado a parar ou a reduzir a marcha em virtude das péssimas condições das estradas, muitas vezes é atacado por assaltantes.

As vidas sacrificadas e as safras perdidas, causando colossais prejuízos à economia, não bastam para sensibilizar os poderes públicos?

E não é por falta de sugestões parlamentares que as soluções deixam de ser encontradas. Eu mesmo, em 1996 - antes, portanto, da criação da CIDE -, apresentei à consideração do Senado o Projeto de Emenda Constitucional nº 17/96 dispondo que a parcela da arrecadação do imposto, previsto no inciso VIII do art. 153 da Constituição, que couber à União, teria seu produto destinado à restauração, conservação, segurança e adequação de rodovias e hidrovias federais. Demonstrei nessa proposição que não se propunha a instituição de mais um imposto, mas, sim, a substituição de impostos existentes. E salientei que as pretendidas modificações na Constituição Federal abririam caminho, por meio de lei ordinária, para a implementação de um modelo de financiamento que evitasse, de maneira segura e permanente, o colapso do setor.

Ora, se meu projeto não era bom, que o substituíssem por outro mais aprimorado, e não simplesmente o ignorassem.

O problema do caos rodoviário não é de hoje. Vem de governos passados. Na verdade, porém, agrava-se, e vê-se que não há preocupação quanto à imperiosa necessidade de se buscar soluções até mesmo emergenciais. Se houvesse, os recursos da CIDE não seriam contingenciados ou desvirtuados dos fins que o justificaram.

Nada mais nos resta, Sr. Presidente, se não a esperança de que o poder público, reconhecendo a grave importância da nossa malha de transportes para a economia nacional, corresponda às expectativas da sociedade brasileira, destinando os recursos da CIDE aos investimentos que estimularam sua criação.

Acrescento ao este discurso recente informação da **Gazeta Mercantil** de 5 deste mês de abril de que se ultimam as providências para a esperada licitação, sob novos critérios, dos oito trechos mais valorizados do Programa de Concessão de Rodovias, num total de 3.059 quilômetros. Os editais, segundo a programação do Ministério dos Transportes, serão publicados em junho vindouro, e o leilão deverá ocorrer entre agosto e setembro, esperando-se para outubro a assinatura dos contratos. Numerosas empresas nacionais, americanas, portuguesas, espanholas e africanas já manifestaram interesse em participar desses leilões. Um fato, pois, alvissareiro: como se fora o primeiro empurrão - embora modesto pelo volume dos problemas -, destinado à recuperação de pequena parte das nossas estradas deterioradas. Digo modesto, Senhor Presidente, porque nenhuma das rodovias federais do Maranhão será alcançada nesse processo de próximas concessões, e nem se tem notícia de que o governo federal procu-

rá salvar, no Maranhão, as suas próprias estradas entregues ao "Deus dará".

Continuamos na esperança de que o Maranhão não será esquecido.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 24 de outubro de 1945, cinquenta países assinavam a Carta Institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), movidos pela esperança, após a derrota da tirania nazista, de estabelecer uma paz que assegurasse a todas as nações os meios para viver em segurança dentro das respectivas fronteiras e que garantisse a todos os homens, onde se encontrem, uma existência livre do medo e da miséria.

Hoje, sessenta anos depois, são 191 os países signatários da Carta da ONU e pode-se dizer que todos ainda se movem pela mesma esperança. A ONU, como organismo intergovernamental, de caráter universal, foi criada para manter a paz e a segurança, para coordenar a solução de problemas internacionais de natureza econômica, social, cultural ou humanitária e para promover o respeito pelos direitos humanos.

Durante mais de meio século de existência, o mundo tem passado por inúmeras e profundas transformações no campo científico, tecnológico e político. As sociedades globalizaram-se. Nunca como hoje estiveram tão sujeitas à interdependência.

Nesse contexto, a ONU tem-se defrontado com atitudes de proeminência de países mais poderosos sobre os menos fortes; seus mecanismos ou órgãos em algumas circunstâncias se manifestaram fracos, sem eficiência no que diz respeito à necessidade de cumprir ou fazer cumprir os objetivos da organização.

Li com atenção, satisfação e interesse as informações recentes fornecidas pela imprensa, dando conta dos esforços do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para viabilizar uma reforma abrangente e profunda dessa instituição, para dotá-la de condições de responder aos desafios e às ameaças em um momento em que muitos a acusam de seguir o caminho da irrelevância. Como bem disse o Embaixador brasileiro João Clemente Baena Soares, trata-se de reaparelhá-la para a nova realidade mundial.

Não é aceitável que um país, por mais importante que seja, se arrogue o direito de intervir, mediante decisão própria e independente, em outro, a título preventivo – foi o que aconteceu...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES.) – Por três minutos, vai ser prorrogada a sessão, visto que o tempo regulamentar já se esgotou.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – ...recentemente em relação aos Estados Unidos e o Iraque – ou para redirecionar governos e políticas governamentais. A autodeterminação dos povos é um princípio que deve ser respeitado de forma intransigente.

Nesse sentido, louvo a atitude do Senhor Presidente da República do Brasil, ao desaprovar, na reunião dos chefes de governo do Brasil, da Colômbia, Venezuela e Espanha, em Caracas, os ataques e acusações contra o Presidente da Venezuela. O fórum ideal e competente para dirimir dúvidas e apreensões quanto às políticas de uma nação é a ONU e, para isso, a ONU deve ser capacitada mediante a atualização e a instrumentalização necessárias.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES.) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 25 de abril de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a Vossa Excelência que, amanhã, 26-4-05, estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES.) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES.) – Os Srs. Senadores Lúcia Vânia, Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Leonel Pavan e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Após pressão, governo libera R\$400 milhões para reforma”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 08 de abril do corrente.

A matéria trata da verba liberada pelo governo para reforma agrária. No início do ano, o governo congelou R\$2 bilhões de um total de R\$3,7 bilhões que era previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário

no ano de 2005, sobrando assim, R\$1,7 bilhões. Desse montante, restou apenas R\$480 milhões para a aquisição e desapropriação de terras para a reforma agrária, pois, R\$322 milhões foram gastos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Como o mês de abril está sendo considerado o “Abril Vermelho”, já que concentrou o maior número de invasões de terra no país, o governo anunciou o desbloqueio de R\$400 milhões no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para tentar conter a tensão no campo. Essa redução de verba para a reforma agrária, de R\$3,7 bilhões para R\$400 milhões, mostra com clareza como o Presidente trata o que ele discursava como sua prioridade.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que me traz à tribuna nesta segunda-feira, é a respeito de uma avaliação do artigo do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, na sexta-feira, 22 de abril.

Sob o título “Novo Regime Tributário”, o artigo mostra como o excesso de carga tributária, hoje reunindo mais de 60 impostos e taxas, se tornou uma das principais causas de o Brasil estar perdendo terreno na economia mundial.

O texto do presidente da Fiesp enfatiza a crescente carga tributária e o excesso de gastos do governo como os grandes empecilhos para o crescimento dos sistemas produtivos brasileiros.

É bastante oportuno o artigo do Sr. Paulo Skaf.

Embora o Governo já tenha enviado ao Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, com mudanças que fixam limite para a carga tributária no próximo ano, em 16% do PIB, e para os gastos correntes do governo em 17%, essas promessas podem não ser mais do que isso: promessas.

E isso porque nada impedirá que até o final este governo arrecade mais tributos e direcione para um aumento do superávit.

Com isso, a solução que parece agora surgir com a LDO deixará de ser solução.

É nesse sentido que considero o artigo do presidente da Fiesp válido pela reflexão que enseja e solicito que seja anexado ao meu discurso desta tarde.

Obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

QUESTÃO AGRÁRIA Segundo Rossetto, verba ajudará a conter a tensão no campo

Após pressão, governo libera R\$ 400 milhões para reforma

EDUARDO SCOLESE

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Em meio ao "Abril Vermelho", mês que concentra o maior número de invasões de terra no país, o governo anunciou desbloqueio de R\$ 400 milhões no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que, segundo o ministro Miguel Rossetto, deve ajudar a conter a tensão no campo.

No início do ano, o governo havia congelado R\$ 2 bilhões do orçamento de 2005 da pasta — de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 1,7 bilhão —, o que resultou num caixa de apenas R\$ 480 milhões para a aquisição e desapropriação de terras para a reforma agrária.

A liberação do dinheiro será imediata, por meio de duas portarias a serem publicadas nos próximos dias no "Diário Oficial" da União. O volume de recursos, anunciado ontem, ficou definido anteontem à noite em reunião no Planalto sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nela, o presidente foi informado por Rossetto e pelo presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Rolf Hackbart, de que o dinheiro da autarquia para desapropriações de áreas se esgotaria no início de maio, o que, na prática, deixaria o governo mais uma vez longe de sua meta de assentamentos — 115 mil famílias, em 2005.

Rossetto, que desde o início do

ano adotou um discurso de ataque aos cortes em sua pasta, ontem comemorou o descongelamento de parte de seu orçamento, mas ressaltou a importância de outras fatias até o final do ano.

"Foi um valor muito positivo, sem dúvida. Que garante a continuidade do fluxo de nosso trabalho, num ritmo forte. Outros repasses até o final do ano fazem parte de um planejamento do governo", disse o ministro.

Antes da reunião de anteontem, tanto Rossetto como Hackbart demonstravam preocupação em relação ao tema. O presidente do Incra chegou a dizer que, sem dinheiro em caixa, o Incra poderia parar e demorar a retomar seu atual ritmo de desapropriações — 86% superior ao ano passado.

Sobre a atual onda de invasões no país, concentrada principalmente em Pernambuco, Rossetto disse que as novas verbas poderão diminuir a preocupação dos sem-terra. "Com certeza ajuda a conter a tensão no campo, pois [a verba descongelada] ratifica os nossos compromissos de avançar no processo de reforma agrária."

Com os R\$ 400 milhões anunciados ontem, o Incra soma cerca de R\$ 800 milhões em 2005 para os processos de desapropriações, que incluem pagamento por meio de Títulos da Dívida Agrária (terra nua) e dinheiro à vista (benfeitorias). Em 2004, o órgão gastou R\$ 1,01 bilhão com tal rubrica.



ORÇAMENTO

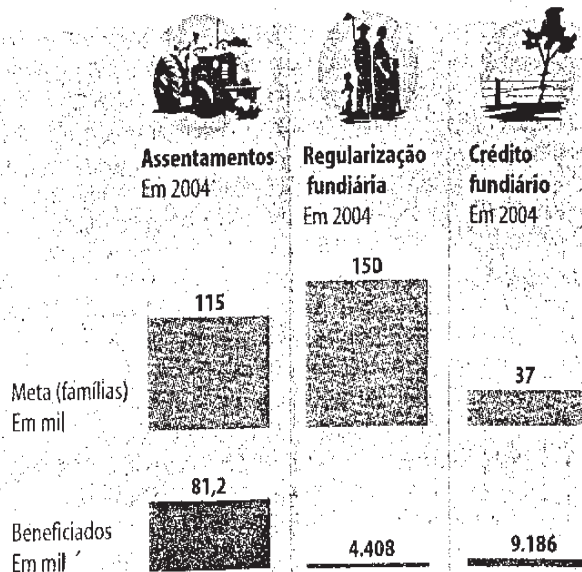
No início deste ano, houve um corte de **R\$ 2 bilhões** de um total **R\$ 3,7 bilhões** previstos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2005. O dinheiro, segundo a pasta, dava para assentar **40 mil** famílias até dezembro, ante uma meta de **115 mil**.



VERBA GASTA

Do **R\$ 1,7 bilhão** que restou ao ministério, **R\$ 480 milhões** estão reservados para obtenção e desapropriação de terras — sendo que **R\$ 322 milhões** já foram gastos pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Com o acréscimo de **R\$ 400 milhões** anunciados ontem, o ministério afirma que poderá assentar mais **30 mil** famílias.



TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

Novo regime tributário

PAULO SKAF

QUANDO o alemão Max Weber “inventou” a burocracia, na conturbada mudança cultural da transição entre os séculos 19 e 20, jamais poderia imaginar que, um dia, haveria algo como o sistema tributário brasileiro. Tivesse ele uma pálida idéia da coisa, é bem provável que se dedicasse a outras teorias, poupando de imensas agruras os habitantes deste país dos trópicos...

De fato, o inferno tributário nacional —um emaranhado de mais de 60 impostos e taxas— é de fazer inveja ao mais radical funcionário público da extemporânea “nomenklatura”, “classe burocrática, privilegiada, dos países da antiga Cortina de Ferro”, segundo bem define verbete do “Aurélio Século 21”.

A verdade é que o excesso de impostos é uma das causas de o Brasil estar perdendo terreno na economia mundial, como ficou claro no estudo “Perspectivas para a Economia Mundial 2005”, recém-divulgado pelo FMI. A expansão do PIB brasileiro está aquém da de outros países emergentes. Esse baixo desempenho significa a perda de oportunidade de crescimento substantivo numa conjuntura internacional muito favorável.

Assim, não é mais possível retardar a substituição dos impostos altos pela alternativa do maior controle fiscal por parte do governo. Os sistemas produtivos brasileiros não suportam mais tributos e taxas, pois os ônus já são demasiados, tendo ultrapassado todos os limites: a carga tributária, que era de 29,74% do PIB em 1999, já está próxima de 37%. O mais grave é que o governo não só tem aumentado os impostos mas também os seus gastos. Em 2004, as despesas correntes da União subiram cerca

de 12% além da inflação, segundo a própria Secretaria do Tesouro Nacional. Os maiores aumentos foram em subsídios (32%) e seguro-desemprego (15%). Os dispêndios com pessoal aumentaram 7,9% acima da inflação.

Além de abocanhar parcela significativa do esforço empresarial e laboral dos brasileiros, a máquina arrecadadora prima por criar dificuldades para vender facilidades. Nem sempre é simples obter um registro, recolher uma taxa ou imposto ou conseguir certidão negativa. Despendem-se esforço, tempo e, portanto, mais dinheiro das empresas.

Pessoas físicas também não são poupadas. Conseguir uma informação sobre a declaração do Imposto de Renda

Não é mais possível retardar a substituição dos impostos altos pela alternativa do maior controle fiscal

na Receita Federal, por exemplo, é uma desventura —aliás, em desacordo com a Constituição, que obriga o Estado a fornecer a toda cidadã as informações sobre ele retidas em seus arquivos.

Enfim, entre burocratas, leis não cumpridas, desorganização e descaso com a sociedade, o sistema tributário, nas distintas instâncias governamentais, tem sido empecilho, e não indutor do crescimento, como deveria ocorrer num país que optou pelo capitalismo.

Parece que o problema se tornou, mesmo, um estigma da nação. Infimo e pontual é o empenho em soluções efetivas. As reformas até agora realizadas fo-

ram meros arremedios. Situação culpa oposição por obstruir projetos, não importando qual partido esteja em cada papel. O Executivo omite-se de providências administrativas e objetivas, capazes de melhorar a vida e desonerar os contribuintes. Felizmente, surgem exceções positivas em meio a esse cenário desolador.

São Paulo protagoniza duas delas, a primeira já testada, com sucesso, na prática: a redução do ICMS de álcool combustível, têxteis e calçados, estabelecida pelo governador Geraldo Alckmin, em 2003. No exercício seguinte, a receita fiscal relativa aos dois primeiros produtos cresceu. Claro, os respectivos setores pagaram menos impostos e, portanto, venderam mais.

O segundo exemplo começa a se delinear na administração paulistana: a inteligente decisão do prefeito José Serra de desburocratizar o Cadastro de Contribuintes Mobiliários, cuja inscrição passa a ser feita pela internet. Com a nova sistemática, informa a Prefeitura de São Paulo, o processo será feito em um dia, ante três meses na modalidade antiga. Uma bênção para a indústria!

No caso da simplificação do cadastro, é provável que a Secretaria de Finanças consiga, além do benefício aos contribuintes, reduzir os custos com o procedimento. A medida bem que poderia inspirar todo o setor público. Afinal, o simples ato de desburocratizar representaria sensível economia para os órgãos arrecadadores, restando um pouco seu apetite pecuniário. Seria, literalmente, um novo regime tributário.

Paulo Skaf, 49, empresário, é o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar o artigo “A UTI da discórdia”, de autoria de Ulisses Campbell, publicado no Jornal **Correio Brasileiro** em sua edição de 12 de abril do corrente.

Mais uma vez o governo mostra a sua incompetência. Ao editar uma norma técnica para estabelecer novos critérios para internar pacientes na UTI (unidade de terapia intensiva) do SUS, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, foi criticado por todos os lados. A idéia é tornar mais rigoroso o acesso de paciente as UTIs, para tentar resolver o problema do déficit de leitos. Contudo, quem é o governo para decidir quem deve receber tratamento ou não?

Como bem afirmou o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, essa proposta do Ministério da Saúde é “nazista”. Que critérios são esses? Será que é preciso ter carteirinha do PT? O governo Lula está colocando uma porteira nas UTIs da rede hospitalar pública.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

14 BRASIL

66 NÃO VAMOS RESTRINGIR O ACESSO, VAMOS APENAS RACIONALIZÁ-LO. OS CRITÉRIOS SERÃO DEBATIDOS COM A CLASSE MÉDICA E, PRINCIPALMENTE, COM A SOCIEDADE **99**

Humberto Costa, ministro da Saúde

SAÚDE

Governo quer tornar mais rigorosa a internação de pacientes graves em hospitais e recebe críticas de parlamentares e da classe médica, que defende aumento de verbas e não restrições ao atendimento

A UTI da discórdia

ULISSES CAMPBELL
DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério da Saúde voltou à berlinda no início da semana. Ao tentar resolver o problema do déficit de leitos das unidades de terapia intensiva (UTI) no Brasil, o ministro Humberto Costa foi criticado por todos os lados. Motivo: o governo quer editar uma norma técnica para estabelecer novos critérios para internar pacientes nas UTIs do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta é tornar mais rigoroso o acesso do paciente a esses leitos, mas a idéia não foi bem-vinda por representantes da classe médica e parlamentares.

Um levantamento do próprio governo atestou que, entre 15% e 20% dos 21 mil pacientes internados hoje em leitos destinados à UTI, não deveriam estar nesses espaços. Ou porque o paciente não tem possibilidade de cura, ou porque seu estado de saúde não é tão grave. A primeira crítica veio da classe médica. “O governo enfrenta um problema grave de falta de verbas para aumentar os leitos da UTI. Como não há dinheiro para resolver esse problema, o ministro da Saúde pretende restringir o acesso aos leitos”, criticou o presidente da Associação Médica Brasileira, Eleuses de Paiva.

Da Nigéria, onde acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Humberto Costa se explicou: “Não vamos restringir o acesso, vamos apenas racionalizá-lo. Os critérios serão debatidos com a classe médica e, principalmente, com a sociedade”, explicou o ministro. Ele disse que

as UTIs do SUS têm muitos casos de pacientes que não apresentam quadro clínico muito grave e que poderiam ficar em unidades de terapia semi-intensivas.

Para o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Antônio Pinheiro, a decisão de manter um paciente na UTI cabe exclusivamente ao médico e independe de norma técnica. “Sou contra uma norma do ministério porque o médico é quem está a par do quadro clínico do paciente. Cabe a ele essa decisão.” Ele ressalta ainda que o ideal é aumentar o número de leitos no país e não restringir o acesso dos pacientes.

Assessor-técnico do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde Municipais (Conassem), o médico Alexandre Mont'Alverne, também bate na tecla de que o melhor caminho é aumentar o número de leitos e não reduzir o acesso. “O maior problema do país com leitos de UTI é que há déficit em alguns estados e excesso em outros, principalmente na Região Sudeste”, diz. De fato, na Paraíba e no Rio Grande do Sul, atualmente, estão sobrando leitos nas UTIs do SUS.

No Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), classificou de “nazista” a proposta do Ministério da Saúde. “Que critérios serão esses? Será que é preciso ter carteirinha do PT? O governo Lula está colocando uma porteira nas UTIs da

rede hospitalar pública. Só entra quem provar que não vai morrer”, provocou.

Defesa

O secretário de Atendimento à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla, diz que está havendo um equívoco de interpretação na intenção do governo. “O ministério não pretende restringir o acesso de pacientes aos leitos de UTI. Queremos apenas aumentar o uso racional desses leitos”, ressalta. Solla assegura que a taxa de ocupação das UTIs no país, atualmente, é de 60% e que, só no ano passado, o governo inaugurou 2.257 novos leitos.

O ministro Humberto Costa contemporiza. Diz que a norma técnica a ser editada, conforme revelado na edição de ontem da *Folha de S. Paulo*, trará mais “segurança” aos médicos, para lida-

rem com a situação. “Haverá uma rotatividade maior para saber como lidar com os pacientes graves”, disse. O Ministério da Saúde divulgou nota ressaltando que “não vai determinar quais pacientes ou quando eles deverão ser internados em uma UTI”. A decisão, segundo a nota, continuará cabendo aos profissionais médicos e aos serviços de saúde. “A norma técnica que o ministério pretende elaborar tem como objetivo contribuir tecnicamente, definindo parâmetros”.

“Então, essa nota é desnecessária. Porque esse procedimento, hoje, já é assim”, rebateu o vice-presidente do CFM, Antônio Pinheiro. “Hoje ocorre o oposto. Os médicos precisam internar pacientes nas UTIs do SUS e não há leitos”, completou o presidente da AMB.

OMS: REGRAS DE ASSISTÊNCIA

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a UTI é a área no hospital destinada ao atendimento em sistema de vigilância contínua a pacientes graves ou de risco, potencialmente recuperáveis. Na definição universal, “paciente grave” é aquele que apresenta instabilidade de algum de seus sistemas orgânicos, devido a alterações agudas. A equipe médica deve ser composta por um supervisor, corpo clínico e médico exclusivo presente 24 horas por dia no local.

POVO FALA // VOCÊ CONCORDA QUE O GOVERNO DECIDA QUEM TEM OU NÃO O DIREITO DE SER INTERNADO EM UTI?

“Se sair, ela morrerá”

A professora Maria de Jesus Paes, 35 anos, está apavorada, diante da possibilidade de que sua filha seja retirada da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) a partir da nova norma técnica que está sendo preparada pelo Ministério da Saúde. Sua filha de três meses está internada na UTI do Hospital São Marcos, em Teresina, desde que nasceu. A menina, batizada de Elis, nasceu com tetralogia de *fallot*, uma doença congênita que compromete o desenvolvimento da criança. Para os médicos do hospital, o bebê, desenganoado, está apto a dei-

xar a unidade, já que seu estado é irreversível. Mas a mãe reluta. “Se sair da UTI, minha filha morrerá”, diz. Elis hoje respira com ajuda de aparelhos.

No Piauí, segundo a Secretaria Estadual de Saúde, as UTIs do SUS só cobrem 2,54% do total de leitos, quando o índice preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é que essa taxa seja 8%.

Segundo o presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), José Maria da Costa Orlando, é comum os médicos sofrerem pressão de familiares do doente para in-

terná-lo ou mantê-lo na UTI, mesmo diante de um quadro irreversível. “Os médicos não se sentem seguros o suficiente para parar de investir em um paciente sem cura”, ressalta.

No Hospital dos Servidores do Estado do Pará, os médicos vivem o mesmo dilema, principalmente na UTI Infantil. A responsável pelo setor, Maria Costa e Silva, médica, conta que muitas vezes a mãe do paciente chega aos prantos. “A gente fica com medo de remover os pacientes para os leitos de tratamento semi-intensivos”, conta.

Maria de Jesus faz parte do grupo de mães que não arreda pé do hospital com medo que a filha seja removida da UTI. “Se a única esperança de manter ela viva é nesse leito, porque tirá-la de lá?”, questiona.

O médico cardiologista Antônio Callado, da Universidade Federal do Pará, conta que há uma cultura no Brasil que se mantém forte, tanto no seio familiar quanto na classe médica, que é manter o paciente terminal numa UTI até o último momento da vida. “Não é uma norma técnica que vai mudar essa tradição”, ressalta Callado.

DENISE NASCIMENTO MARIA,
38 anos, é moradora de Samambaia.

“Se alguém da minha família estivesse precisando ser internado em uma UTI, eu ia lutar para ela ficar lá enquanto fosse possível. Sempre há uma esperança. Há casos de pessoas que sobreviveram, mesmo indo contra o que achavam os médicos. Só quem pode decidir sobre a vida de uma pessoa é Deus.”

HENRIQUE FARIAS BATISTA,
34 anos, é morador de Samambaia.

“Eu acho que se as UTIs estão lotadas e tem muita gente precisando de internação, realmente é preciso priorizar. Uma pessoa sem chances de continuar vivendo normalmente pode estar ocupando o lugar de alguém que possa sobreviver. Mas, o governo tem que ter cuidado para não cometer injustiças.”

VIVIANE DUARTE,
23 anos, é estudante e moradora da M Norte.

“Eu discordo completamente da posição do governo. Todos devem ter o mesmo acesso à UTI. Se não há leitos suficientes para todos, o governo deveria criar condições para acomodar todas as pessoas que precisam de internação. Muitas pessoas podem perder a chance de sobreviver ao ficar de fora de uma UTI e ninguém pode lhes tirar a vida.”

FRANCISCO VICENTE SOBRINHO,
48 anos, é técnico em eletricidade e morador de Brazlândia.

“Não concordo que o governo deva escolher quem deve ou não deve ser internado na UTI. É uma escolha muito difícil e acredito que todas as pessoas tenham o mesmo direito de sobreviver. Deixar alguém de fora da UTI é fazer a mesma coisa que fizeram com a americana [Terry Schiavo], é eutanásia.”

FLÁVIA SOARES DA SILVA,
30 anos, é funcionária pública e moradora do Riacho Fundo.

“A decisão de internar ou não um paciente na UTI deveria caber apenas ao médico responsável. Não concordo que o governo delimite ou não quem tem o direito a ser internado na UTI. Isso é um tipo de eutanásia. Cada caso é um caso e só o médico tem como saber as necessidades do paciente.”

ABEL CONCEIÇÃO GUIMARÃES,
42 anos, é carpinteiro e morador da Samambaia.

“A UTI foi feita para tentar impedir que as pessoas morram. É um lugar para receber as emergências. Então, acho que se uma pessoa esteja precisando ir para a UTI, que ela seja internada imediatamente, independente do caso. É uma questão de sobrevivência. Deixar alguém de fora é o mesmo que abandoná-la.”

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria editada na coluna de Opinião, intitulada “Chávez dá novos passos em direção à ditadura”, publicada no jornal **Valor Econômico** em sua edição de 12 de abril do corrente.

A matéria trata dos rumos traçados pela Venezuela, tendo o Presidente Hugo Chávez como principal responsável pela instabilidade política e econômica no País. Influenciando o Congresso a aprovar uma legislação com o objetivo de retaliar as manifestações democráticas e até punir os que criticam seu Governo, criou uma instabilidade política. Mostrando-se de forma incapaz e equivocada na utilização dos recursos

da estatal de petróleo – PDVSA, criou uma instabilidade econômica.

O Presidente Lula, recentemente em audiência com o primeiro-ministro espanhol, José Luiz Zapatero, disse: “Não aceitaremos difamações contra companheiros”. Com a palavra a democracia brasileira.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
Valor	12	Abril/05	Opinião	A	12

“Chávez dá novos passos em direção à ditadura”

Venezuela caminha para uma ditadura ou uma nova fase de mais instabilidade política, ou ambas. A trajetória crescente de radicalização interna do presidente Hugo Chávez está perto de destruir os poucos vestígios de democracia de sua “revolução bolivariana” para mergulhar em uma aventura autoritária. O principal artífice da instabilidade é o próprio Chávez. A decisão oficial de criar milícias civis armadas é um passo largo em direção à intimidação política e à conquista de um poder pessoal no pior estilo dos caudilhos que infernizaram o continente no século passado.

O decreto que criou as milícias, que poderão agrupar 1,5 milhão de pessoas, diz que sua função será a de “ajudar na defesa e sustentação da segurança da nação” e “integrar progressivamente a sociedade civil ao exercício do dever de co-responsabilidade na manutenção da paz nacional”. Os objetivos são claros e não se restringem ao temor sempre presente de Chávez de ser assassinado por inspiração do governo de George Bush ou de ter seu país invadido pelos marines. A manutenção da “paz nacional” poderá se dar a partir de agora com ruidosos chavistas armados atemorizando a oposição ao governo, que vem minguando a olhos vistos, ao passo que o presidente concede a si mesmo cada vez mais poderes.

A trajetória do mandonismo de Chávez segue passos lógicos e céleres. O plebiscito convocado pela oposição para destroná-lo fracassou. Na sua esteira, em vez de gestos conciliadores, o presidente fechou progressivamente o caminho institucional para a manifestação dos partidos políticos que não aceitam seus preceitos. Em um país onde o Estado é o maior dono das terras, iniciou-se uma reforma agrária com o contisco de fazendas de propriedade de estrangeiros. A reforma educacional recém-encaminhada pelo presidente pode abrir caminho à lavagem cerebral típica de regimes stalinistas em decomposição. O passo mais grave, porém, foi a legislação aprovada pelo Congresso que torna objeto de retaliação do Estado manifestações típicas da democracia, como críticas ao presidente ou realização de passeatas em defesa de reivindicações políticas ou econômicas.

Após fracassar em uma tentativa de golpe de Estado, Chávez foi levado à presidência pelas urnas em 1998 e parece decidido a se

perpetuar no poder. Há poucas dúvidas de que conseguirá se reeleger por um período de mais seis anos em 2006. Seu populismo autoritário não faz mal apenas às instituições políticas, mas se estende à economia, onde esta minando as forças da fonte quase única de recursos do país — a estatal de petróleo PDVSA. Há sinais de que a empresa começa a sofrer de penúria de capitais para cumprir sua meta de chegar a produzir 5 milhões de barris por dia em cinco anos. Segundo a revista americana “BusinessWeek”, alguns importantes poços estão tendo seu nível de produção reduzido em um quarto a cada ano e o número de novas perfurações para novos poços caiu pela metade entre 1997 e 2005.

Chávez resolveu também apertar o cerco às companhias estrangeiras de petróleo, que respondem por quase metade da produção. Ele elevou os royalties de 1% para 16,6% das empresas que operam na bacia do Orinoco e estabeleceu que novas parcerias terão termos mais favoráveis ao governo — 30% de royalties e 51% de participação da PDVSA. Com a produção estabilizada ou cadente e medidas que afastam investidores, o governo venezuelano poderá em breve ficar com recursos menores para programas sociais.

Durante décadas, conservadores e liberais esbanjaram as receitas de petróleo venezuelano e deram às costas à miserável população do país. A eleição de Chávez rompeu com esse esquema político decrépito, que sofreu novo revés com o golpe de Estado fracassado de 2003. Chávez está sendo incapaz de livrar-se da dependência do petróleo e de dar novas esperanças e força ao jogo democrático. Ao retirar o monopólio da força do Exército e ameaçar deslocá-lo para as milícias sob comando de acólitos, Chávez está mexendo com fogo e incentivando insatisfação entre os militares, que lhe foram leais até agora. É uma jogada de altíssimo risco.

O aventureirismo de Chávez tem contado com o beneplácito do governo Lula, que dá um manto protetor retórico à escalada ditatorial do vizinho. “Não aceitamos difamações contra companheiros”, disse recentemente Lula, diante do primeiro-ministro espanhol, José Luiz Zapatero. Resta saber o que ele fará diante da verdade. Há riscos para a democracia na Venezuela e a diplomacia brasileira, por enquanto, dá a Chávez atestados de bom comportamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “A farra da boiada” do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 18 de Abril, coluna Alcides Amaral.

Diz “quando o Presidente Lula vem a público e afirma que não haverá farra do boi” quer dizer que os gastos públicos serão racionalizados, segue, reproduzindo as palavras do Ministro Antonio Palocci, em entrevista no Programa do Jô, “Temos de reduzir o déficit do governo”. Temos que levar em consideração.

O que constatamos em seguida, é o crescente aumento dos gastos da União em 2004, gastos com passagens e diárias para funcionários, aumento dos gastos com publicidade, além dos 28 assessores especiais do gabinete da presidência.

Enquanto isso, o mundo já está nos olhando de lado, “o Deutsche Bank, afirma que não teremos um futuro promissor”, a agência de risco Standard & Poor’s nos dá nota inferior à da Colômbia, Marrocos etc.

Não resta alternativa senão melhorarmos as nossas contas públicas, via controle efetivo de gastos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

**A ‘farra da boiada’
próxima do fim?**

Alcides Amaral

Quando o presidente Lula vem a público, como fez recentemente, e afirma que não haverá “farra do boi”, isto é, o governo não vai liberar dinheiro, como muitos imaginam, temos de passar a acreditar. Quando o ministro José Dirceu afirma categoricamente: “Vamos transformar 2005 no ano da eficiência da máquina pública e da redução de gastos” – também temos de dar ouvidos às suas palavras. E, finalmente, quando o ministro Palocci, em entrevista no *Programa do Jô*, diz: “Temos de reduzir o déficit do governo” e “eu fico lá nesse papel de ter de fechar as contas, que não é um papel fácil nem gostoso” – é mais uma palavra de autoridade respeitada que tem de ser levada em consideração. É de acreditar, portanto, que os altos mandatórios deste país “acordaram” e prometem um Brasil mais austero para 2005.

Os mais céticos, entretanto, acreditam que pouco possa mudar, pois o que aconteceu em 2004 não foi a “farra do boi”. Foi, isso sim, uma verdadeira

desse ceticismo vale lembrar que os gastos da União em 2004 (incluindo pessoal, benefícios do INSS, saúde, etc.) atingiram a cifra recorde de R\$ 306,5 bilhões, cerca de 60% a mais quando comparados aos de 1995. E esses gastos não contemplam despesas financeiras, que sobem em progressão geométrica devido às altas taxas de juros praticadas pelo governo. Em gastos com passagens e diárias para funcionários públicos foi desembolsado, em 2004, nada menos que R\$ 1,1 bilhão, quase o dobro dos gastos totais do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Dispendios com publicidade subiram nada menos que 40,5% em 2004, além do “inchaço” do gabinete presidencial com mais 28 assessores especiais. O presidente Lula gastou cerca de R\$ 370 milhões no ano passado, ante os R\$ 76 milhões despendidos pelo ex-presidente FHC no seu último ano de mandato (2002).

Embora não possamos concordar com a afirmação destemperada do cardeal-arcebispo do Rio, dom Eusébio Scheid, de que “Lula não é católico, é caótico”, a verdade é que o responsável pelas compras do Palácio do Planalto é, sim, “caótico”. Pelos processos de licitação publicados no *Diário Oficial* se fica sabendo que o governo estaria comprando 7 toneladas de açu-

car, 600 quilos de bombons e 800 latas de castanha de caju, só para mencionar alguns itens. Em outras licitações, a compra abrangia 495 litros de suco de uva, 2 mil dúzias de ovos, 2 toneladas de cebola e, creiam, 2.400 abacaxis, como se essa fruta não fosse perecível.

E para dar colorido a essa situação constrangedora temos, ainda, o nosso folclórico deputado Severino Cavalcanti. Com uma única penada aumentou em cerca de 30% as verbas de gabinete dos seus pares e vem agora a público para confirmar a contratação de mais um familiar para atuar no governo, dizendo que “esta história de nepotismo é para fracassados, para os derrotados que não souberam criar seus filhos”. Como, obviamente, o sr. Severino não é o único servidor que sabe educar seus filhos, o fim do nepotismo, ora em tramitação na Câmara, evitará mais uma enxurrada de filhos “bem criados” no governo.

Desta forma, é importante que a “farra da boiada” que nos acompanhou nos últimos meses esteja, realmente, próxima do fim. O mundo já nos está olhando de lado. O Deutsche Bank afirma que não temos futuro promissor, pois acredita que nos próximos 24 anos nosso PIB crescerá, em média, apenas 2,8%, enquanto muitos dos outros 34 países pesquisados terão melhor desempenho econômico.

**2006 É ANO ELEITORAL.
E, NESSAS OCASIÕES, A
PRESSÃO POR MAIORES
GASTOS SE ACENTUA...**

“farra da boiada”. Para que os leitores compreendam o porquê

co, inclusive a Argentina. A agência de risco Standard & Poor's nos dá nota inferior à da Colômbia, do Marrocos, do Peru, etc., pois "nossa dívida elevada e juros altos impedem a melhoria da nota".

Agora, nessa mesma linha de prognósticos não muito favoráveis, vem o FMI prevendo que devemos crescer por volta de 3,7% em 2005, ficando abaixo da média dos países africanos (5%) e, igualmente, abaixo dos principais concorrentes emergentes, pois só a China, por exemplo, deverá elevar seu PIB em 8,5% neste ano de 2005.

Não nos resta, pois, alternativa senão melhorarmos significativamente nossas contas públicas, via controle efetivo de gastos. Nossa carga tributária, ao redor de 36% do PIB, não suporta mais elevações, o que signifi-

ca que temos, sim, de trabalhar melhor, muito melhor, no controle das despesas. Com a não-renovação do acordo com o FMI – que, segundo Delfim Netto, "é o seguro mais barato que existe" –, temos, como bem disse o presidente Lula, de "andar com nossas próprias pernas". O FMI não estará mais por aqui para reforçar nosso caixa, tampouco para nos dar, trimestralmente, o "recibo" de bom aluno, aquele que cumpre tudo o que promete. E esse "aval", para o mundo capitalista, é de grande importância.

A anunciada redução dos déficits da Previdência, caindo dos R\$ 40 bilhões atuais para R\$ 24 bilhões em 2006, é medida vital para o equilíbrio das nossas contas. É uma tarefa difícil de ser concretizada, mas o governo e o Congresso têm de

se empenhar a fundo para que tal aconteça, e com urgência. Não podemos esquecer que 2006 é ano eleitoral e, nessas ocasiões, a pressão por maiores gastos se acentua.

Portanto, presidente Lula, é importante que, desta feita, sua promessa seja cumprida, isto é, "não esperem farra do boi". Pois, se assim não for, e o Brasil de 2005 continuar o mesmo gastador de 2004, vamos desde já nos preparando para o caos em 2006: maiores gastos, aumento da inflação, juros elevados, redução de prestígio internacional, crescimento medíocre da economia e emprego em baixa.●

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S.A., é autor do livro *Os Limões da Minha Limonada* (Editora Cultura). E-mail: alcides.amaral@uol.com.br

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é absolutamente lícito supor e, mais do que isso, acreditar e exigir que os Governos ajam sempre *pro bono publico* ou, no bom vernáculo, em benefício do interesse coletivo. Infelizmente, a realidade demonstra, com excessiva frequência, que nem sempre esse é o caso. Em inúmeras oportunidades, os Governos, mesmo os legitimamente constituídos, se deixam desviar, em maior ou menor grau, dos compromissos assumidos espontânea e previamente com a sociedade. Ocasionalmente são levados pela conjuntura; ora vêm-se tão-somente obedecendo às forças estruturais que inibem manobras mais ousadas, ainda que estejam em absoluta sintonia com seus propósitos originais, expectativas e necessidades sociais.

Assim, se estamos seguros de que garantir a totalidade dos brasileiros igualdade de oportunidade é o meio de realizar a efetiva transformação de nossa sociedade, o sistema de cotas para o acesso ao ensino superior, ora em implementação em nosso País, deve ser recebido como um passo imprescindível e louvável. Portanto, é com verdadeiro júbilo que venho assistindo à progressiva, mas segura implantação desse necessário e, até aqui, bem-sucedido modelo no Brasil.

A despeito de um ou outro problema pontual e questionamentos de formadores de opinião, jovens e famílias diretamente interessados no mais amplo acesso ao ensino superior, creio que não será exagero, ainda que dentro da incipiente experiência que vimos verificando nos últimos meses, declarar o sucesso da medida. Que, aliás, deverá também ser estendida às populações indígenas e, logo, aos alunos oriundos

da escola média pública. Uns e outros, por sabidas e sobejas razões, como a atual precariedade dos educandários dos níveis elementar e médio mantidos pelos poderes públicos, ainda se encontram em situação de inegável desvantagem e vulnerabilidade, quando confrontados em competição com os jovens das classes média e alta, que tiveram a feliz oportunidade de frequentar boas escolas particulares.

Como sabemos, em um primeiro momento, o novo modelo alcança prioritariamente os brasileiros afrodescendentes, um considerável contingente de nossa população, que, conforme o Censo de 2000, do IBGE, entre brasileiros auto-declarados negros e pardos, atingiria o expressivo percentual de cerca de 45 por cento de nossa população total. Todos sabemos e reconhecemos a enorme dívida moral, eventualmente irresgatável, que temos para com esses cidadãos. Ainda há poucos dias, em atitude que vem sendo contestada por alguns setores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu perdão à quase totalidade da dívida de Moçambique. O gesto foi entendido por alguns como generosidade, por outros como prodigalidade e ainda por uns tantos como uma verdadeira ilegalidade.

Concretamente, o que se verifica nestes tempos, no Brasil, é a tentativa de o País ajustar contas consigo mesmo e com a sua sociedade. Trata-se de uma atitude corajosa, há muito protelada, que, apesar de eventuais desinteligências e atritos, ao fim e ao cabo será francamente benéfica para toda a Nação.

Há, Sr. Presidente, e não se pode negar, uma evidente percepção social a ensejar o poder público no sentido de que avance com firmeza na correção dos

múltiplos equívocos históricos que nossos antepassados, em exercício de boa ou má-fé, cometeram.

A lição de verdadeiras educadoras, que nos proporcionam hoje algumas universidades brasileiras, notadamente as públicas em suas distintas esferas, começaram a encaminhar o País, há mais de um ano e de moto próprio, ao ajuste de prioridades e agendas, com a destinação específica de vagas, de modo a garantir assento nos bancos acadêmicos para um número crescente de afrodescendentes.

É notável, Sr^{as} e Srs. Senadores, perceber em larga medida a espontaneidade de várias instituições e a compreensão majoritária por parte da sociedade brasileira, que assim deixam evidente o propósito de transformação para a promoção social coletiva.

Não posso deixar de mencionar o papel paradigmático da nossa Universidade de Brasília, a UnB, verdadeira sucessora da antiga Universidade do Brasil, que ainda no primeiro semestre de 2003, em decisão inédita de seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovou a destinação de 20 por cento das vagas para os negros. A iniciativa, na verdade uma experiência singular, por sua ousadia e ineditismo, e que certamente deverá consumir-se de forma positiva, se estenderá pelo prazo de 10 anos, quando então será revisada e reavaliada. Serve igualmente de referência nacional para que as demais universidades públicas multipliquem esse tipo de mecanismo, verdadeiro redutor de desigualdades sociais.

Tenho visto um considerável número de depoimentos de jovens que, alcançados pela política de cotas, conseguiram realizar o sonho de ingressar na Universidade. Aí percebo um otimismo quase unânime, que comporta críticas pontuais absolutamente naturais. Pelas notícias que nos chegam, a aceitação e integração dos jovens afrodescendentes com os demais estudantes universitários têm superado as expectativas, revelando, ainda, mais uma porção generosa da alma brasileira.

Gradualmente passaremos a integrar à elite pensante brasileira milhares de jovens aos quais vinha sendo negado um dos mais mezinhos direitos no mundo contemporâneo: o de obter uma formação educacional capaz de permitir a realização de todas as suas potencialidades humanas, em seu próprio benefício, mas também em favor de toda a sociedade. Isso é motivo de celebração.

A ação afirmativa, que tantas e tão positivas mudanças garantiu à sociedade norte-americana a partir dos anos 60, é o caminho que o Brasil deverá seguir nas próximas décadas, a fim de encerrar uma história de iniquidades que ainda hoje nos atingem. Estou certo de que somente nessa linha conseguiremos formar uma Nação forte, arrojada e bem estruturada, apta ao

enfrentamento dos crescentes e complexos desafios que se apresentam a toda a humanidade.

Fico feliz ao constatar que os primeiros e necessários passos superaram a timidez e o conservadorismo que pareciam nos condenar ao abominável atraso do segregacionismo. O Brasil, por meio de suas lideranças e da ação articulada de sua sociedade, toma, enfim, um rumo preciso para assegurar uma vida melhor e mais digna para todos os seus filhos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES.) – A Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2000 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade*.

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
57, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura*.

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 15, DE 2004**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575/98, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal*. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).

Parecer favorável, sob nº 462, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Bornhausen.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
43, DE 2000**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas*.

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário

o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes)*.

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
87, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 73, DE 1999**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Al-

ves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotam crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para*

definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2004 (nº 3.407/2000, na Casa de origem), que *declara o arquiteto Oscar Niemeyer Patrono da Arquitetura Brasileira.*

Parecer favorável sob nº 7, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Pereira. Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que a moda não pegue, diante do anúncio do Senador Eduardo Suplicy.

Trago uma preocupação e venho buscar explicações.

Duas licitações estão sob suspeita no Ministério da Saúde. Uma delas foi alvo de notícia na coluna do jornalista Cláudio Humberto, hoje, sob o título “Cárie Exposta”, afirmando que, numa licitação milionária de “kits dentários”, uma empresa chamada Dismafe ganhou com proposta R\$70 milhões menor que a segunda colocada, a Tangara, que é a preferida da cúpula do Ministério da Saúde. E o Ministro da Saúde informa que anulará a licitação.

Isso nos leva a suspeitar da honestidade dessa licitação. Por isso, estamos encaminhando à Mesa um requerimento de informação com cinco indagações. Não farei a leitura das indagações, porque tenho a outra denúncia.

Recebi um dossiê de empresa prejudicada que denuncia uma licitação referente ao Pregão nº 16, de 2005, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio à organização e realização de eventos para um universo de aproximadamente 151 eventos. Essa licitação se deu exatamente na área de Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Saúde. Aquela mesmo, aquela onde explodiu o escândalo dos vampiros. E, para a sua moralização, foi nomeada uma senhora que a mídia, à época, denominou de “a dama de ferro”, que foi investida da missão de exterminar os vampiros, Senador João Batista Motta. No entanto, ela pediu exoneração. A dama de ferro não foi forte o suficiente para exterminar os vampiros.

Agora há essa denúncia de que uma empresa ganha uma licitação apresentando preço simbólico e provavelmente em conluio com outras três empresas que apresentaram preços similares, mas muito distantes da realidade.

Como não tenho tempo suficiente para dissertar sobre todos os detalhes, vou às conclusões a que é possível chegar pelos indícios que esse dossiê apresenta. O custo estimado seria de R\$32 milhões. Quatro meses antes da licitação, em dezembro de 2004, a empresa vencedora, Aplauso, apresentou ao Ministério um orçamento prévio com todos os itens da planilha do edital, o qual totalizou um custo de R\$20.755,00 por evento. Multiplicando por 151 eventos, teríamos o valor global do edital publicado.

Pois bem, essa empresa ganhou a concorrência com R\$4.184,00 apenas por evento. Se na planilha apresentada ao Ministério quatro meses antes a mesma empresa afirmava serem necessários mais de R\$20 mil, como é possível ganhar com apenas R\$4 mil?

Há indícios, portanto, de informações privilegiadas, uma vez que essa empresa recebeu a planilha de custos quatro meses antes da abertura do pregão. Essa empresa já foi parceira do Ministério em outros eventos. Cito, por exemplo, o evento intitulado HumanizaSUS, realizado em 2004, sem cobertura contratual.

Há indícios também de fortes irregularidades na classificação da primeira colocada, que apresentou preços inexecutáveis. Vale a pena destacar o seguinte: vários serviços especializados foram cotados pelo valor de R\$1,00 e de R\$ 0,20, tais como tradutor simultâneo, técnico em computação gráfica, médico, enfermeiro. Portanto, são valores simbólicos.

É claro que isso fica visível. Não há como não sentir a presença desonesta em uma licitação com esses detalhes. Apresentou um preço 70% menor do que a média de todas as empresas participantes do pregão. Apresentou preço aproximadamente 80% menor do que

apresentou em dezembro de 2004, preço que balizou o custo estimado do pregão em questão.

Há também, Sr. Presidente Augusto Botelho, indícios de conluio entre as três primeiras colocadas, que apresentaram preços próximos e muito aquém da média geral. Informações privilegiadas frustram o caráter competitivo da licitação e ferem diretamente alguns princípios básicos da licitação: isonomia, competitividade, moralidade, entre outros.

Não se admite na licitação o preço manifestamente inexecutável, pois é uma verdadeira armadilha para a administração. O licitante vence e depois fracassa na execução do contrato ou solicita adicionais com as alegações já conhecidas daqueles que exercem a função executiva.

A solução é corrigir essa irregularidade. O art. 44, § 3º, da Lei 8.666, de 1993, a Lei de Licitações, não admite proposta que apresente preços simbólicos ou irrisórios. Portanto, preliminarmente, a empresa que apresenta um preço irrisório, simbólico, deve ser eliminada da competição. Preços inexecutáveis devem ser refutados de pronto por uma administração honesta.

Licitações realizadas por núcleos estaduais de saúde, por exemplo, o do Amazonas, possui contratos de eventos com valores que variam entre R\$17 mil e R\$52 mil. E são eventos mais simples até do que esses do Ministério da Saúde para aos quais se efetuou essa concorrência. Um evento com tradutor, equipamentos sofisticados, refeições, hospedagem e secretária bilíngüe não pode ser coberto com uma planilha onde alguns custos são cotados por um real. É evidente que isso afronta a inteligência das pessoas.

Os eventos desse edital do Ministério da Saúde contam com a participação de cerca de 300 pessoas. Uma empresa vencer oferecendo algo em torno de R\$4 mil é, realmente, inadmissível. Queremos explicações a respeito desse fato.

Não estamos apresentando um requerimento como fizemos em relação à outra licitação. Estamos pedindo oralmente, da tribuna do Senado Federal, ao Ministro da Saúde, explicações sobre esses fatos. Certamente, o assessor parlamentar do Ministério está nos ouvindo neste instante e recolherá as notas taquigráficas para levá-las ao Ministro da Saúde.

Esperamos que, já na próxima semana, S. Ex^a possa nos remeter informações sobre os sérios indícios de corrupção, exatamente na área onde já vicejaram os “vampiros” da República, condenados pela opinião pública brasileira há tão pouco tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, já lhe concedo um aparte.

É preciso que o Governo cuide mais da questão ética. O Presidente Lula está muito descuidado. Sua Excelência que nos perdoe, mas um Presidente da República não pode ser tão complacente, omisso, tornar-se conivente, participe. Estabelece-se uma promiscuidade na administração federal. O Presidente diz que não demite ministros em função de manchetes de jornal e ignora os fatos que alimentam tais manchetes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Presidente deve explicações ao eleitor, ao povo brasileiro.

Está-se esgotando o meu tempo, mas, com a permissão da Presidência, concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, exerce um dos direitos mais relevantes atribuídos a nós Senadores, o de requerer informações sempre que haja qualquer indício de problema. E V. Ex^a o faz bem, pois está solicitando, respeitosamente, ao Ministro Humberto Costa que esclareça os problemas detectados. O Ministro Humberto Costa esteve ainda ontem na Comissão de Assuntos Sociais, onde fez uma exposição por cerca de duas horas, e voltará na próxima semana à mesma Comissão, para responder às mais diversas questões que têm sido levantadas, com toda a disposição de esclarecê-las em profundidade.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Poderá esclarecer, inclusive – tenho essa convicção –, as indagações que V. Ex^a terá a oportunidade de fazer pessoalmente. Considero muito importante que os Senadores façam esse esforço de esclarecer problemas sempre que houver indícios de irregularidades.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, é ótimo que o Ministro venha, já na próxima semana, e que traga realmente as explicações a respeito desse assunto. Trata-se de uma questão da maior gravidade. O Brasil não pode desacreditar definitivamente das instituições públicas, dos partidos políticos e dos políticos, de forma geral, em função da corrupção que permanece impune, lamentavelmente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O meu tempo se esgota, Sr. Presidente, mas gostaria de destacar que faz muito mal à democracia essa complacência em relação à corrupção porque passa a idéia de que os partidos políticos que sustentam, na Base de apoio, o Governo Federal estão comprometidos também com atos de corrupção – e sabemos que não estão. De modo geral, não podemos generalizar. Há aqueles que

corrompem, mas há aqueles que repudiam a corrupção em todos esses partidos que sustentam politicamente o Presidente da República.

Não é justo passar essa imagem de que esses partidos estão comprometidos com a corrupção. Da mesma forma, Sr. Presidente, não é justo passar a imagem de que vale a pena a corrupção, porque a impunidade vem protegendo os corruptos no País.

PARECER Nº 2, DE 2005 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Aviso nº 4/2005-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 172, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à inspeção realizada no contrato nº PD-10-033-01-00, celebrado para a execução das obras de construção de travessia urbana em São Gabriel/RS, na BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina. (TC nº 018.879/2004-7).”

Relator: Senador **Augusto Botelho**

1.1 Relatório

1.1.1 Base legal

O § 6º do art. 9º, combinado ao artigo 97, ambos da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias aplicável ao exercício de 2005 – LDO 2005), lança as bases do tratamento reservado às obras com indícios de irregularidades, estabelecendo:

Art. 9º

.....

§ 6º Observado o disposto no art. 97

desta lei, o projeto de lei orçamentária e a respectiva lei conterão anexo específico, com a relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, com base nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União.

.....

Art. 97. O projeto de lei orçamentária anual e a respectiva lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras

pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo.

.....
§ 2º Os indícios de irregularidades graves, para os fins deste artigo, são aqueles que tomem recomendável à Comissão de que trata o caput, a paralisação cautelar da obra ou serviço, que, sendo materialmente relevantes, enquadrem-se em alguma das seguintes situações, entre outras:

I – tenham potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário ou a terceiros;

II – possam ensejar nulidade do procedimento licitatório ou de contrato.

.....
§ 5º As exclusões ou inclusões dos subtítulos, contratos, convênios, parcelas ou subtrechos no rol em anexo à lei orçamentária observarão decreto legislativo, elaborado com base nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União, que nelas emitirá parecer conclusivo a respeito do saneamento dos indícios de irregularidades graves apontados, de forma a subsidiar a decisão da Comissão de que trata o **caput** e do Congresso Nacional.

§ 6º A decisão da Comissão Mista de que trata o art. 165, § 1º, da Constituição, com base em pronunciamento conclusivo do Tribunal de Contas da União, que reconheça o saneamento dos indícios de irregularidades apontados, terá caráter terminativo, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Sendo, portanto, graves os indícios de irregularidades apurados, o § 2º do supracitado art. 97 recomenda a paralisação cautelar da obra ou do serviço. Assim se faz, como reza o dispositivo, no intuito de preservar o erário ou terceiros de prejuízos significativos ou de permitir que as irregularidades detectadas sejam sanadas, restaurando-se a correção e a legalidade da ação pública impugnada.

1.1.2 Situação em exame

O programa de trabalho de que trata o Aviso nº 4/2005-CN, “Construção de Travessia Urbana em São Gabriel/RS, na BR–290/RS, entronc. entre as BR-101/RS e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina, subtrecho BR–473 e BR–158, segmento Km 417–Km 421”, achava-se incluído entre as obras relacionadas no Anexo VIII da Lei Orçamentária para 2004 (LOA 2004) – Lei nº 10.837, de 2004. Atualmente, encontra-se entre as

obras relacionadas no anexo de que trata o § 6º do art. 9º da LDO 2005, isto é, no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual para 2005 (LOA 2005) – Lei nº 11.100, de 2005. Tais inclusões deveram-se a indícios de irregularidades graves apontados por auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Não foi identificada execução financeira nos anos de 2004 e de 2005.

A obra objeto da programação em exame está inserida no Contrato nº PD-10-033/01-00, firmado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e a empresa Andraus Engenharia e Construções Ltda. De acordo com o Aviso nº 4/2005-CN, o valor inicial do contrato, firmado em 27-9-2001, foi de R\$4.098.354,47. Ainda segundo o Aviso, os indícios de irregularidades, correspondentes a cerca de 60% do valor contratado, diziam respeito a sobrepreços em alguns serviços do referido contrato.

1.1.3 Análise da matéria

A questão mais crítica relativamente à obra em comento diz respeito à aprovação ou não de sua continuidade. Nesse ponto, importante é mencionar que, segundo o Aviso nº 4/2005-CN, o acórdão do Ministros do TCU e o voto do Ministro-Relator acompanham o relatório de auditoria elaborado pela Secex/RS, o qual considera saneados os indícios de irregularidades graves referentes ao contrato PD-10-033/01-00. Na verdade, a equipe de auditoria, em análise mais detalhada, conclui “que não ficou configurada a ocorrência dos indícios de irregularidades (...) relativos ao sobrepreço no contrato PD-10-033/01 para a construção da travessia urbana em São Gabriel/RS” (ver Aviso nº 4/2005-CN, p. 14). Dessa forma, não pode ser outro o entendimento senão o de permitir o andamento das obras.

1.2 Voto

Diante do exposto, votamos pela exclusão da vedação da execução orçamentária e financeira referente ao subtítulo, “Construção de Travessia Urbana em São Gabriel/RS, na BR–290/RS, entronc. entre as BR–101/RS e a BR–293/RS, fronteira Brasil/Argentina, subtrecho BR–473 e BR–158, segmento Km 417–Km 421”, constante do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 2005 (LOA 2005), nos termos do projeto de Decreto Legislativo em anexo.

Sala da Comissão, de 2005. – Senador **Augusto Botelho**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2 DE 2005

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o subtítulo Construção de Travessia Urbana em São Gabriel/RS, na BR–290/RS, entronc. entre as BR-101/RS

e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina, subtrecho BR-473 e BR-158, segmento Km 417-km 421.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei Orçamentária para 2005 (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), o subtítulo Construção de Travessia Urbana em São Gabriel/RS, na BR-290/RS, entronc. entre as BR-101/RS e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina,

subtrecho BR-473 e BR-158, segmento Km 417-Km 421.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de abril de 2005. – Senador **Efraim Moraes**, Primeiro Vice-Presidente no Exercício da Presidência – Senador **Augusto Boteelho**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de abril de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador AUGUSTO BOTELHO, ao **Aviso nº 004/2005-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25/01/2005, do subtítulo Construção de Travessia Urbana em São Gabriel/RS, na BR-290/RS, entroncamento entre a BR-101/RS e a BR-293/RS, fronteira Brasil/Argentina, subtrecho BR-473 e BR-158, segmento km 417 – km 421 - GO. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 30 e 31/03/2005, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Colbert Martins, Darci Coelho, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Chaves, Júlio Cesar, Luiz Bittencourt, Luiz Couto, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago, Zé Geraldo; e os Senadores Efraim Moraes, Primeiro Vice-Presidente, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Demóstenes Torres, Garibaldi Alves Filho, Ideli Savatti, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 20 de abril de 2005.



Senador EFRAIM MORAIS

Primeiro Vice-Presidente no Exercício da Presidência



Senador AUGUSTO BOTELHO

Relator

PARECER Nº 3, DE 2005 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 5, de 2005-CN (nº 145-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 122, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras rodoviárias do Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a realização de obras e serviços complementares na BR 080/00 – trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves. (TC nº 006.378/2002-3).”

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso nº 5, de 2005-CN (nº 145-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 122, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 23-2-05. Tal deliberação está inserida nos autos TC nº 006.378/2002-3, que cuidam de levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias do Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a realização de obras e serviços complementares na BR-080/GO – trecho Padre Bernardo-Uruaçu-São Miguel do Araguaia-Luiz Alves.

O referido Acórdão resultou do exame do recurso ingressado pela Agência Goiânia de Transportes e Obras Públicas – AGETOP contra o teor do Acórdão nº 558/2004 – TCU, que em seu item 9.4 faz constar recomendação expressa de paralisação cautelar das obras em virtude da falta de cadastramento do Convênio nº 159/1996 no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Ocorre que tal fato decorreu de impossibilidade do próprio sistema, como ficou registrado na análise do recurso. Desse modo, o Plenário da Corte de Contas deu provimento aos embargos de declaração e modificou a redação dos itens 9.1 e 9.4, que passaram a ter a seguinte redação:

9.1. determinar ao DNIT que providencie o cadastramento do Convênio nº 159/1996 no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg, no prazo de trinta dias após a homologação, pelo Poder Executivo, do módulo do referido Sistema, que permitirá a digitação e tratamento dos dados dos contratos executados no âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, nos ter-

mos do art. 19, § 5º-A, da Lei nº 10.934/2004, alterada pela Lei nº 11.086/2004;

9.4. dar ciência desta Deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, às Presidências do congresso Nacional e à sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informando-lhes que, com relação à obra referente ao Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0109, constante do anexo VIII da Lei nº 10.837/2004 (LOA/2004) a falta de inclusão do convênio nº 159/1996 no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG não recomenda a paralisação cautelar da obra, tendo em vista a não-homologação, pelo Poder Executivo, do módulo que permitirá tal cadastramento no aludido Siasg, conforme o art. 19, § 5º-A, da Lei nº 10.934/2004, alterada pela Lei nº 11.086/2004.

É o relatório.

II – Voto

O aviso em epígrafe cuida das obras rodoviárias na BR-080/GO, no trecho Padre Bernardo-Uruaçu-São Miguel do Araguaia-Luiz Alves, cujo benefício sócio-econômico atingirá cerca de 300.000 pessoas, em face de custos operacionais, aumento da segurança e capacidade de tráfego, com conseqüente desafogamento das BR-060/GO e BR-153/00.

O empreendimento em questão encontra-se relacionado no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 com o subtítulo 26.782.0237.10LN.0002 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás – Trecho Dois Irmãos-Barro Alto-Uruaçu-São Miguel do Araguaia – GO). Tal situação se deve em face das seguintes circunstâncias:

a) falta de licenciamento ambiental e de aprovação dos projetos executivos dos lotes 1, 2, 3 e S pelo DNIT;

b) ausência de cadastramento do Convênio nº 159/96 no SIASG.

Relativamente à ausência de cadastramento do Convênio no SIASG, a falha não pode ter o condão de suspender a execução física, financeira e orçamentária, visto que o sistema ainda não está preparado para aceitar o referido registro.

Quanto às demais irregularidades, elas permanecem pendentes de regularização. Todavia, há entendimentos de que tais irregularidades não impedem o prosseguimento das obras, uma vez que elas podem ser saneadas antes do início dos serviços, como se

observa no excerto a seguir, oriundo do voto condutor do Acórdão nº 1.565/2003, **in verbis**:

Examinando as razões de justificativas apresentadas, considerei temerária a exclusão da obra do Quadro VII, tendo em vista que não foram aprovados o projeto executivo e o licenciamento ambiental.

No entanto, relativamente a tais projetos, de acordo com o responsável e informações constantes dos autos, estava em andamento a confecção do projeto executivo de engenharia dos lotes 1, 2 e 3, assim como o estudo ambiental dos lotes mencionados encontrava-se em fase de entrega de relatórios e o do lote 5, em processo de alteração (fl. 312 – vol. principal).

Considerando que da análise técnica dos projetos executivos pelo DNFT será verificada a adequação dos preços unitários e quantitativos licitados pela entidade conveniente, sendo, então, procedida as correções necessárias pelo órgão nos valores contratados. Entendo que os indícios de irregularidades abordados nos autos poderão ser sanados antes do início da execução física das obras, deixando, então, de constituir risco de prejuízo ao erário.

Dessa forma, reconheço, também, que o acórdão recorrido omitiu-se de informar expressamente ao Congresso Nacional que os citados indícios não recomendam a suspensão da execução orçamentária e financeira do empreendimento.

Em face do exposto, considero que não há mais razões para a manutenção do empreendimento em questão no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005. A correção das irregularidades pendentes podem ser verificadas pelo Teu, antes do início das obras, sem a necessidade de nova deliberação desta Comissão, como indicado no item 9.3 do Acórdão nº 558/2004, que estabelece:

9.3. determinar à Secex/GO que verifique o cumprimento do item 9.1.1 do Acórdão nº 1565/2003 – Plenário, **in Ata** nº 41/2003, na Sessão de 22-10-2003, por meio do qual o TCU determinou ao DNIT que só autorizasse o início da implantação e/ou pavimentação da BR-080/GO depois da obtenção dos licenciamentos ambientais junto aos órgãos competentes, assim como após aprovação por esse Departamento dos projetos executivos dos lotes 1, 2, 3 e 5 da referida rodovia, verificando a compatibilidade dos quantitativos de serviços contratados e dos preços praticados.

Desse modo, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 5, de 2005-CN, e das peças que o acompanham;

b) delibere pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) do subtítulo 26.782.0237.10LN.0002 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás – Trecho Dois Irmãos–Barro Alto–Uruaçu–São Miguel do Araguaia – GO), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, – Deputado **João Leão**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2005

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0237.10LN.0002 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás – Trecho Dois Irmãos–Barro Alto–Uruaçu–São Miguel do Araguaia – GO), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o subtítulo 26.782.0237.10LN.0002 (Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás – Trecho Dois Irmãos–Barro Alto–Uruaçu–São Miguel do Araguaia – GO), sob responsabilidade da unidade Orçamentária 39.252.

Art. 2º O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes somente poderá autorizar o início da implantação e/ou pavimentação da BR-080/GO depois da obtenção dos licenciamentos ambientais junto aos órgãos competentes, bem como após a aprovação por aquele Departamento dos projetos executivos dos lotes 1, 2, 3 e 5 da referida rodovia.

Art. 3º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 10 deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de abril de 2005. – Senador **Efraim Moraes**, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência – Deputado **João Leão**, Relator.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de abril de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado JOÃO LEÃO, ao **Aviso n.º 005/2005-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Anexo VI da Lei n.º 11.100, de 25/01/2005 do subtítulo 26.782.0237.10LN.0002 - Construção de Trechos Rodoviários na BR-80 no Estado de Goiás – Trecho Dois Irmãos – Barro Alto – Uruaçu – São Miguel do Araguaia - GO. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 28 e 29/03/2005, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Colbert Martins, Darci Coelho, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Fernando Ferro, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Homero Barreto, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, Jorge Alberto, Jorge Bittar, José Chaves, Júlio Cesar, Luiz Bittencourt, Luiz Couto, Manato, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Milton Monti, Nazareno Fonteles, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago, Zé Geraldo; e os Senadores Efraim Moraes, Primeiro Vice-Presidente, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Demóstenes Torres, Garibaldi Alves Filho, Ideli Savatti, Lúcia Vânia, Luiz Otavio, Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp.

Sala de Reuniões, em 20 de abril de 2005.



Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Vice-Presidente no Exercício da Presidência



Deputado JOÃO LEÃO
Relator

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 055 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Prorrogar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, os trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 144, de 2004, do Diretor-Geral, incumbida implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos servidores aposentados, dos pensionistas civis, dos pensionistas do IPC e dos senhores ex-senadores, assim como promover a migração de dados para o novo sistema de recursos humanos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2005.

Senado Federal, 25 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1827 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, e ainda, conforme indicação do Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar os servidores João Carlos Barizon, matrícula 54516, João Soares de Sousa, matrícula 46120 e José Carlos Valério, matrícula 54721, Atos nºs 213 e 214, de 25 de janeiro de 2005, nos quais foram designados gestores titular e substituto dos contratos originados pelos Processos nºs 0001142/05-4 e 001141/05-8.

Art. 2º Designar os servidores **Aloysio Novais Teixeira**, matrícula 37270, Analista Legislativo, Engenheiro Eletricista, com especialização em Engenharia Econômica e **Carlos Eduardo Lopes Neves**, matrícula 50869, Técnico Legislativo, Contador, para atuarem como gestores titular e substituto dos contratos originados pelos processos referidos no artigo anterior.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1828 , de 2005.**

Estabelece as competências da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública e Serviços a ela subordinados.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 4º, do Ato da Comissão Diretora nº 24, de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam estabelecidas por este Ato as competências da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública e de suas unidades subordinadas.

Art. 2º. À Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública, órgão subordinado à Secretaria de Comunicação Social, compete realizar atendimento à população em suas demandas de informações institucionais e aferir a opinião pública a respeito de temas de interesse do Poder Legislativo, utilizando o sistema 0800 de telefonia ou outros meios de comunicação

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública:

- I – Serviço de Relacionamento Público;
- II – Serviço de Pesquisa de Opinião;
- III – Serviço de Análise de Informação;
- IV – Serviço de Suporte Operacional;
- V – Serviço de Gerenciamento de Sistemas;
- VI – Serviço de Portal de Voz; e
- VII – Serviço de Apoio Administrativo.

Art. 3º. Ao Serviço de Relacionamento Público compete receber mensagens, sugestões, opiniões, críticas e reclamações oriundas do cidadão a respeito do Senado Federal, do Congresso Nacional e dos Senadores e encaminhar ao destinatário indicado; receber pedidos de informações a respeito do processo legislativo, da legislação brasileira, dos Senadores, do Senado Federal e do Congresso Nacional e encaminhar aos órgãos competentes para posterior resposta; prestar informações institucionais e legislativas sobre o Senado Federal e o Congresso Nacional que sejam demandadas por meio do sistema 0800 de telefonia ou outros meios eletrônicos e que estejam disponíveis nos bancos de dados do Senado Federal, bem como elaborar relatórios com as informações estatísticas compiladas a partir de sua atuação; e executar outras atividades correlatas.

§ 1º É defeso ao Serviço de Relacionamento Público dar publicidade às mensagens sem a anuência do cidadão, considerando o caráter sigiloso e privativo das informações.

§ 2º Não se enquadram no parágrafo anterior as mensagens contendo ameaças dirigidas ao Senado Federal ou aos Senadores, que deverão ser encaminhadas à Secretaria de Segurança Legislativa para providências e acompanhamento.

Art. 4º. Ao Serviço de Pesquisa de Opinião compete executar ou contratar pesquisas de opinião a respeito dos assuntos institucionais e legislativos pertinentes ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional; elaborar os instrumentos de coleta de dados e o plano amostral; realizar análises estatísticas dos dados identificados nas pesquisas, bem como elaborar relatórios individuais e comparados das pesquisas realizadas; e executar outras atribuições correlatas.

§ 1º Fica vedada a realização de sondagens de caráter particular, devendo o Serviço de Pesquisa de Opinião se restringir aos estritos limites da competência estabelecida no caput desse artigo.

§ 2º O Serviço de Pesquisa de Opinião deverá realizar as sondagens de opinião a partir de demandas originadas da Comissão Diretora, da Secretaria de Comunicação Social, da Diretoria-Geral e das Comissões Parlamentares do Senado Federal, de acordo com regulamento próprio.

Art. 5º. Ao Serviço de Análise de Informação compete produzir estudos sobre a formação do conceito do Senado Federal e do Congresso Nacional perante a opinião pública; acompanhar o posicionamento dos meios de comunicação a respeito da atuação do Senado Federal e elaborar relatórios sobre cada veículo da grande mídia; avaliar o impacto dos acontecimentos políticos na formação e consolidação do conceito do Senado Federal; acompanhar estudos e pesquisas de opinião que tenham o Senado Federal por objeto, considerando possíveis desdobramentos junto à opinião pública; e executar outras atividades correlatas.

Art. 6º. Ao Serviço de Suporte Operacional compete a manutenção, o suporte e o gerenciamento dos sistemas de controle e distribuição de chamadas recebidas ou encaminhadas à central de relacionamento através dos diversos meios de comunicação eletrônica existentes, de forma integrada ao sistema de comutação telefônica do PABX do Senado Federal, e executar outras atividades correlatas.

Art. 7º. Ao Serviço de Gerenciamento de Sistemas compete a manutenção o suporte e o gerenciamento dos sistemas informatizados relativos ao recebimento, registro, encaminhamento, resposta e controle das solicitações de usuários e de pesquisas executadas pela central de relacionamento, bem como dos sistemas utilizados para compilação dos dados obtidos e geração de relatórios; e executar outras atividades correlatas.

Art. 8º. Ao Serviço de Portal de Voz compete a manutenção, o suporte e o gerenciamento dos sistemas automatizados relativos a reconhecimento, interpretação, gravação e geração de resposta de voz, sintetizada ou humana, bem como dos sistemas de campanha ativa da central de relacionamento; e executar outras atividades correlatas.

Art. 9º. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete receber, controlar e distribuir o expediente da Subsecretaria; preparar proposta orçamentária anual e acompanhar a execução de seu orçamento; proceder ao controle interno do quadro funcional; acompanhar os processos administrativos de interesse; consolidar relatório demonstrativo das atividades do Serviço e da Subsecretaria; e executar outras atividades correlatas.

Art. 10. Os Serviços de Suporte Operacional, Gerenciamento de Sistemas e Portal de Voz deverão desenvolver suas atividades nas instalações da Secretaria de Telecomunicações, e os servidores ali lotados se submeterão aos horários de funcionamento daquela Secretaria, que, inclusive, controlará seus registros de frequência, concessão de férias e licenças, e demais direitos e deveres funcionais.

Art. 11. A Secretaria de Recursos Humanos adaptará o Quadro de Pessoal do Senado Federal, na parte referente a funções comissionadas de direção e de chefia, em consonância com as alterações de estrutura efetuadas pelo Ato da Comissão Diretora nº 24, de 2004, e por este Ato.

Art. 12. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1829 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.564/82-0.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1902/2004, que alterou o Ato do Presidente nº 14/1982, que aposentou, compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **VICTOR COELHO PESSOA**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, com diagnóstico comprovado em **17/01/1996**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1830 , DE 2005**

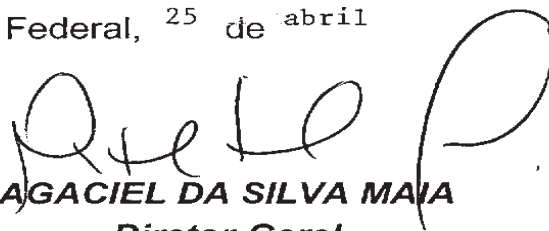
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula nº 2577 e, JOSÉ RICARDO SOARES VITERBO, matrícula nº 4762, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 003.425/05-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1831 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006231/05-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato nº 1701, de 2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 3214, de 14/04/2005, que exonera **JOÃO MELO NETO**, matrícula nº 184965, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1832, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006434/05-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA DO CARMO DUARTE MEDEIROS DE BRITO**, matrícula n.º 181290, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1833, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006.206/05-0,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **FRANCISCO MAURÍCIO DE SÁ SANTOS**, matrícula n.º 177924, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 02 de maio de 2005.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.

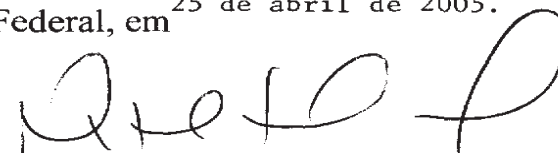

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1834 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.206/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ SÍLVIO MONTEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em ²⁵ de abril de 2005.

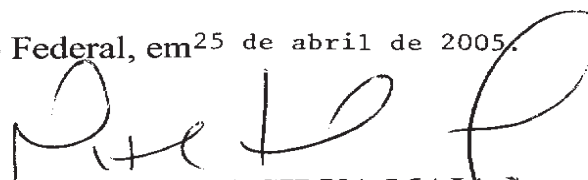

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1835 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.206/05-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS CÉSAR SANTOS**, matrícula n.º 180200, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 02 de maio de 2005.

Senado Federal, em ²⁵ de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1836 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006433/05-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ BELARMINO DA COSTA NETTO**, matrícula n.º 181496, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º. 1837, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006197/05-1**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1713, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3214, de 14/04/2005, que nomeou **JANAINA CRISTINA DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Francisco Pereira.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.

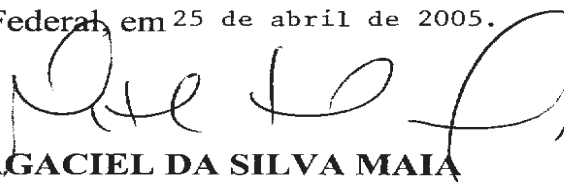

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1838 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006197/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEDIR DA SILVA PORTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Francisco Pereira.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.

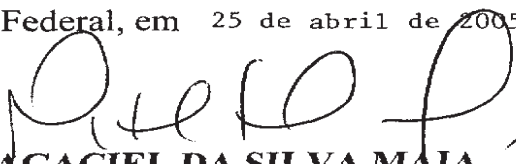

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1839 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006435/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROGÉRIO CASTILHO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.

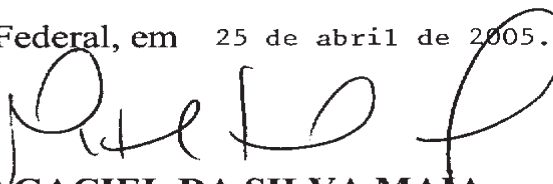

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1840 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006436/05-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÁSSIO TARGINO DE MEDEIROS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 25 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1841 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **EUCENI GOMES TENÓRIO ACIOLI**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-5, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 25 de abril de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 130 PÁGINAS